

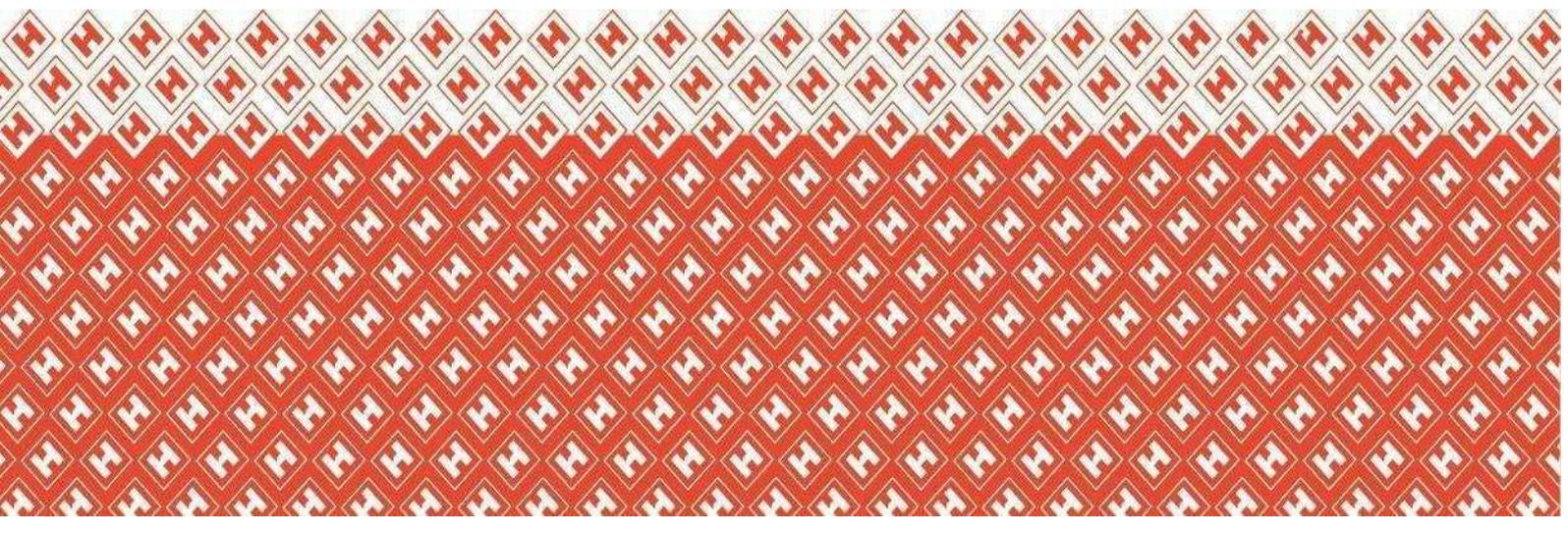


PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOSEFA LENNY AMORIM FERREIRA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DIFÍCIL: O INSTITUTO PRETOS
NOVOS E A IMPORTÂNCIA DE SUA PRESERVAÇÃO PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Rio de Janeiro, 2024



JOSEFA LENNY AMORIM FERREIRA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DIFÍCIL: O INSTITUTO PRETOS
NOVOS E A IMPORTÂNCIA DE SUA PRESERVAÇÃO PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anita Correia Lima de Almeida

Rio de Janeiro

2024

F383 Ferreira, Josefa Lenny Amorim
História, memória e patrimônio difícil: o Instituto Pretos
Novos e a importância de sua preservação para o Ensino de
História / Josefa Lenny Amorim Ferreira. -- Rio de Janeiro
: UNIRIO, 2024.
163f

Orientadora: Anita Correia Lima de Almeida.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ensino de
História, 2024.

1. Ensino de História. 2. Lugares de memória. 3.
Patrimônio difícil. I. Almeida, Anita Correia Lima de,
orient. II. Título.

JOSEFA LENNY AMORIM FERREIRA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DIFÍCIL: O INSTITUTO PRETOS
NOVOS E A IMPORTÂNCIA DE SUA PRESERVAÇÃO PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Ensino de História

Aprovada em _____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Anita Correia Lima de Almeida

Orientadora – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Claudia Rodrigues

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Cláudio de Paula Honorato

Instituto Pretos Novos – IPN

Rio de Janeiro

2024

Dedico este trabalho *in memoriam* ao meu pai, Enedino, por me inspirar tantas vezes a mergulhar na História. À minha mãe, Laurinha, que fez do seu sonho a realidade dos seus filhos: frequentar a escola! Ao meu esposo e companheiro de vida, Eduardo.

Agradecimentos

Engana-se quem pensa que está sozinho na longa trajetória da vida. Assim, é o percurso percorrido por um mestrando perante a pesquisa: tantas leituras, tantos obstáculos e tantos conflitos para concluir o seu propósito; mas ainda assim, não está sozinho.

Iniciei a minha trajetória no mestrado em um período de incertezas e de angústias, pois ainda vivíamos à sombra da pandemia da Covid-19. Logo, estar viva é o principal motivo de agradecimento. Em segundo lugar, pleitear uma vaga na seleção de mestrado em uma universidade pública foi, para mim, muito gratificante. Por isso, sou grata a Deus e às energias positivas que circulam no Universo, pelo meu existir e por nutrir minha capacidade humana e intelectual com resiliência e persistência perante uma “tsunami”.

Agradeço a minha mãe, Laurinha, pela sua inspiradora história de vida. Mulher nordestina forte e valente, que fez do seu sonho de frequentar uma escola na sua infância, a realidade da vida escolar dos seus filhos. À minha mãe, hoje com suas oitenta e uma primaveras, que não desistiu da aprendizagem das letras, mesmo longe dos bancos escolares, devo todas as homenagens pela minha formação acadêmica.

Não posso deixar de agradecer ao meu pai, agricultor e com pouco desenvolvimento na educação formal, mas meu precursor da formação histórica. A ele, que sabia tudo ou quase tudo sobre a história política do Brasil, salve a sua memória! Minha maior inspiração!

Agradeço imensamente a meu esposo, Eduardo, pelo companheirismo de sempre. Por me ajudar até mesmo com seu silêncio sobrenatural para que eu pudesse estudar com tranquilidade. Pelo carinho implícito no seu abraço nos momentos de angústia, em que dei um passo para trás e, por vezes, pensei em recuar. Enfim, somos sempre nós dois!

Sou grata à minha orientadora, Anita, por caminhar comigo nesta pesquisa. Pelas sugestões no processo de escrita, pelas ideias e direcionamento com relação à pesquisa. Uma verdadeira revisora!

Meus agradecimentos a esta Banca Examinadora de Defesa, por analisar com acuidade o meu projeto e material de qualificação, e por pontuar questões

pertinentes à temática proposta nesta pesquisa. Foram dicas muito valiosas para o desenvolvimento da escrita desta Dissertação.

Agradeço aos integrantes do Instituto Pretos Novos, especialmente a presidente da Instituição, Merced Guimarães, por me receber e contribuir com esta pesquisa, compartilhando informações desde a (re)descoberta do Cemitério dos Pretos Novos à criação do Memorial e a luta pela preservação da história e da memória dos *pretos novos*.

Meu agradecimento especial à Fernanda, colega do Profhístória, pelo diálogo fecundo que mantivemos durante esta trajetória, nos ajudando mutuamente. Hoje me sinto presenteada com uma grande amiga, já inserida em minha história de vida.

Agradeço aos demais colegas de curso de mestrado pelo companheirismo, que se transformou numa rede de apoio mútuo, do tipo “ninguém larga a mão de ninguém”. Seguimos dialogando com as novas possibilidades de uma educação transformadora.

Finalmente, para fechar com chave de ouro, sou muitíssimo grata aos professores do Profhístória da Unirio pelos ensinamentos, pelo afeto e compreensão. Foram todos fundamentais neste processo.

Lista de abreviaturas e siglas

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPN – Instituto dos Pretos Novos

LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Número total de escravos embarcados para as Américas. p. 28

Tabela 2 – Números de embarques e desembarques de africanos escravizados para as Américas. p. 30

Lista de Mapas

Mapa 1 – Mapa das rotas atlânticas entre África e Brasil – XVI a XVIII. p. 31

Mapa 2 – A região do Valongo e seus arredores: p. 47

Mapa 3 – Mapa elaborado a partir da base do Atlas Digital ImagineRio, desenvolvido pelos professores Farès el-Dahdah e Alida C. Metcalf, na Rice University. Disponível em: <https://www.imagnerio.org/pt>. Acesso em: 18 out. 2024. p. 100

Lista de Figuras

Figura 01 – Baobá, Cais do Valongo. Fotografia captada durante o circuito de Herança Africana que participei em 25 de março de 2023. Arquivo pessoal. p. 40

Figura 02 – Escavação do sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos – Instituto Pretos Novos em julho de 2017. Fonte: Revista Aventuras na História, 2021. p. 67

Figura 03 – Senhora em sua cadeirinha a caminho da missa. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v 3, 1940, pp.146-147. p. 91

Figura 04 – Negras Novas a caminho da Igreja para o batismo. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v 3, 1940, pp. 153-155. p. 92

Figura 05 – Aquarela de Reinaldo Tavares – Fonte: Folder da página institucional do IPN.

<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/aquarela-2/#main> p. 93

Figura 06 – Enterro de um negrinho. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v. 3, 1940. p. 94

Figura 07 – Enterro do filho de um rei negro. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v. 3, 1940. p. 95

Figura 08 – Salvamento arqueológico. Fonte: <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/escavacao/#main> p. 96

Figura 09 – Adolescente amarrado a um poste com uma trava de bicicleta. Fonte: Fotografia: Yvonne de Mello (Facebook). p. 98

Figura 10 – Mercado de escravos do Valongo. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 1, v 2, 1940, pp.188-190. p. 101

Figura 11 – Transporte de uma criança branca para ser batizada na Igreja. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v 3, 1940, pp.172-173. p. 103

Figura 12 – Achados arqueológicos no Cemitério dos Pretos Novos do Valongo.

Fonte: Folder da página Institucional do IPN.

<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/pn-29-caixas-com-ossadas/#main> p. 107

Figura 13 – Pesquisa arqueológica nas camadas mais profundas do terreno sede do IPN, 2017. Fonte: galeria do IPN.

https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/esqueleto_completo_pretos_novos-e1502984375875/#main p. 107

“Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma, continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia de nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais.”

(Rubem Alves)

RESUMO

A pesquisa visa preencher um capítulo da história do Instituto Pretos Novos (IPN), sob uma perspectiva contemporânea, e inovadora, no campo dos estudos sobre o patrimônio cultural. Então, reconhecer esta importante Instituição como patrimônio difícil, implica cumprir o nosso dever de memória, seguindo a concepção proposta por Cristina Meneguello. O objetivo geral é construir uma análise histórica sobre a escravidão e a morte dos pretos novos, utilizando o IPN como um lugar de memória, com o propósito de desnaturalizar o processo violento contra corpos e almas negras. A metodologia utilizada contempla uma abordagem qualitativa, incluindo o levantamento historiográfico das pesquisas sobre o IPN e análise de fontes arqueológicas da exposição permanente do museu memorial, conectando imagens ao contexto histórico. Os principais resultados indicam que o IPN é um patrimônio difícil, sendo um dos lugares de memória do tráfico de escravizados e da diáspora africana no Brasil. Apesar do passado traumático, o IPN representa um espaço de (re)existência e preservação da história africana e afro-brasileira, lutando contra a invisibilidade do povo negro. A principal contribuição da pesquisa é apresentar ao Profhistória uma análise sobre temas sensíveis relacionados à memória e à história da escravidão. Portanto, produzimos um material didático no âmbito desta Dissertação, voltado para os alunos do Ensino Médio e para os professores, com o intuito de sugerir caminhos para uma educação antirracista.

Palavras-chave: Ensino de História; lugares de memória; patrimônio difícil; cemitério; escravidão.

ABSTRACT

The research aims to fill a chapter in the history of the Instituto Pretos Novos (IPN), from a contemporary and innovative perspective in the field of studies on cultural heritage. Therefore, recognizing this important Institution as a difficult heritage implies fulfilling our duty of memory, following the concept proposed by Cristina Meneguello. The general objective is to build a historical analysis of slavery and the death of young black people, using the IPN as a place of memory, with the purpose of denaturalizing the violent process against black bodies and souls. The methodology used includes a qualitative approach, including the historiographical survey of research on the IPN and analysis of archaeological sources from the permanent exhibition of the memorial museum, connecting images to the historical context. The main results indicate that the IPN is a difficult heritage, being one of the places of memory of the slave trade and the African diaspora in Brazil. Despite its traumatic past, the IPN represents a space for (re)existence and preservation of African and Afro-Brazilian history, fighting against the invisibility of black people. The main contribution of the research is to present to Profhistoria an analysis of sensitive topics related to the memory and history of slavery. Therefore, we produced teaching material within the scope of this Dissertation, aimed at high school students and teachers, with the aim of suggesting paths towards anti-racist education.

Keywords: Teaching History; places of memory; difficult heritage; cemetery; slavery.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. p. 17

Capítulo 1. **ENTRE A ÁFRICA E O BRASIL:** das rotas transatlânticas ao Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. p. 27

1.1. O tráfico de escravizados. p. 27

1.2. A travessia do Atlântico e o apagamento da memória. p. 35

1.3. Entre a cruz e a cova: o cemitério e os sepultamentos dos pretos novos. p. 42

Capítulo 2. **O INSTITUTO PRETOS NOVOS COMO “PATRIMÔNIO DIFÍCIL”:** história e memória. p. 55

2.1. O Patrimônio. p. 55

2.2. Instituto Pretos Novos: contexto histórico. p. 60

2.3. O Instituto Pretos Novos como “patrimônio difícil”. p. 69

2.4. A Pedagogia da Memória e sua relação com os temas sensíveis na construção de um saber escolar. p. 78

Capítulo 3. **É POSSÍVEL APRENDER HISTÓRIA EM UM CEMITÉRIO-MUSEU? O** Instituto Pretos Novos e sua contribuição para o ensino de História. p. 87

3.1. Oficinas de História: prática metodológica. p. 89

3.2. Escolha e análise das fontes. p. 99

3.3. Os objetivos do material. p. 109

4. Considerações finais. p. 111

5. Referências. p. 115

Anexo: Oficina de História – Hierarquias na vida e na morte: uma proposta de educação antirracista à luz do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. p. 120

Introdução

A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente.¹

Jörn Rüsen

Voltar à academia, mais de uma década depois de ter concluído minha pós-graduação *Lato Sensu* em História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF), faz parte de um desafio imensurável que se articula diretamente com a minha vida prática,² com os meus anseios e meus propósitos profissionais. O professor de História, para além de seu ofício, talvez tenha também uma espécie de dever de memória³, que se expressa na valorização do vivido, de outras pessoas e de outras épocas, e o mantém em conexão ao mesmo tempo com o presente e o passado, num potente diálogo fecundo.

Quando me lancei neste Mestrado Profissional em Ensino de História, tracei um caminho direcionado por um anseio pessoal e profissional que há algum tempo habitava a minha mente. Pessoal, porque faz parte do meu sonho acadêmico. Arrisco-me a dizer que é o sonho de quase todos os universitários: fazer o mestrado! E profissional, dada a necessidade de aprimorar meus conhecimentos como docente e, em sala de aula, poder compartilhar esses saberes com os meus estudantes, colaborando para a formação de sua consciência histórica. E ainda, na medida do possível, contribuir para a prática pedagógica de outros docentes. Nesta perspectiva, esta pesquisa objetiva a produção de um material pedagógico para a Educação Básica, voltado para os alunos e seus professores no campo do Ensino de História.

Contextualizando os meus anseios, sonhos e projeções profissionais à minha prática pedagógica e acreditando que seria possível, considerei nunca desistir dos meus propósitos. O primeiro passo foi dado quando realizei o exame da seleção do Mestrado, numa manhã de domingo. Ao concluir a prova, passei a um estado de ansiedade e comecei a pôr em dúvida minha própria capacidade intelectual,

¹ Ver RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *in: História da historiografia*, Ouro Preto/MG: Edufop, n. 2, pp. 163 - 209, 2009, p. 164.

² A expressão “vida prática” foi tomada por empréstimo a Jörn Rüsen. *Ibidem*, p. 165.

³ O termo *dever de memória* foi buscado nos estudos de Pierre Nora. Ver Nora, Pierre. Entre história e memória: A problemática dos lugares. *In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC-SP*, São Paulo, n. 10, pp. 7 - 28. Tradução de Yara Aun Khoury, 1993, p. 17.

chegando a fomentar emocionalmente um dilema existencial. No entanto, dias depois recebi o resultado favorável; respirei fundo e a minha memória de jovem professora recém-formada veio à tona. Meu sonho se concretizou! O resultado do exame apontava a minha aprovação e classificação no Mestrado Profissional em Ensino História (Profhistoria) pela UNIRIO. Esse resultado foi demasiadamente significativo para mim por dois motivos principais: primeiramente, porque minhas raízes são fincadas nas camadas populares. Digo isso com muito orgulho da minha identidade, formação intelectual e humana, e exercendo o ofício de docente no ensino fundamental da Educação Básica, não poderia jamais custear uma especialização *stricto sensu* numa universidade privada. Em segundo lugar, porque a aprovação no mestrado foi a concretização do meu sonho; mais que isso, do meu anseio profissional. Logo, a delimitação do tema desta pesquisa relaciona-se à minha vida profissional e cultural, de pertencimento de grupo, de consciência histórica e de classe.

O tema desta Dissertação é a história do Instituto Pretos Novos como patrimônio difícil e está inserido numa proposta mais ampla, que é a da temática da escravidão e, mais particularmente, da morte dos africanos recém-chegados ao Brasil, em especial ao Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX. O objeto de investigação desta pesquisa é o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN, entendido aqui na categoria de "patrimônio difícil". A proposta é discutir o reconhecimento deste patrimônio e os usos dessa instituição museal no campo do Ensino de História, concebendo-a enquanto uma instituição-instrumento para ensinar a história da escravidão no Rio de Janeiro, na virada do século XVIII para o XIX, contemplando os debates que este tema possa fomentar na sala de aula.

O IPN é uma instituição criada em 13 de maio de 2005, com o objetivo de preservar – e estudar – os vestígios arqueológicos do antigo cemitério que existiu no local. O lugar foi usado para o enterramento de grande contingente de africanos que, trazidos pelo tráfico de escravizados, desembarcavam na cidade já com a saúde severamente comprometida e faleciam em seguida. Daí o nome pelo qual ficou conhecido: dos Pretos Novos; ou seja, *novos* no sentido de recém-chegados. Dito de outro modo, "*pretos novos ou "boçais"* era a denominação dada aos cativos recém-chegados da África, no Brasil, assim que desembarcaram no porto. Logo que

eram vendidos ou aprendiam o português, passavam a ser chamados de ladinos”.⁴

Nesta perspectiva, é importante deixar evidenciado que o primeiro Cemitério dos Pretos Novos foi projetado em 1722, mas os enterramentos de *pretos novos* no adro da matriz de Santa Rita só começaram em 1741. Com a transferência do mercado de escravizados, localizado à Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março) para o Valongo, em 1769, e a demanda do tráfico de escravizados, houve a urgência da disposição de um novo cemitério para depositar os corpos dos escravizados *novos*. Em 1774 ocorreu a transposição definitiva deste grande comércio para a Rua do Valongo (hoje Rua Camerino) e então se deu a consolidação das inumações neste local que passaram a operar no Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, que funcionou até 1830/1831.

A metodologia utilizada nesta pesquisa contempla uma abordagem qualitativa e remete a um levantamento historiográfico sobre o tema em estudo e a uma análise documental e de fontes arqueológicas, que possam constituir um acervo a ser empregado na produção de um saber escolar sobre a escravidão no Rio de Janeiro, entre as últimas décadas da colônia e as primeiras do século XIX. O objetivo último é que o tema – a história dos pretos novos, transcorrida no tráfico, no cais, e finalmente no cemitério – possa fornecer elementos para a reflexão na Educação Básica. Contudo, um desafio sobre o qual esta pesquisa se debruça é o da opção pelo que tem sido chamado de tema sensível ou difícil. Neste sentido, o próprio IPN, com seu acervo arqueológico, pode ser considerado como um *patrimônio difícil*. E o que permite que se use o conceito de *patrimônio difícil* é a relação do tema com a memória da dor, do sofrimento, da opressão e da violência sofrida no contexto da escravidão.⁵ Portanto, penso não haver dúvidas com relação ao teor altamente delicado desta temática.

Julgo, no entanto, que a eliminação – ou o apagamento – de determinados temas sensíveis ou incômodos do currículo escolar não deve ser uma opção para o professor de História. E, em certo sentido, seria possível argumentar que toda a história da escravidão tem uma dimensão de história sensível. Neste sentido, a melhor aposta parece ser a de produzir uma elaboração didática sobre o conhecimento que temos do passado, de forma a oferecer recursos ao professor

⁴ Página institucional do Instituto Pretos Novos.

⁵ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. Dossiê – apresentação. Junho, 2021.

para enfrentar essas questões. O desafio a que cogito me lançar será, assim, o de procurar transformar aquilo que os historiadores e outros cientistas sociais têm produzido como resultado de suas pesquisas acadêmicas sobre o tema em elementos didáticos, sem nunca, no entanto, esquecer-me das dificuldades de trabalhar com tópicos sensíveis na escola.

Assim, neste estudo que parte de uma análise historiográfica e documental a partir dos trabalhos que contemplam a história do Cemitério do Valongo e, ao mesmo tempo, da própria instituição, o IPN, busca-se analisar as fontes arqueológicas e outras, no intuito de encontrar elementos constitutivos da história a partir destes lugares de memória, onde se encontram vestígios materiais e simbólicos dos africanos escravizados e recém-chegados ao Rio de Janeiro através do Complexo do Valongo.

A busca por elementos constitutivos da história (e da memória) dos *pretos novos* e a ênfase na construção e na preservação de um “patrimônio difícil” que, segundo a argumentação que pretendo desenvolver, oferece possibilidades ricas para o Ensino de História, dentro e fora da sala de aula, são os principais objetivos desta pesquisa. O trabalho visa ainda iluminar a concepção da gênese do Instituto como uma política de memória contemporânea, que amplia os horizontes, a partir dos conceitos de direito à memória e de reparação e, afinal, de uma aposta na valorização da cultura e das tradições de matriz africana. Neste contexto, buscamos embasamento teórico no trabalho realizado pela historiadora Caroline Bauer, por meio de sua pesquisa que versa sobre as políticas de memórias e as medidas de reparação para lidar com as memórias traumáticas no período da ditadura civil-militar no Brasil.⁶

Nesta perspectiva, Bauer imprime uma narrativa das políticas públicas que têm um papel importantíssimo na reparação e na preservação de memórias. Portanto, o conceito de políticas de memória, embasado nas discussões propostas por Bauer, é entendido como o conjunto de ações do Estado para garantir processos individuais e coletivos de reparação no presente; processos esses que permeiam a história do Instituto Pretos Novos e são importantíssimos para garantir que essas memórias não esvaeçam no corredor do tempo; memórias estas que pertencem ao

⁶ BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, Dimensões, Dossiê: visões de 1964, n. 32, pp. 148 - 169, ISSN: 2179-8869, 2014, p. 154.

universo dos temas sensíveis, dos traumas e da dor.

Semelhantemente, a historiadora Keila Grinberg lembra que as marcas da escravidão que vigorou no Brasil durante 350 anos permanecem vivas na sociedade.⁷ Assim, os traumas históricos pertencentes a esse passado sensível, ou seja, à história da escravidão no Brasil, seguem latentes na superfície da sociedade. E mesmo diante dessa tendência ao apagamento ou ao silenciamento,⁸ conforme afirmou Monica Lima, quando em 1843 o Cais do Valongo foi encoberto para a chegada da esposa de D. Pedro II e ganhou o status de Cais da Imperatriz, os elementos que constituem a presença de memórias dos africanos acabaram emergindo, motivando novas narrativas históricas. Logo, o rastro de escravidão e morte e, por conseguinte, a gênese do IPN, estão intimamente relacionados a esse contexto.

Embora o objeto central desta pesquisa não seja a história da morte, não podemos negligenciar este tema tendo em vista que o patrimônio estudado foi criado a partir do aterro de um cemitério, redescoberto quando ocorreu a reforma de uma casa em meados da década de 1990. Então, visando circunscrever da melhor forma possível o nosso campo de pesquisa, com relação à morte, buscamos embasamento teórico no estudo realizado por Philippe Ariès sobre as sensibilidades do homem perante a morte.⁹

Com relação ao estudo sobre o Patrimônio, nosso olhar se voltou principalmente para o trabalho desenvolvido por Maria Letícia Ferreira, no qual a palavra patrimônio é elucidada como um conceito plural.¹⁰ A respeito do estudo e reconhecimento de patrimônios difíceis, recorreremos às pesquisas históricas desenvolvidas por Cristina Meneguello.¹¹

⁷ Vide: GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. **História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 31, pp. 145–176, 2019, p. 149. DOI: 10.15848/hh.v12i31.1491. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1491>. Acesso em: 19 mar. 2023.

⁸ LIMA, Monica. História, Patrimônio e Memória Sensível: O cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Outros Tempos – Pesquisa em Foco - História**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 26, pp. 98-111. ISSN: 1808-8031, 2018, pp. 101 - 102.

⁹ ARIÈS, Philippe. O homem perante a morte. Portugal: Biblioteca Universitária, publicações Europa-América. Vol.1, 1977.

¹⁰ Para um melhor entendimento sobre o conceito de patrimônio, ver: FERREIRA, Maria Letícia M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, pp. 79 - 88, Pelotas, 2006, p. 79.

¹¹ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio difícil: um conceito incompleto? In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio, resistência e direitos**: História entre trajetória e perspectivas em rede. Vitória, ES: Milfontes, 2022, p. 387.

A recorrência aos estudos sobre a memória é fundamental para embasamento desta dissertação, uma vez que mencionamos intensamente o conceito de memória e de lugares de memória. Assim, recorreremos aos trabalhos de Pierre Nora¹² e de Jacques Le Goff¹³ no sentido de sugerir uma diferenciação possível entre história e memória.¹⁴

Dentre os trabalhos sobre a escravidão no Brasil que dão suporte a esta dissertação destacamos os estudos realizados por Manolo Florentino, especialmente a obra *Em Costas Negras* que nos ajudaram a compreender a lógica do tráfico de escravizados da África ao Brasil, bem como, a configuração deste comércio de almas na praça mercantil do Rio de Janeiro, durante os séculos XVIII e XIX.¹⁵ Sobre a temática da escravidão, entre os trabalhos desenvolvidos por Luiz Felipe de Alencastro, destacamos *Tratado dos vivos* como uma análise fundamental sobre o tráfico de escravizados, e que nos forneceu um panorama sobre as rotas atlânticas da África ao Brasil.¹⁶

Não poderíamos deixar de mencionar a contribuição dos historiadores que estudaram sobre o IPN, bem como a relevância de suas pesquisas para a escrita desta dissertação. Entre eles destacamos Claudio Honorato, Hannah Cavalcanti, Júlio Medeiros, Milra Nascimento e Regina Valadão.

Conforme evidenciamos, o recorte temporal deste trabalho se concentra num elo entre o passado e o presente, a partir dos achados arqueológicos nas duas últimas décadas. O que se pretende é construir uma perspectiva de análise da escravidão com base nas políticas de memória na atualidade.

Com efeito, a proposta a ser investigada é a gênese do IPN, com foco na preservação desse memorial, ou ainda, nas palavras de Pierre Nora, desse lugar de memória¹⁷, que partiu da necessidade de iluminar a história do Cemitério do Valongo

¹² Para um panorama sobre lugares de memória, ver: Nora, Pierre. Entre história e memória: A problemática dos lugares. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC-SP**, São Paulo, n. 10, pp. 7-28. Tradução de Yara Aun Khoury, 1993.

¹³ LE GOFF. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão, et al., Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1990.

¹⁴ LE GOFF, op. cit., p. 473.

¹⁵ Sobre a lógica do comércio de escravizados na praça mercantil do Rio de Janeiro durante os séculos XVIII e XIX, ver: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Unesp, 2014.

¹⁶ Para um panorama das rotas transatlânticas, ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Tratados dos vivos: Formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁷ Ver Nora, op. cit., p. 13.

e reconhecer os processos de resistência da população negra, enquanto uma força motriz, a exigir o reconhecimento e a valorização da história e da memória dos africanos escravizados que perderam a vida no tráfico transatlântico. Aliás, estes são alguns propósitos da Lei 10.639/2003, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. A Lei 11.645/2008 modifica a lei anterior, incluindo diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, como o estudo da história e da cultura dos africanos e dos povos originários. A partir do estudo sobre estes dois grupos étnicos, busca-se resgatar as contribuições desses povos para a História do país. Neste contexto, vale ressaltar a importância dos processos de luta e de resistência do negro e dos povos tradicionais no Brasil, diante dos estereótipos estabelecidos há séculos.

Assim, ao estudar o tema sobre o IPN, que tem sua gênese nas descobertas arqueológicas do cemitério dos escravizados, e atentando-nos para as políticas de valorização e de reconhecimento desse *Bem* pertencente ao patrimônio cultural da cidade, vale lembrar que o terreno das memórias não é plano e nem elas são espontâneas, mas devem ser evocadas, reconhecidas, celebradas e registradas para não caírem no esquecimento, bem como os seus lugares de memória. Como afirma Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso que a defesa pelas minorias de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levantar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.¹⁸

É sempre importante afirmar que os lugares são criados para que as memórias sociais e coletivas não se percam no túnel do tempo. Assim, esses lugares, como é o caso do IPN, enfatizado aqui como um *patrimônio difícil*, mesmo que seja um espaço de dor e sofrimento ligado à história traumática da escravidão, são constituídos para que a memória não seja apagada, silenciada ou mesmo

¹⁸ NORA, op. cit.

esquecida. Sobretudo, que este lugar de memória seja evidenciado como um espaço de empatia, para que experiências como aquelas presentes no contexto escravista não marquem mais a nossa história. Além disso, esse também tem sido um objeto de pesquisa dos historiadores e também dos professores de história.

Julgo, como procurarei mostrar, que o IPN e a história do Cemitério que está em sua origem podem ser oferecidos como estratégias potentes e de fundamental relevância para o Ensino de História. A intenção é abraçar uma perspectiva de estudos que reconhece a importância da história da escravidão no Brasil e abre um leque de possibilidades de produção de conhecimentos que possam contribuir com os professores de História na produção do conhecimento escolar.

Neste sentido, com o propósito de conduzir o leitor para a temática que constitui a gênese do Instituto Pretos Novos e sua contribuição para ensino de História, enquanto objeto desta pesquisa, buscamos organizar esta dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado *Entre a África e o Brasil: das rotas transatlânticas ao Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*, procuramos traçar um panorama de como o tráfico transatlântico contribuiu para a formação da cidade do Rio de Janeiro, observando particularmente a história do Cemitério do Valongo, fazendo menção ao Complexo Negreiro do Valongo, já que constituem lugares de memória do tráfico de escravizados, a fim de estabelecer relações com a memória material e simbólica presentes naquele memorial. Para tanto, apoiamos-nos nos estudos historiográficos que analisam a história da escravidão e o papel do Cais do Valongo, no contexto do Brasil Oitocentista. Com base em Luís Felipe Alencastro, observo que as zonas de produção e reprodução escravistas se apresentam como as raízes da formação de um Brasil explorador de almas.¹⁹ Assim, a ideia desse capítulo se configura a partir do tráfico transatlântico de escravizados, contextualizando o mercado de escravos do Rio de Janeiro, trasladado definitivamente para a região do Valongo na década de 1770. Posteriormente, apresentamos a gênese do Cemitério dos Pretos Novos, sua transferência e precariedade, já que esse foi o *locus* combinativo com o mercado de almas. Neste contexto, observamos ainda o papel das chamadas irmandades de negros, pois “a filiação a uma irmandade poderia ser o único recurso para um funeral diferente daquele destinado aos pretos novos nos cemitérios voltados para

¹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 09

desprivilegiados”.²⁰

Assim, objetivamos no primeiro capítulo construir uma perspectiva de estudos históricos sobre a escravidão e a morte dos *pretos novos* a partir do Instituto Pretos Novos, entendido como um dos lugares de memória do tráfico de escravizados no Brasil, a fim de desnaturalizar todo esse processo de violência contra almas e corpos negros.

O segundo capítulo intitula-se *O Instituto Pretos Novos como “patrimônio difícil”: história e memória*. Apresentamos ao leitor a história do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos enquanto um patrimônio difícil da humanidade, patrimônio este que resguarda a memória da dor e da violação dos direitos humanos; em suma, da violência imposta aos africanos escravizados, os quais foram forçados ao desembarque no Cais do Valongo. Neste panorama, aprofundamos a análise sobre os apagamentos históricos que se configuraram ao longo do tempo e como os agentes e grupos sociais se articularam em torno da preservação da memória coletiva. Neste contexto, enfatizamos como a pedagogia da memória pode ser uma ferramenta fundamental para trabalhar os temas sensíveis na escola na proposição de caminhos para uma educação antirracista. Neste contexto, buscamos estudar a história da constituição do IPN, valendo-nos de fontes primárias, como entrevistas prestadas pela diretora do Instituto Merced Guimarães a importantes jornais de circulação, bem como a bibliografia disponível que traz abordagens fundamentais para esta pesquisa, enfatizando a importância da preservação desse patrimônio difícil (da dor) para o ensino de História.

O terceiro capítulo intitula-se *É possível aprender história em um cemitério-museu? O Instituto Pretos Novos e sua contribuição para o ensino de História*. Esse capítulo parte de uma leitura e análise do nosso material didático – *Oficinas de História: Hierarquias na vida e na morte: uma proposta de educação antirracista à luz do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos* – proposto e anexado ao corpo desta Dissertação. O objetivo desta seção é lançar um olhar sobre os usos didáticos que este museu Memorial Pretos Novos pode ter para o ensino de História. Ou seja, como o museu pode contribuir do ponto de vista metodológico para as aulas de História. Até um passado ainda recente, os museus

²⁰ HONORATO, Claudio de Paula. **Entre Rio de Janeiro e África: as diferentes vivências da morte e do morrer entre os africanos e seus descendentes na cidade do Rio de Janeiro (c.1700 – c.1850)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021, p. 146.

se apresentavam como lugares para exposição de personalidades ilustres, cujo objetivo era legitimar a glorificação da história e da memória nacionais, constituídas pela apresentação celebrativa dos grandes heróis e personalidades políticas célebres.²¹ Na contemporaneidade, o papel dos museus vem se transformando e se alargando rapidamente. Pensar os espaços dos museus para além destas exposições celebrativas, de grandes personagens da história, analisando-os como lugares de memória que podem ser vistos por todos os ângulos, observando a diversidade, possibilita dar voz e protagonismo àqueles que estão ocultos na narrativa museal tradicional, como os africanos escravizados, para ficar em um só exemplo, já que nosso enfoque se volta para um estudo do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, abordando sua contribuição didático-metodológica para o ensino de História. Neste contexto, propomos um conjunto de Oficinas de História direcionadas a alunos do Ensino Médio. Nosso intuito é que esse material possa ser uma contribuição, no campo das ferramentas didáticas, capaz de estimular os professores a utilizarem didaticamente o acervo do IPN em suas aulas de História. E que com essa viagem pelo conhecimento histórico, ao se depararem com a história da escravidão no século XIX, os alunos possam relacioná-la à história ensinada em sala de aula, ampliando seus repertórios de fontes e informações sobre o período. Neste sentido, propomos uma análise sobre os usos didáticos que o museu pode ter e como o estudo e a visita ao Instituto Pretos Novos podem impactar nossos alunos, bem como inventariar as possibilidades que os artefatos constitutivos deste patrimônio difícil podem oferecer para o professor de História. Outrossim, propor um material didático voltado à formação docente sobre a escravidão, a partir do exame da história dos *pretos novos*, auxiliando os professores a trabalhar com seus alunos temas tão pungentes (como a escravidão e a morte) na perspectiva da reparação e da valorização da história e da cultura daqueles africanos que foram forçadamente trazidos para o Rio de Janeiro, nos leva a sugerir caminhos possíveis para uma educação antirracista.

²¹ RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

Capítulo 1

1. Entre a África e o Brasil: das rotas transatlânticas ao Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro

1.1. O tráfico de escravizados

*Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o País aparece no prolongamento da Europa.*²²

Luiz Felipe de Alencastro

A epígrafe acima alude aos ensinamentos que a história não nos contou. Ou dito de outro modo, faz referência a uma visão da formação do Brasil bem diversa daquela que nos foi contada quando nos sentávamos nos bancos escolares. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, o Brasil foi forjado para além dos limites do território colonial, formando-se a partir de um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista na América e uma zona de reprodução de escravos em Angola.²³ Nas palavras do autor, as raízes do país se encontram num espaço transcontinental, luso-brasileiro e luso-africano, alimentado por uma zona de exploração de almas.²⁴

De acordo com o site do *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, cujo formato novo e ampliado se encontra na página digital <https://www.slavevoyages.org>, de 1525 a 1850 cerca de 12,5 milhões de pessoas escravizadas foram forçadamente embarcadas da África para as Américas. Outras estimativas totalizam 10,7 milhões de cativos desembarcados, principalmente nas Américas. Desse total, estima-se que 4,86 milhões de africanos escravizados foram desembarcados no Brasil.²⁵ Alencastro, no entanto, constata que o número de africanos escravizados desembarcados no Brasil foi de 4,8 milhões, um pouco menor que a estimativa do *Database*, cujo número aproximado corrobora com os dados coletados pelo site apublica.org/checagem. O autor aponta duas razões que o levaram a esta

²² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.09.

²³ ALENCASTRO, op. cit.

²⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Entrevista à revista Pesquisa Fapesp. Edição 188, out., 2011.

²⁵ Os dados foram coletados no site apublica.org/checagem, cuja página utiliza o número atualizado de africanos escravizados desembarcados nas Américas, e em especial no Brasil.

estimativa: a primeira diz respeito ao fato de o *Database* não incluir as rotas indiretas do tráfico e os números relacionados aos séculos XVI e XVII serem bastante esparsos, além das recorrentes fraudes consistentes ao tráfico de escravizados. A outra razão se relaciona à queda dos preços de escravizados no Brasil, devido ao grande afluxo de tumbeiros.²⁶ Como afirma:

Observe-se que o *Database* não inclui as rotas indiretas de tráfico e que os números relativos aos séculos XVI e XVII são esparsos. Além disso, os registros escondem certas fraudes. Assim, na época filipina (1580-1640), para pagarem um imposto de exportação mais baixo, negreiros saídos de Bissau ou de Luanda declaravam os portos brasileiros como destino, mas rumavam para as Antilhas ou Buenos Aires, onde os preços dos escravos eram mais altos e havia contrabando de prata espanhola. [...] nos anos 1848-50, quando os preços no Brasil caíram por causa do grande afluxo de negreiros, houve reexportação de africanos para o Caribe.²⁷

Essas são estimativas difíceis de serem elaboradas com muita precisão, uma vez que esse mercado compreendia uma rede complexa de cooperação entre os continentes africano e americano, mais particularmente a parte sul continental deste último.

A seguir, reproduzimos uma tabela com as cifras de africanos escravizados embarcados para as Américas:

Tabela 1 – Número total de escravos embarcados para as Américas

Ano	Número de africanos escravizados embarcados
1550	5335
1600	21189
1650	3275
1700	45296
1750	67189

²⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 57 - 63.

²⁷ ALENCASTRO, op. cit., 2018.

1800	81947
1850	42231

Fonte: Banco de dados do tráfico transatlântico de escravos. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>

Conforme mencionado, esses números correspondem aos embarques da África para todo o continente americano. Optamos por separar cada período no intervalo de meio século para termos uma melhor dimensão desses embarques forçados para as Américas, que somados aos dados dos demais anos referentes aos séculos contemplados e que não foram inseridos nesta tabela, totalizam 12,5 milhões de pessoas que foram violentamente inseridas no contexto do tráfico de escravos.

Outros dados bastante relevantes em relação ao tráfico transatlântico concentram-se no número de embarques, mas que não correspondem aos desembarques nas Américas. É forçoso refletir sobre as condições degradantes das viagens nos tumbeiros, acompanhadas da deflagração de doenças e maus-tratos que levavam inúmeros africanos a óbito. Todavia, a diferença relativa entre o número de escravizados embarcados nos portos africanos e o número de desembarcados nas Américas, inclusive no Brasil, guarda relação com vários outros fatores que se somam à circunstância da morte. Conforme citado anteriormente, Alencastro verificou que esses fatores confrontam os números registrados, inclusive no *Database*. Dentre eles, as rotas indiretas do tráfico e os registros ilegais dos tumbeiros, que informavam os portos brasileiros como destino, mas se dirigiam para outras regiões.²⁸ A tabela que segue é uma tentativa de examinarmos uma das faces mais cruéis da escravidão transatlântica, fato que remete aos óbitos, sejam nos portos de embarques, nos navios ou nos barracões “preparados” para abrigar os africanos escravizados nos primeiros dias após os desembarques, ou seja, no período da quarentena. No entanto, não perdemos de vista diversos outros fatores que estão ocultos nas estimativas de embarque e desembarque de africanos cativos, que consistem principalmente nas fraudes praticadas pelos traficantes de escravos para burlar os impostos ou pela “necessidade” de reexportação de

²⁸ ALENCASTRO, op. cit., 2018.

escravizados para outras regiões, quando seus preços estavam em declínio no Brasil.

Tabela 2 – Números de embarques e desembarques de africanos escravizados para as Américas

Ano	Número de embarques	Número de desembarques
1550	1.886	1.320
1560*	855	698
1600	11.193	8.212
1650	10.170	8.495
1700	53.578	44.141
1750	67.985	56.126
1800	86.301	77.528
1850	46.329	38.995

Fonte: Banco de dados do tráfico transatlântico de escravos. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>

*Início do tráfico de escravos contínuo do Brasil.

As cifras revelam dois dados importantes: o primeiro está relacionado ao declínio do número de embarques a partir de 1850. Este dado pode ser explicável, especialmente no caso do Brasil, pelas leis abolicionistas, principalmente a Lei Eusébio de Queirós, que estabelecia medidas para reprimir o tráfico de escravizados no Império. O segundo diz respeito aos anos de 1560, marco dos primeiros desembarques de cativos africanos em Pernambuco. Todavia, segundo Alencastro, é importante assinalar que o comércio de almas africanas para o Brasil perdurou de 1550-1850, com muitas evidências do tráfico clandestino, em grandes dimensões, que ocorreu mesmo após 1850.²⁹ Quando consideradas estas lacunas ocultas, estatisticamente estes números seriam absurdamente maiores.

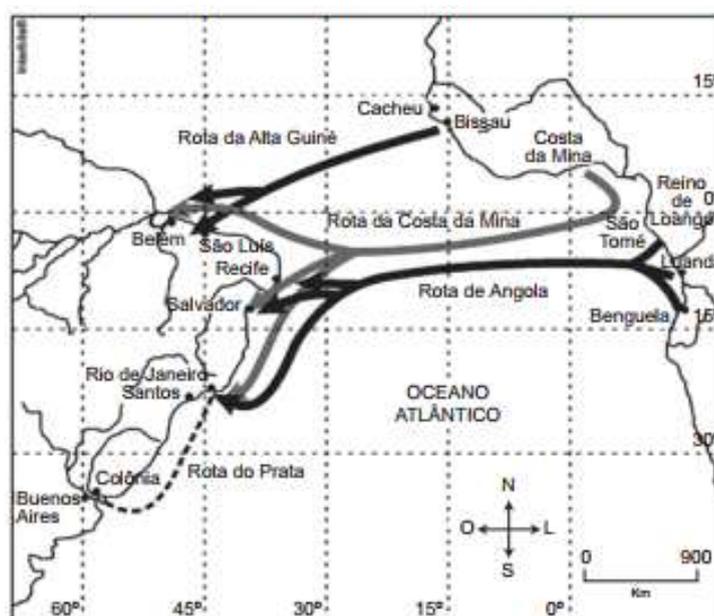
Com efeito, ainda de acordo com o autor, do século XVI até meados do XIX, contexto que corresponde aos períodos colonial e imperial, o Brasil destaca-se como

²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lília M. e Flávio Gomes (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 57-63.

o maior comprador de africanos escravizados das Américas.³⁰ Não causa espanto, portanto, que o Rio de Janeiro, então capital da Colônia desde 1763, ocupasse já nesta época o status de um dos principais portos receptores de pessoas escravizadas. Neste contexto, o historiador Claudio Honorato enfatiza que no século XVII o Rio de Janeiro já havia consolidado o seu papel no tráfico atlântico de escravizados, isto é, já estava demasiadamente envolvido com o mercado de escravizados.³¹

O mapa a seguir revela as principais rotas do mais intenso mercado de almas já visto em toda a história moderna: um comércio alimentado por uma circularidade intercontinental, em que está inserida a relação comercial entre África e Brasil, mais precisamente a rota de Angola, visto que esta constituía a maior rede de reprodução de almas que desembarcaram no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, cuja finalidade era a lucratividade resultante do tráfico de africanos escravizados.

Mapa 1 – Mapa das rotas atlânticas entre África e Brasil – XVI a XVIII



ALENCASTRO, L. F. **O tratado dos vivos**. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 250.

³⁰ ALENCASTRO. op. cit., 2018.

³¹ HONORATO, Claudio de Paula. **Entre Rio de Janeiro e África**: as diferentes vivências da morte e do morrer entre os africanos e seus descendentes na cidade do Rio de Janeiro (c.1700 – c.1850). 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021, p. 30.

Assim como as rotas do tráfico atlântico de escravizados, as cifras presentes na Tabela 2, por conterem os números de desembarques, podem ser reveladoras acerca do aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro a partir da consolidação do tráfico transatlântico. De acordo com Manolo Florentino, em 1789, cerca de cento e setenta mil pessoas habitavam a cidade, sendo metade deste contingente constituído por africanos escravizados. O autor ainda acrescenta que este número se multiplicou nas primeiras décadas do século XIX.³² Conforme expressou:

Cento e setenta mil pessoas habitavam a capitania em 1789 – metade das quais escravos. Em 1824, estes alcançavam mais de 150 mil almas – quase o dobro da cifra de 1789. Contínuos desembarques de africanos sustentavam semelhante crescimento, em quantidades anuais que saltaram de cerca dez mil em fins do século XVIII para quarenta mil nos últimos cinco anos da década de 1820.³³

O exposto reforça a ideia de que o Brasil, mais particularmente a cidade do Rio de Janeiro, se formou tanto social como economicamente desta rede nefasta de recepção de escravizados.

A partir das contribuições historiográficas mencionadas anteriormente, nota-se que o tráfico de africanos escravizados funcionava a todo vapor. Entre os principais portos de desembarque destaca-se a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, uma vez que constituía um porto distribuidor de pessoas escravizadas para as demais regiões vizinhas, como o Vale do Paraíba ou Campos de Goytacazes, para ficarmos em poucos exemplos. Nesta perspectiva, no final dos Setecentos, o Rio de Janeiro já se apresentava como o maior porto do Brasil, caracterizado pela alta demanda da entrada e saída de mercadorias, prevalecendo sobre a Bahia e Pernambuco, inclusive na importação de escravizados.³⁴

É preciso observar a relevância econômica do porto para a legitimação da cidade como o principal centro político, administrativo e financeiro do Império.³⁵ Neste contexto, vale destacar que o mais intenso comércio que a consagrou como o

³² FLORENTINO, Manolo. Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c.1790 – c.1830. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 51, pp. 69 - 119, jul./dez. 2009, p. 72.

³³ FLORENTINO. Op. cit., 2009.

³⁴ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces. **Tempo**, Niterói: EdUFF, vl. 8, pp. 1 - 18, ago, 1999.

³⁵ CRUZ, op. cit.

maior polo econômico do período é decorrente do tráfico de africanos escravizados. Foram milhões de almas violentamente obrigadas a embarcar na travessia da Calunga Grande, entendido como o mar, marcando a trajetória, inclusive de morte física, cultural e familiar, de milhões de almas. Assim, tendo em vista o número de pessoas escravizadas, é necessário enfatizar que nem todas chegavam com vida ao local de destino projetado. Diante desta conjuntura, por ocasião da morte, foi preciso providenciar um novo destino para o depósito daquelas vidas objetificadas que desembarcavam forçadamente em solo fluminense, ou seja, um cemitério, do qual trataremos mais adiante.

Neste contexto que permeia o tráfico transatlântico de africanos escravizados, do ponto de vista econômico e lucrativo, seria importante chamar a atenção para uma questão relevante: nesse amplo mercado, evidentemente a preservação da vida não era uma preocupação dos traficantes nem dos compradores. As condições degradantes e precárias das embarcações, somadas à má alimentação e à ocorrência de doenças, que levavam centenas de africanos a óbito, constituem fatores que nos levam a salientar o pouco ou nenhum apreço à vida humana. Já no que concerne ao lucro com o comércio de almas, a explicação para a não preservação da vida pode ser entendida a partir da análise quantitativa, já que eram traficados milhões de africanos e as perdas por morte estavam cobertas pelos lucros assustadoramente altos desse comércio.

Com efeito, como mencionamos anteriormente, no caso do comércio de escravizados no Rio de Janeiro, a partir da circunstância da morte, a preocupação consistia na providência de um lugar para depositar os corpos dos africanos recém-chegados, a cujas almas se dava pouca ou nenhuma importância. A relevância do cemitério estava, portanto, em seu caráter utilitário. Assim, providenciar um lugar isolado não apenas da gente da “boa sociedade”,³⁶ mas também da sociedade em geral, para os sepultamentos dos africanos escravizados era fundamental, já que todos se sentiam incomodados com a presença do cemitério no centro urbano. Nota-se, portanto, que a preocupação se concentra na premissa da circunstância social: os escravizados deveriam ser sepultados longe da

³⁶ O termo “boa sociedade” foi utilizado por Júlio César Medeiros, no intuito de evidenciar a população mais abastada (e escravista) que habitava o perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Ver em: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 81.

sociedade que se “alimentava”, justamente, do comércio de suas vidas. Deste modo, a providência dos sepultamentos de africanos escravizados longe do perímetro urbano objetivava preservar a sociedade escravista do convívio com aquelas vítimas, principalmente por ocasião da morte.

Sabe-se que nos primeiros séculos da cristandade, temendo a perseguição dos imperadores romanos, os cristãos costumavam realizar os cultos aos mortos nos mesmos locais em que os sepultavam. Em que pesem os costumes de suas práticas e ritos por circunstância da morte, Júlio Medeiros Pereira constata que separar os vivos dos mortos não parecia fazer muito sentido.³⁷

Com o passar de alguns séculos, o cristianismo foi consagrado como religião oficial do Império Romano do Ocidente. A partir desta realização, as igrejas passaram a ser construídas lado a lado das criptas e catacumbas. Por conseguinte, segundo os apontamentos de Pereira, seguindo-se uma hierarquia social, no século IV os reis passaram a ser sepultados no interior das igrejas. Mais tarde, este lugar de inumação foi também destinado aos súditos.³⁸ Assim, esses costumes foram sendo incorporados às sociedades ao longo dos períodos históricos.

No contexto da escravidão no final do período setecentista para o oitocentista, a cidade do Rio de Janeiro se transformara num polo em ascensão, no qual a religião cristã era hegemônica. Então, o papel da igreja católica, em tese, seria crucial para “encomendar” as almas, inclusive as almas da população africana recém-desembarcada de forma forçada em solo fluminense.

No período que remonta a um largo espaço histórico e temporal, à Antiguidade, Julio Medeiros Pereira ressalta que o cristianismo se impôs como uma religião inumista e conseguiu colocar os sepultamentos intramuros nas cidades, assim:

A morte passara, mesmo que de forma simbólica, a pertencer aos cuidados da Igreja, porquanto abadias, irmandades, corporações religiosas e de ordens terceiras, passaram a dominar este terreno que se tornava de jurisdição sacerdotal. Era o enterro *ad Sanctus*.³⁹

³⁷ Pereira, Júlio César de Medeiros. *Geminal: morte e sepultamento de Pretos Novos no Rio de Janeiro do século XIX. Habitus*. Goiânia, v. 10, n.2, pp. 173 - 185, jul/dez. 2012, p.175.

³⁸ Pereira, op. cit., 2012.

³⁹ PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da Terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 32.

Não surpreende, portanto, que uma cidade caracterizada pela religião cristã, como o Rio de Janeiro, também tivesse, além da forma simbólica, mas também prática, a Igreja Católica, as irmandades, os conventos e demais ordens religiosas como cuidadoras da morte.⁴⁰ A “estranheza” permeia, portanto, na etimologia do termo “*ad Sanctus*”, ou seja, dentro das Igrejas. Longe de alcançar seus sepultamentos no interior delas, assim como os demais africanos e outras pessoas comuns, os escravizados novos passaram a ocupar o lugar externo a elas, uma vez que o cemitério destinado àquelas almas fora construído em frente à igreja, do lado de fora. Esse fato, legitimava lugares para a elite, para pessoas livres e pobres, para os africanos filiados a irmandades e apontando o lugar de inumação para os “desprestigiados”, os chamados *pretos novos*, enfim, reafirmando a hierarquia social mesmo após a morte.

Claudia Rodrigues observa, no entanto, que a prática de sepultamentos dentro das igrejas e em seu entorno ainda era comum na primeira metade do século XIX, período de abrangência do nosso estudo. De acordo com a autora, grande parte da população da corte adotava esta prática de inumação. A mudança nesse trânsito, que percorre o caminho da morte, surge com o aparecimento da epidemia de febre amarela, em 1850, causadora do pânico aos mortos.⁴¹

Mais adiante voltaremos nosso olhar para uma análise do cemitério e o destino dos corpos dos escravos novos. Antes, porém, na próxima seção, consideramos relevante escrever um breve histórico sobre alguns acontecimentos que antecederiam os embarques forçados da África para as Américas, especialmente para a América Portuguesa. Com efeito, traçaremos um esboço sobre a travessia do Atlântico e o apagamento da memória, que atormentava permanentemente os africanos escravizados, antes mesmo que a morte se desse, de fato, no momento do desembarque; ou anos depois, ainda no cativeiro, para a grande maioria.

1.2. A travessia do Atlântico e o apagamento da memória

A viagem nos tumbeiros era longa e muito cansativa. A travessia além-mar representou o mais cruel embarque compulsório da África para as Américas,

⁴⁰ PEREIRA, op. cit., 2006.

⁴¹ RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos: Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGD e Informação cultural, 1997, p. 53.

especialmente para o Brasil, participante majoritário do tráfico de africanos escravizados.

“Calunga Grande é o mar, a enormidade do seu destino e do seu horizonte. Calunga pequeno é a terra que recebe esses corpos e os transforma em semente”.⁴² Em que pesem a descrição e a representação, acreditamos que no imaginário dos africanos escravizados, Calunga Grande representava a morte, que junto à ideia incerta de se chegar à terra firme, poderia ser a incomensurável tumba, já que milhões deles foram transportados da África para as Américas. Uma travessia impensada por eles mesmos, sobre cujos destinos também não se sabia nada ou quase nada. Além do mais, Calunga Grande poderia ser o destino final para aqueles africanos que não suportassem a viagem.

Conta a tradição africana que, antes do embarque forçado, os africanos cativos passavam por um ritual de desenraizamento em torno da árvore da ancestralidade, o Baobá. Este ocorria à noite, para que a escuridão dificultasse as fugas e os impedisse de encontrar o caminho de retorno.⁴³ Ao que parece, o ritual consistia num desapego da cultura e das tradições africanas, destituindo um povo de sua memória e de sua ancestralidade: a morte simbólica. Segundo Júlio Medeiros, os bantos eram um povo que praticava o culto aos ancestrais. Logo, a imagem dos antepassados era crucial para a manutenção da própria vida. Assim, morrer longe dos seus ou não ser inumado, seria uma ruptura na manutenção da própria existência em comunidade.⁴⁴

Consideramos a relevância dessas narrativas e sua contribuição para o enriquecimento do conhecimento histórico. Todavia, concebemos que há a tentativa de apagamento da história e da memória da escravidão em vários espaços onde esteve presente durante séculos.

Neste contexto, consideramos relevante enfatizar que o conceito de narrativa histórica operado nesta obra tem seu suporte teórico na acepção de Paul Veyne, para quem a narrativa histórica é entendida enquanto uma produção a partir de

⁴² MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande**. Três séculos de imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899). São Paulo, Edusp, 2000. Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Revista de Antropologia da USP**, Resenha, maio/2002, p. 227. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012001000200010>.

⁴³ Site: Instituto Fazendo História. Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/>

⁴⁴ PEREIRA, op. cit., 2012, p. 178

vivências e interpretações plurais.⁴⁵ Assim se configura a história da escravidão em torno do Complexo Negreiro do Valongo, de várias narrativas em que os historiadores enriquecem a história com suas pesquisas e produções historiográficas. Nesta lógica, o terreno da memória é revisitado inúmeras vezes. Sempre que um historiador se debruça para delimitar sua pesquisa, ele se coloca como um viajante do tempo que procura descobrir novos elementos para preencher os espaços vazios de sua bagagem. Assim, nesta passagem é importante fazer algumas distinções, que visam não se perder do seu trajeto. A primeira é distinguir os conceitos história e memória.

Segundo Pierre Nora, embora a memória e a história apresentem semelhanças, são categorias distintas. Para o autor, a memória representa a vida, está permanentemente em evolução, é carregada por grupos sociais vivos e muitas vezes transportada para outros lugares. A memória, aponta Nora, está suscetível à lembrança e ao esquecimento. Por isso, é vulnerável a todos os usos e manipulações.⁴⁶ Em outras palavras, a memória pode ser lembrada, mas também pode ser suplantada, negligenciada, silenciada, apagada, em suma, esquecida. Para Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.⁴⁷

Um exemplo deste apagamento simbólico e material mencionado foi enfatizado por Monica Lima, cuja abordagem versa sobre o aterramento do Cais do Valongo, pedra sobre pedra, para recepcionar a chegada da Imperatriz Consorte do Brasil Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, então esposa do Imperador D. Pedro II. O nome do Cais fora apagado, sendo a partir de 1843 intitulado de Cais da Imperatriz.⁴⁸ De acordo com Lima:

⁴⁵ Veyne, Paul Marie. 1930. **Apenas uma narrativa verídica**. In: Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 18.

⁴⁶ Nora, Pierre. Entre história e memória: A problemática dos lugares. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28. Tradução de Yara Aun Khoury, 1993, p. 09.

⁴⁷ NORA, op. cit.

⁴⁸ LIMA, Monica. História, Patrimônio e Memória Sensível: O cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Outros Tempos – Pesquisa em Foco - História**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 26, pp. 98-111, 2018, pp. 101-102.

A história do Cais do Valongo pode ser considerada um exemplo desse processo de identificação e apagamento do passado e da criação de tradições. Sabia-se da existência do cais pelos documentos históricos, mas não se tinha sua localização precisa até ser desenterrado em 2011 nas obras de reforma urbana na região portuária do Rio de Janeiro. A forma como foi apresentado o seu descobrimento ao público contribuiu em grande parte para reforçar seu significado. A equipe de arqueologia que foi chamada para avaliar o sítio, ao constatar que era um cais de pedra da antiga praia do Valongo do século dezenove e confirmar na pesquisa arqueológica e documental a sua importância histórica, mobilizou a comunidade ao tornar pública na imprensa tal descoberta, o que levou a que fossem convocadas lideranças religiosas de matriz africana para reconhecer o local e os vestígios encontrados desde seus saberes – trazendo, para essa visita de campo, mães de santo de grande prestígio na comunidade. Essas mulheres, mães de santo renomadas na região e na cidade, ao serem apresentadas ao cais, identificaram a presença de marcas de dor e sofrimento e diagnosticaram a necessidade de uma limpeza espiritual no local. E, então, em 2012 realizou-se a primeira cerimônia de lavagem simbólica do Cais do Valongo, transformada depois em evento anual e hoje faz parte do calendário oficial de celebrações da cidade – institucionalizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A tentativa de apagamento da memória e da história da escravidão presente no complexo negreiro do Valongo pode ser percebida a partir do aterramento desse Cais, que foi encoberto por um novo piso que deu vida ao Cais da Imperatriz. A partir da data citada pela historiadora Monica Lima, 1843, o Cais do Valongo passou a ganhar um status de nobreza, de uma linhagem que migrou da Europa por sua própria vontade, quando não para perpetuar privilégios presentes nos acordos que orientavam as relações marítimas. Mas por baixo da superfície aparentemente plana e tranquila estão os vestígios da memória material e simbólica da escravidão, resultado do desembarque forçado dos africanos escravizados denominados pretos novos, violentamente transportados da África ao Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro, através do Cais do Valongo, que deixou de funcionar com esta função específica em 1831. Teresa Cristina era uma migrante esperada por todos e todas, porque representava uma figura muito importante, tanto social como politicamente para a sociedade da época. Mas a história não assinou este documento que objetivava ao apagamento da memória.

Neste contexto habitado pela história e pela memória, consideramos relevante a distinção destas categorias para melhor percorrermos o labirinto do tempo. Recorremos à definição enfatizada por Nora no que remete à distinção sobre a natureza das categorias memória e história. De acordo com o autor, a história trabalha no campo das representações e sua função é proteger a memória do

esquecimento e dos apagamentos. Ele declara que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.⁴⁹ E essa reconstrução é incompleta, porque é impossível reconstituir o vivido tal como aconteceu. É tarefa da história reconstituir o passado, através dos registros e dos vestígios, a partir dos elementos constitutivos da memória.

No caso específico do Cais do Valongo, a memória reside no saber histórico de sua própria existência, mas também nos elementos materiais, nos artefatos que são suportes às memórias dos pretos novos, como por exemplo, entre outros elementos, os vestígios ósseos encontrados no Cemitério dos Pretos Novos, hoje pertencentes ao acervo do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, o qual abordaremos no segundo capítulo deste trabalho.

Retomando a ideia representada nos rituais de desenraizamento da ancestralidade que abordamos anteriormente, consideramos relevante a caracterização da árvore que é mencionada como símbolo de resistência e de resiliência: o baobá.

Baobás são árvores originárias do continente africano que vivem muitos anos. Segundo Sara Machado, estas árvores podem chegar a aproximadamente 30 metros de altura e seus troncos grossos podem alcançar uma circunferência de cerca de 7 metros de diâmetro. Seus galhos são tortuosos e desfolhados, assemelham-se a raízes.⁵⁰ Para além desta caracterização, neste contexto a importância dos baobás para os africanos escravizados e forçados ao embarque da África para o Brasil está ligada à memória da vida que precede a escravidão. Como observa a autora, “os baobás podem chegar a viver por tantos anos, séculos ou milênios, que constituem verdadeiros ancestrais vivos”.⁵¹

Salientamos que a primeira árvore baobá que vislumbramos foi aquela que se encontra atualmente no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, como um símbolo de resistência ao esquecimento (Fig. 01). Fiquei realmente impactada com a energia que a presença daquela árvore transmite naquele lugar de memória, desde o qual propomos uma história do saber escolar sobre a temática da escravidão que se configurou naquele espaço.

⁴⁹ Nora, op. cit.

⁵⁰ MACHADO, Sara Abreu da Mata. **Baobá na encruzilhada: ancestralidade, Capoeira Angola e permacultura**. 2016. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa de Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2016, p. 16.

⁵¹ MACHADO, op. cit.



Figura 01. Baobá, Cais do Valongo. Fotografia captada durante o circuito de Herança Africana que participei em 25 de março de 2023. Arquivo pessoal.

Todavia, pesquisas revelam a presença de várias árvores baobás espalhadas por todo o Brasil, especialmente no estado de Pernambuco, contabilizando 150 árvores, sendo a capital Recife conhecida como a capital dos baobás nas Américas, com 70 árvores.⁵²

Conforme mencionamos, apesar da presença dos baobás no Brasil, esta árvore não tem suas origens fincadas em nosso território, mas teria ingressado através dos desembarques forçados dos africanos, sequestrados de suas pátrias. Portanto, para os africanos e seus descendentes, esta árvore é um símbolo de resistência à escravidão e ao esquecimento, sendo considerada sagrada para as religiões de matriz africana. O vínculo dos baobás com a travessia do Atlântico me leva a mergulhar na memória da escravidão e a me colocar tanto como pesquisadora, mas sobretudo como ser humano, nas perspectivas e expectativas daquelas pessoas que foram violentamente coagidas ao embarque nos portos da África.

De fato, Calunga Grande era o mar, mas supomos que para os africanos cativos, a travessia transatlântica consistia na representação da morte, pois a imensidão do mar era o traslado para um novo mundo, cuja realidade era desconhecida, de onde dificilmente saíam. Um mundo que os aprisionaria, não

⁵² Site: Brasil de Fato 20 anos. Projeto de distribuição de mudas de baobá por todo Brasil é criado pelo MST em Pernambuco, agroecologia. Edição: Vanessa Gonzaga. Pernambuco, fev/2023. Disponível: <https://www.brasildefatope.com.br/>

deixando a eles chances de retorno ao seu mundo de origem. Com efeito, os africanos escravizados desconheciam este novo lugar onde seriam inseridos; desconheciam igualmente a cultura de um mundo que jamais esteve entre os seus objetivos. Portanto, Calunga Grande era a morte não só do corpo e da alma, mas sobretudo um lugar sem expectativas de retorno à dimensão sagrada e à ancestralidade de milhões de africanos escravizados; era a morte de sua cultura e tradições.

Não surpreende, portanto, que os africanos cativos tenham resistido à morte cultural e também à morte natural, pois sem a resistência, o número de óbitos dos cativos teria sido absurdamente maior, uma vez que os traficantes de escravos não lhes prestavam nenhum tratamento humano no embarque, na travessia ou no desembarque obrigatórios. Roquinaldo Ferreira enfatiza que a resistência à escravidão foi crucial para que os africanos escravizados não perdessem o vínculo cultural com suas raízes:

Desde o início, africanos escravizados se voltaram contra o tráfico de maneira sistemática, através da fuga ou de revoltas. Durante a travessia marítima, as revoltas se davam no momento em que os navios ainda estavam próximos da costa, quando havia esperança de retornar às comunidades de origem. Em regiões sob influência portuguesa, como Angola, muitos africanos se valeram de mecanismos judiciais que derivavam da fusão do regime costumeiro africano com o aparato jurídico europeu. No século XIX, revoltas e fugas de escravos, assim como a colaboração de africanos escravizados, na forma de denúncias sobre iminentes embarques de cativos, contribuíram para o fim do tráfico atlântico em Benguela.⁵³

É fundamental destacar a relevância dessas várias formas de resistência à escravidão, pois reforçam a concepção de narrativas em que os escravizados são inseridos como protagonistas resilientes e inconformados com o tráfico, com a travessia na Calunga Grande, com a escravidão, em suma, com a tentativa de apagamento de sua história, memória, cultura e tradições.

Simone Pondé Vassalo lança luz a uma destas narrativas sobre a escravidão sob a perspectiva dos escravizados, ressaltando a sua condição humana. Neste sentido, a autora busca refletir sobre o processo de vitimização a partir da análise de suas ações e representações em torno dos vestígios ósseos encontrados no sítio

⁵³ FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia M. e Flávio Gomes (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro.⁵⁴ Desta maneira, estas teses apresentam-se como um alargamento de possibilidades para o enriquecimento das narrativas inscritas na historiografia, que refletem sobre a escravidão sob o ponto de vista dos senhores de escravos.

Outro recurso buscado pelos africanos escravizados na perspectiva da reelaboração cultural e da manutenção dos seus laços ancestrais e identitários foi a filiação às irmandades,⁵⁵ especialmente a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, assunto que abordaremos mais adiante neste capítulo.

Na próxima seção analisaremos a história do Cemitério dos Pretos Novos, partindo da premissa do papel da Igreja Católica e a importância das irmandades negras diante da morte e mais precisamente dos sepultamentos dos *pretos novos*. Observaremos também a precariedade apresentada nas covas destinadas aos escravizados novos, inclusive com o desrespeito às próprias práticas religiosas católicas.

1.3. Entre a cruz e a cova: o cemitério e os sepultamentos dos pretos novos

A questão que permeia a morte sempre foi objeto de delicada preocupação em quase todas as sociedades ocidentais,⁵⁶ da Antiguidade ao período medieval. Deste modo, tamanha relevância era dada aos lugares fúnebres. Se outrora era muito comum a distância dos lugares dos mortos do cotidiano dos vivos, com o transcorrer dos séculos estes lugares de inumação passaram a ter um vínculo com o contexto urbano. Os cemitérios passaram, ainda na Antiguidade, a ocupar o espaço das cidades; porém, cabe ressaltar que também passaram a ser motivo de preocupação e resistência dos moradores das cidades.

Como mencionado anteriormente, a questão envolvendo os cemitérios intramuros, conseqüentemente o convívio com os mortos, já era vivenciada desde a Antiguidade. Segundo Philippe Áries, já havia no período citado uma intolerância dos

⁵⁴ VASSALLO, Simone Pondé. Entre vidas objetivadas e vítimas da escravização: a trajetória das ossadas do Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro. In: **Revista Latinoamericana**, Niterói, n. 25, pp. 277-297, 2017, p. 285.

⁵⁵ HONORATO, op. cit., 2021, p. 146.

⁵⁶ Pereira, Júlio César de Medeiros. Germinal: morte e sepultamento de Pretos Novos no Rio de Janeiro do século XIX. **Habitus**. Goiânia, v. 10, n.2, pp. 173-185, jul/dez. 2012, p. 175.

vivos com a profanação provocada por um cadáver,⁵⁷ isto é, a intransigência dos vivos em estar em contato com os mortos. De acordo com Áries:

Apesar da sua familiaridade com a morte, os Antigos temiam a vizinhança dos mortos e mantinham-nos afastados. Honravam as sepulturas, em parte porque temiam o regresso dos mortos, e o culto que consagravam aos túmulos e aos manes tinha por objectivo impedir os defuntos de “voltarem” para perturbar os vivos. Os mortos enterrados ou incinerados eram impuros: demasiado próximos, arriscavam manchar os vivos. A morada de uns devia estar separada do domínio dos outros a fim de evitar qualquer contacto, excepto nos dias dos sacrifícios propiciatórios. Era uma regra absoluta. A lei das Doze Tábuas prescrevia-a: “Que nenhum morto seja inumado nem incinerado no interior da cidade” É retomado no código de Teodósio, que ordena que se levem para fora de Constantinopla todos os despojos funerários: “Que todos os corpos encerrados em urnas ou sarcófagos, no solo, sejam retirados e colocados fora da cidade”.⁵⁸

Seja por temor ou por repugnância dos vivos a recusa em conviver no mesmo espaço dos mortos, os cemitérios da Antiguidade estavam situados preferencialmente fora do espaço urbano. Localizados ao longo das estradas, ou ainda, em espaços privados ou coletivos, os cemitérios do mundo antigo talvez forneçam um modelo de inumações para as sociedades em sua posteridade.⁵⁹

Todavia, ao longo dos séculos algumas cidades em formação ou ascensão urbana foram mudando a sua concepção sobre a prática de enterrar seus mortos fora das cidades. O Cemitério dos Pretos Novos constitui um desses locais de inumação construídos dentro do perímetro urbano. Mas em relação à precariedade, não se distancia das práticas de sepultamento realizadas nos Cemitérios da Santa Casa de Misericórdia e Santa Rita.⁶⁰ Neste contexto, cabe ainda ressaltar que o cemitério criado para sepultar os escravos novos, tanto o da Freguesia de Santa Rita como aquele posteriormente criado no Valongo, constituíam partes integrantes da espinha dorsal, que era a escravidão de africanos novos no Rio de Janeiro, no final período setecentista para o oitocentista. Em outras palavras, o Cemitério dos Pretos Novos complementava a tríade exigida pelo tráfico transatlântico: tráfico de almas, amplo mercado e o cemitério para descarte dos corpos.

⁵⁷ ARIÈS, Philippe. **O homem perante a morte**. Portugal: Biblioteca Universitária, publicações Europa-América. Vol.1, 1977, pp. 41-42.

⁵⁸ ARIÈS, op. cit., p. 41

⁵⁹ ARIÈS, op. cit., p. 42.

⁶⁰ NARA JÚNIOR, José Carlos. **O Cemitério dos Pretos Novos de Santa Rita: História social e arqueologia da transição do complexo escravagista do Rio de Janeiro setecentista**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, p.1 99-200.

Há divergências entre os historiadores sobre as datas de criação do cemitério. De acordo com Soares (2000), citado por Júlio Medeiros Pereira, em 1722 foi criado um cemitério intramuros para depositar os corpos dos *pretos novos*, os africanos recém-desembarcados no Rio de Janeiro, na Freguesia de Santa Rita.⁶¹ Neste contexto que permeia os enterramentos, como já mencionado, a presença material e simbólica da Igreja Católica foi de grande relevância, desde o início das obras de fundação da matriz de Santa Rita, cuja pedra fundamental foi levantada em 1721, até as atividades cemiteriais.⁶²

João Carlos Nara, porém, enfatiza que o cemitério projetado para os *pretos novos* seria no Poço dos Porteiros, longe portanto da Praça do Comércio, mas os sepultamentos acabaram sendo incluídos na matriz paroquial de Santa Rita e, mais tarde, no Largo de São Domingos. Conseqüentemente, a concretização deste projeto só ocorreu a partir da transferência definitiva do tráfico escravagista para o Valongo em 1774, realizada pelo vice-rei Marquês de Lavradio, para que o cemitério fosse instalado nesta região.⁶³

A fundação da igreja de Santa Rita, contudo, foi o passo crucial para a gênese do Cemitério dos Pretos Novos, uma vez que fora adaptado no adro da matriz.⁶⁴ Todavia, se a vida dos negros africanos já era motivo de desprezo, com o pouco apreço destinado aos seus corpos enquanto seres humanos, sendo considerados úteis apenas por seu valor comercial, não é difícil imaginarmos como seus vestígios cadavéricos expostos no cemitério incomodavam a elite cristã e escravista que habitava o perímetro urbano do centro da Capital.

Segundo Nara, o ano de 1722 foi muito importante para a expansão urbana do Rio de Janeiro e a consolidação do tráfico de escravizados, porém os enterramentos de *pretos novos* no campo santo de Santa Rita só começaram a ser realizados em 1741.⁶⁵ Entretanto, devido a inúmeros problemas decorrentes do

⁶¹ SOARES, 2000. Apud Pereira, Júlio César de Medeiros da Silva. *Geminal: morte e sepultamento de Pretos Novos no Rio de Janeiro do século XIX. Habitus*. Goiânia, v. 10, n. 2, pp. 173–185, jul/dez. 2012, p. 174.

⁶² De acordo com Júlio Medeiros Pereira, a igreja de Santa Rita foi fundada por Manoel Nascentes Pinto, fidalgo português que ocupava o cargo de *sellador-mor* da Alfândega, um emprego vitalício que foi concedido por prestar bons serviços à Coroa. O ofício consistia em estar presente na Alfândega e vistoriar tudo o que adentrava no porto do Rio de Janeiro. Vide: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da Terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, pp. 67-70.

⁶³ NARA, op. cit., 2019, p. 191.

⁶⁴ PEREIRA, op. cit., 2006, p. 70.

⁶⁵ NARA, op. cit., p. 193.

tráfico de escravizados e dos sepultamentos precários, o mercado de escravos foi trasladado para o Valongo, região que compreendia a extensão da Saúde a Gamboa. Este fato levou à necessidade da criação de outro cemitério para os *pretos novos*, que só se consolidou nessa região em 1779, com a transferência dos barracões de venda, classificados como casas de engorda, para a rua do Valongo (atual Camerino).⁶⁶ Já as práticas de inumação no Cemitério dos Pretos Novos se estenderam até aproximadamente 1830.⁶⁷

Júlio Medeiros Pereira afirma que o Cemitério dos Pretos Novos já apresentava certa precariedade desde o início do seu funcionamento.⁶⁸ À Igreja pertencia a função de orar pela salvação da alma dos *pretos novos*. Contudo, supõe-se que não se envolvesse de forma efetiva, conforme a tradição cristã, nos rituais de inumação ou desse pouca importância a eles; ou seja, com relação aos escravos novos, a instituição católica fazia vistas grossas para as práticas de sepultamento, e os corpos dos mortos eram jogados no cemitério como os menos privilegiados.

A fragilidade e insegurança que se apresentavam na prática dos sepultamentos no Cemitério dos Pretos Novos chegaram a causar sérios problemas entre os moradores da Freguesia de Santa Rita e seus arredores: mau cheiro, precárias condições de higiene e até suspeitas de que os vestígios aparentes nas sepulturas poderiam ser causadores de muitas mazelas que porventura viessem a acometer os moradores do centro urbano. Houve resistências à permanência daquele espaço de inumação de pretos novos nas proximidades dos grandes casarões do centro urbano.

Vale ressaltar que além dos moradores a quem fizemos menção, os quais se sentiam incomodados com a vigência do cemitério, estão os membros da elite, que firmavam seus negócios a partir do tráfico de africanos escravizados.

Com efeito, houve grande mobilização urbana com vistas à não manutenção do Cemitério dos Pretos Novos no perímetro urbano. Após várias petições dos moradores insatisfeitos com os odores exalados pelos restos mortais dos pretos novos na freguesia de Santa Rita, o vice-rei Marquês de Lavradio, então governador

⁶⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. (in: CHEVITARESE & GOMES, 2017, p. 7), citado por NARA, op. cit., p. 191.

⁶⁷ PEREIRA, op. cit., 2006.

⁶⁸ LUCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país de 1800 a 1818. p. 39. Apud PEREIRA, op. cit., 2006, p. 78.

do Rio de Janeiro, assim como outros governadores que o antecederam, tinha a clara intenção de retirá-lo da área central da cidade. Logo, por volta de 1769, o primeiro e certo passo foi planejado: a transferência do mercado de escravos para a região do Valongo, mais precisamente para a Rua do Valongo, de onde se poderia acessar diretamente o porto.⁶⁹ Contudo, de acordo com o historiador Cláudio Honorato, esta iniciativa não agradou aos negociantes de escravizados, que protestaram junto ao Tribunal da Relação. Estes conflitos só foram resolvidos em 1774, quando o vice-rei confirmou o edital do Senado, transferindo definitivamente, como mencionado, o mercado de escravos para o Valongo.⁷⁰ Esta foi talvez a medida mais eficaz para movimentar o tráfico e o comércio de africanos escravizados. A mudança do mercado para o Valongo significou a proximidade com o cais, facilitando a entrada daqueles. E assim, na mesma região em que desembarcavam, eram comercializados e, por ocasião de sua morte, ali mesmo sepultados.

O próprio Marquês do Lavradio chegou a proferir a ideia de que os negros novos não sairiam da região do Valongo nem mortos.⁷¹ E assim, se concretizou a relação dos Pretos Novos com o modo de vida, que não escolheram, bem como com a morte.

Como podemos verificar no mapa a seguir (Mapa 2), a geografia da região do Valongo era muito estratégica e prática para os traficantes, pois apresentava condições bastante favoráveis ao tráfico de africanos escravizados e muito desfavoráveis aos cativos. Sua proximidade com o porto era promissora ao grande comércio de almas e, ao mesmo tempo, via de regra, dificultava possíveis fugas dos escravizados novos. Segundo Andrea Lessa, os escravizados eram devidamente vigiados e presos a grilhões, sendo assim, não poderiam escalar facilmente os paredões de pedras dos morros da Conceição, da Saúde e do Livramento.⁷² Outro fator vantajoso para a sociedade escravista foi a separação da gente de cor, que

⁶⁹ PEREIRA, op. cit., 2006, pp. 76-78.

⁷⁰ HONORATO, Cláudio de Paula. Nas fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã. In: VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia (orgs.). **Culturas e resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018, p. 45.

⁷¹ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **Desembarques**, In: FLORENTINO, Manolo (Org.). Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, século XVII-XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 47 - 48. Apud PEREIRA, op. cit., pp. 77 - 78.

⁷² LESSA, Andrea; TAVARES, R. B; CARVALHO, C. R. Paisagem, morte e controle social: o valongo e o cemitério dos pretos novos no contexto escravocrata do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. **Paisagens híbridas**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, pp. 132-161, 2018, p. 39.

passou a viver, se é que podemos assim considerar a vida, com a ausência da liberdade, na periferia do grande centro urbano, longe portanto das vistas da gente da boa sociedade.

Mapa 2 - A região do Valongo e seus arredores



Acervo do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos. Disponível em: [Museu Memorial – IPN \(pretosnovos.com.br\)](http://museumemorial-ipn.pretosnovos.com.br)

A partir da análise cartográfica, observamos a constituição de um amplo Complexo Negreiro de africanos escravizados nesta região do Valongo. Numa extensão geográfica que vai da Prainha à Gamboa, este complexo se constituiu como desembarcadouro (não só de escravizados como também de mercadorias), armazéns de venda, mercado de escravizados e o cemitério.⁷³

Assim, a empresa colonial escravista na América, com sede principal no Rio de Janeiro, passou a operar com mais eficácia tendo todos os elementos necessários ao tráfico negreiro: desembarque, mercado e cemitério, que fora também deslocado do Largo de Santa Rita.

Destarte, ressalta-se a importância da transferência do mercado de escravizados para a região do Valongo, pois em decorrência desta se deu a

⁷³ SOARES, Carlos Eugenio L. Geografia do Valongo. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, pp. 150-161, jan./jun., 2016, p. 154.

necessidade de criação de um cemitério, que passou a operar como espaço de sepultamentos dos pretos novos por quase um século.

Segundo Júlio Medeiros Pereira, a fase final do Cemitério dos Pretos Novos se deu entre os anos de 1824 e 1830, tendo recebido neste período cerca de 6.000 sepultamentos; e seu espaço físico depositário de corpos (e almas) media aproximadamente 100m².⁷⁴ Desta forma, os corpos dos africanos escravizados recém-desembarcados em solo fluminense eram amontoados num espaço que não comportava a demanda do tráfico transatlântico. Enterrados em covas rasas, e por vezes incinerados, tinham seus corpos descobertos por ocasião das chuvas. Era comum observar vestígios cadavéricos no Cemitério dos Pretos Novos, o que causava, como já mencionado, maus odores e incômodos aos moradores de uma região em ascensão.⁷⁵ Percebe-se, portanto, que a questão do referido cemitério dos *recém-desembarcados*⁷⁶ estava longe de ser resolvida, e que sua transferência, embora estratégica, também desagradou aos moradores do Valongo e redondezas, que passaram a conviver em um ambiente insalubre e de repugnantes odores em função das condições apresentadas no Cemitério dos Pretos Novos.

Com a consolidação do mercado de escravizados no Valongo, a morte espreitava a todos, por consequência das condições das viagens, das doenças que assolavam a população africana recém-desembarcada e das péssimas condições de higiene no porões dos navios tumbeiros e nos barracões, locais onde eram depositados após passarem pelo período de quarentena⁷⁷ antes de iniciarem um longo processo que culminou no nefasto negócio a que destinavam suas vidas. O costume de colocar os *pretos novos* em quarentena para uma possível cura de algumas mazelas tinha a clara finalidade de prevenir contaminações geradas pelo comércio. Na circunstância da morte, o cemitério seria a providência final tomada pela sociedade escravista. Porém, a transferência do mercado de escravizados e, conseqüentemente, do Cemitério dos Pretos Novos, não resolveu o dilema que outrora incomodava os moradores do centro. Ao contrário do que projetavam os

⁷⁴ PEREIRA, op. cit., 2012, p. 174.

⁷⁵ PEREIRA, op. cit., 2006, p. 80.

⁷⁶ Optamos pela expressão “recém-desembarcados” em vez da expressão “recém-chegados”, uma vez que os escravos denominados Pretos Novos não chegavam ao Cais do Valongo por sua própria vontade, mas através do embarque e desembarque forçados.

⁷⁷ Segundo PEREIRA, op. cit., 2006, pp. 78-79, as etapas do processo constituíam o pagamento dos impostos sobre todos os escravizados acima de três anos e a quarentena de oito dias, período em que os cativos tinham suas chagas cuidadas e às vezes, recebiam uma muda de roupa.

escravistas, os problemas envolvendo as inumações só foram movidos de local, persistindo a partir de então no cotidiano dos moradores do Valongo e redondezas.

Supomos que todos estes transtornos ocasionados pelo cemitério decorriam da prática de sepultar os *pretos novos* com pouca terra que não lhes cobria completamente os corpos. Este fato revela dois pontos importantes: o primeiro diz respeito ao número crescente de africanos que eram constantemente forçados ao desembarque no Cais do Valongo. Logo, por ocasião da morte, considerando o diminuto espaço que compreendia o Cemitério dos Pretos Novos, os corpos eram jogados em covas rentes ao plano do terreno. O segundo ponto refere-se ao total descaso e desrespeito às próprias tradições católicas com relação ao morrer. Embora a Igreja Católica já pregasse, há séculos, a ideia da boa morte, segundo a qual os africanos escravizados também deveriam ser inumados de acordo com a tradição cristã, os procedimentos não eram respeitados. Logo, os escravos novos ficam entre a cruz, na simbologia cristã, e as covas precárias, destino daquelas almas desembarcadas no Cais do Valongo.

Todavia, não podemos ignorar o importante papel desempenhado pelas irmandades e confrarias de africanos na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Honorato, as irmandades, entendidas como associações religiosas construídas por africanos e seus descendentes, tiveram um papel fundamental na reorganização da cultura religiosa africana na América Portuguesa, inclusive auxiliando-os por ocasião da morte.⁷⁸ Segundo Honorato, as irmandades:

Representaram para os negros africanos e seus descendentes a oportunidade de se reorganizarem política, social e culturalmente, possibilitando para os africanos a reconstrução de sua identidade étnica. Elas funcionavam como sociedades de mútua ajuda de caráter religioso em que os leigos se reuniam em torno da devoção de um orago, cujas regras de funcionamento e gestão eram reguladas por um estatuto ou compromisso. Através desse regimento se estabeleciam critérios de admissão dos confrades. Estes contribuía com taxas de entrada, anuais e esmolas, assim como estabeleciam as normas para eleição da Mesa Diretora, responsável por administrar os assuntos cotidianos da confraria.⁷⁹

⁷⁸ Honorato, Claudio de Paula. **Entre Rio de Janeiro e África: as diferentes vivências da morte e do morrer entre os africanos e seus descendentes na cidade do Rio de Janeiro (c.1700 – c.1850)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021, pp. 141-143.

⁷⁹ DELFINO, Lenora Lacerda. **O Rosário da Almas Ancestrais: fronteiras, identidades e representações: do “viver e morrer” na diáspora atlântica**. Freguesia do Pilar. São João Del-Rei (1787-1841). Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2017, p. 17. Apud HONORATO, op. cit., 2021, p. 142.

De acordo com o exposto, a função das irmandades era muito relevante, favorecendo uma rede de sociabilidade e solidariedade entre os africanos.⁸⁰ Inclusive, uma de suas principais funções era proporcionar aos seus associados funerais solenes que contassem com a presença dos seus confrades e realizar sepultamentos dentro das capelas e missas fúnebres.⁸¹ Segundo Honorato, “a irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, de resistência à escravidão para muitos africanos e seus descendentes nascidos no Brasil e ao mesmo tempo espaço de devoção religiosa”.⁸²

Entretanto, de acordo com Júlio Medeiros, os escravizados africanos denominados de *pretos novos* não haviam sido inseridos no contexto social da época – a despeito de terem recebido o batismo cristão na África ou nos porões dos navios –, por isso não chegavam a se filiar às irmandades, pois não resistiam às longas viagens nos negreiros ou morriam alguns dias depois. Daí, eram sepultados sem nenhuma cerimônia fúnebre, lançados à flor da terra.⁸³ A esta situação de desconsideração do batismo, soma-se a questão econômica, pois para se filiar a uma irmandade os africanos escravizados pagavam para ser inseridos no contexto social.⁸⁴ E ainda, como constata Honorato, “a filiação a uma irmandade poderia ser o único recurso para um funeral diferente daquele destinado aos Pretos Novos nos cemitérios destinados aos desprivilegiados”.⁸⁵ Contudo, é preciso deixar evidenciado que o tempo de vida dos pretos novos era tão efêmero que eles nem tinham como se integrar a uma irmandade.

Mesmo considerando que os ditos *pretos novos* ainda não tivessem vínculos de sociabilidades com o corpo social, ressaltamos que a distinção social imposta pela sociedade escravista e aceita pelo catolicismo criou um abismo social entre os africanos que podiam arcar com as despesas dos sepultamentos e aqueles a quem não se oferecia nenhum meio de serem objeto das cerimônias exigidas, segundo as concepções vigentes, para o alcance da “boa morte”.

⁸⁰ HONORATO, op. cit., 2021, p. 141.

⁸¹ REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 4. Apud HONORATO, op. cit., 2021, p. 143.

⁸² HONORATO, op. cit., p. 143.

⁸³ PEREIRA, Júlio César de Medeiros. À flor da terra: morte e sepultamento de escravos recém-chegados no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1997. Apud PEREIRA, op. cit., 2012, p. 176.

⁸⁴ De acordo com o historiador Claudio Honorato, os africanos escravizados contribuíam com taxas de entrada, anuais e esmolas para se manterem nas irmandades. Ver em: HONORATO, op. cit., 2021, p. 142.

⁸⁵ HONORATO, op. cit., 2021, p. 146.

Convém enfatizar que a hierarquização em torno dos sepultamentos de pessoas escravizadas ainda era comum no contexto que permeia o final do século XVIII para o XIX. Enquanto escravizados filiados às irmandades poderiam ocupar o interior das igrejas em seu fim derradeiro, os *pretos novos* eram sepultados no pátio exterior da matriz de Santa Rita, isto é, havia uma zona de hierarquia interna a qual as camadas sociais eram organizadas, mas este espaço não era destinado aos escravizados novos.

Bravo, no entanto, destaca que o afastamento físico entre os vivos não era tão manifesto entre as camadas sociais distintas, pois escravos, libertos e brancos conviviam no mesmo espaço, mas no momento último do ciclo vital a hierarquia dos vivos se manifestava demarcando lugares distintos para os mortos conforme a posição social que ocupavam.⁸⁶

É preciso observar que as distinções promovidas pela sociedade escravista eram inseridas em um contexto e estrutura sociais as quais poderiam ser vistas como práticas comuns, socialmente aceitas. Embora estas práticas sejam pertinentes ao contexto histórico em que estavam inseridas, produções recentes vêm enriquecer essas teses, traçando parâmetros de análise que revisam as narrativas que partiam das relações entre senhores e escravizados, em que os negros eram considerados “mercadorias”.⁸⁷ De fato eram assim classificados perante às circunstâncias do período, mas narrativas recentes apresentam um outro olhar sobre os escravizados. Neste sentido, a partir dos estudos em torno dos vestígios ósseos encontrados no sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, Simone Pondé busca refletir sobre os escravizados levando em conta as suas ações, ressaltando a sua condição humana.⁸⁸ Reforçando a importância das análises contemporâneas, a historiadora Ynaê Lopes evidencia que a “violência do sistema colonial é muitas vezes retratada de forma naturalizada, como se a escravidão, a exploração e a própria colonização fossem estágios obrigatórios pelos quais a humanidade precisasse passar”.⁸⁹ Outros estudos começam na premissa de

⁸⁶ BRAVO, Milra Nascimento. **Hierarquias na Morte**: uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2014, p. 101-102.

⁸⁷ VASSALLO, op. cit., 2017, p. 285.

⁸⁸ VASSALLO, op. cit., 2017.

⁸⁹ SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo Brasileiro**: uma história da formação do país. I ed., São Paulo: Todavia, 2022, p. 24.

inscrever novas narrativas sobre a escravidão, atenta para o que tem sido entendido como um epistemicídio cultural.

Ramón Grosfoguel enfatiza que a ideia do racismo religioso direcionado aos povos originários já era presente no contexto da “conquista das Américas”. Como enfatiza o autor, logo após o desembarque no Atlântico, Colombo classificou os povos encontrados como “povos sem religião” e de fácil conversão religiosa ao cristianismo.⁹⁰ Como se lê a seguir:

[...] a mim me parece que [eles] são um povo pobre de tudo. Todos andam nus como suas mães os puseram no mundo... Devem ser servos bons e desenvoltos, pois observei que assimilam rapidamente aquilo que lhes é dito. E acredito que podem ser facilmente convertidos em cristãos, me parece que não formam uma seita.⁹¹

Ainda de acordo com Grosfoguel, a classificação de “povos com religião” versus “povos sem religião” presente no imaginário cristão do século XV era equivalente à presença ou à ausência de uma alma. Assim, sugere-se que a caracterização dos povos originários como “sem religião” faz referência à ausência de humanidade. Como afirma Maldonado (2008a), apud Grosfoguel:

A referência aos indígenas como sujeitos sem religião os remove da categoria humana. A religião é universal entre os seres humanos. Entretanto, a alegada falta de religiosidade entre os nativos não é tomada inicialmente para indicar a própria falsidade da assertiva, mas, ao contrário, serve para afirmar a existência de sujeitos não completamente humanos no mundo. A assertiva de Colombo sobre a falta de religião dos povos indígenas introduz um novo significado antropológico para o termo. À luz do que vimos até aqui, se faz necessário adicionar que este significado antropológico também se conecta a um método bastante moderno de classificação dos seres humanos: o racial. Com uma única jogada, Colombo trouxe o discurso sobre religião do plano teológico para o plano da antropologia filosófica moderna, que distingue diferentes graus de humanidade através de identidades fixadas, posteriormente denominadas raças.⁹²

Nesta perspectiva, a contextualização do racismo religioso, que remonta à “conquista das Américas”, abre um amplo debate para repensarmos o “racismo de

⁹⁰ GROSGUQUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, pp. 25-49, jan/abr, 2016.

⁹¹ MALDONADO-TORRES, Nelson. **Religion, conquête et race dans la fondation du monde moderne/colonial**. In: MESTIRI, Mohamed; GROSGUQUEL, Ramon; SOUM, El Yamine (Eds). *Islamophobie dans le monde moderne*. Paris: IIIT, 2008a, p. 217. Apud GROSGUQUEL, op. cit., 2016, pp. 34-36.

⁹² MALDONADO, op. cit., 2008a, p. 217. Apud GROSGUQUEL, op. cit., p. 36.

cor” que, no caso do Brasil, tem suas raízes nos primórdios de sua História.⁹³ Outrora revestido de prática social normalizada numa sociedade que se formara a partir do comércio de africanos escravizados, o racismo foi sendo construído e naturalizado desde a formação da história do país. Com efeito, embora o discurso em torno do “racismo de cor” não fosse abertamente fomentado, surgia revestido de ato comum, o que serviu para padronizar as práticas proferidas por uma sociedade escravista durante os séculos de escravidão africana nas Américas.

Longe de praticarmos anacronismo histórico-temporal, mas examinando a construção histórica e social do racismo ao longo da História, nosso propósito é nos inclinar sobre o passado a fim de analisar como o racismo foi construído e naturalizado pela lógica de uma sociedade que o projetou e o adotou com naturalidade. Segundo a historiadora Inaê Lopes, “não há história do Brasil sem racismo.”⁹⁴ Como afirma a autora:

O racismo é um sistema de poder e de opressão historicamente construído. Acredito que ao trabalhar a permanência e as mudanças do racismo no Brasil, podemos nos distanciar dessa aura falaciosa de naturalidade criada pela lógica racista e compreender com mais profundidade as engrenagens do sistema.⁹⁵

Assim, a forma de sepultamento para os *pretos novos* – em que todos os preceitos da própria religião eram dispensados – pode ser entendida como mais uma forma de desumanização; eles seriam incapazes, inclusive, de ingressar na religião a que estavam, em teoria, sendo convertidos.

Embora essa forma de sepultamento também ocorresse nos Cemitério da Santa Casa da Misericórdia e no Cemitério dos Pretos Novos de Santa Rita,⁹⁶ essas práticas de inumação, entendidas como uma das facetas da escravidão, nos enquadramentos que recebeu em solo fluminense, não podem ser concebidas apenas como fatos sociais normalizados no Brasil oitocentista. Na verdade, elas constituem as mais profundas raízes do racismo de cor operacionalizado em função de um amplo mercado gerador de lucros, hoje perpetuado na forma de um racismo estrutural.⁹⁷

⁹³ SANTOS, op. cit., 2022, p.16.

⁹⁴ SANTOS, op. cit., 2022.

⁹⁵ SANTOS, op. cit., 2022.

⁹⁶ NARA, op. cit., 2019.

⁹⁷ SANTOS, op. cit., 2022.

Em se tratando de corpos, mais precisamente de corpos pretos, o destino dos *pretos novos* – esses africanos escravizados recém-desembarcados no Cais do Valongo, cuja inumação se dava em covas rasas⁹⁸ – precisa ser problematizado, sofrendo uma necessária “desnaturalização”. E é justamente para esse processo de “desnaturalização”, inclusive de violência contra almas e corpos negros que essa pesquisa pretende se voltar, acreditando que a escola é o lugar por excelência da problematização das temáticas que marcaram o passado e seguem vivas no presente.

Com efeito, no próximo capítulo buscaremos trazer uma abordagem contemporânea e inovadora a respeito do Instituto Pretos Novos como *patrimônio difícil*, tendo em vista que a sua origem está vinculada à História do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo e, conseqüentemente, das vítimas da escravidão que foram sepultadas nesse local.

⁹⁸ PEREIRA, op. cit., 2006, p. 78.

Capítulo 2

2. O Instituto Pretos Novos como “patrimônio difícil”: história e memória

2.1. O Patrimônio

Ao nível do senso comum, pelo menos até a primeira metade do século XX, quando se falava em “patrimônio histórico” a ideia que se fazia estava atrelada, sobretudo, aos monumentos arquitetônicos vinculados às edificações presentes nas cidades coloniais,⁹⁹ ou seja, ao patrimônio edificado, capaz de resguardar algo significativo.

Todavia, de acordo com Maria Letícia Ferreira, a palavra patrimônio abarca uma gama de sentidos e definições que está para além do seu sentido jurídico, como bem edificado tombado. Evocado como objeto atrelado à permanência do passado,¹⁰⁰ o patrimônio resiste à classificação unívoca da materialidade e, com isso, alargam-se as possibilidades de nos atermos ao patrimônio em sua estrutura sólida, mas carregado de significados simbólicos; isto é, há uma polissemia em torno do termo patrimônio.¹⁰¹ E é possível considerar que todo bem patrimonial tem uma dimensão simbólica, a partir do qual são feitas as atribuições de valor.

Segundo o historiador Ricardo Oriá, a partir da segunda metade do século XX a noção de patrimônio passou a incorporar, nas políticas públicas, os bens imateriais ou intangíveis.¹⁰² O patrimônio emerge em sua dimensão imaterial nos memoriais, museus e diversos espaços que resguardam memórias.

Valendo-nos da abordagem de Ferreira, a qual afirma que a categoria patrimônio tem como característica principal a multiplicidade de sentidos,¹⁰³ destacamos algumas definições do termo com a intenção de obter uma melhor aproximação em relação ao nosso estudo específico, que se volta para o Instituto Pretos Novos – IPN, enquanto patrimônio da cidade.

⁹⁹ ORÍÁ, Ricardo. Patrimônio difícil: o Memorial da Pandemia. Blog Instituto Brasileiro de Direitos Culturais – IBDCult. 14 de nov de 2021. Disponível em <https://www.ibdcult.org/post/patrim%C3%B4nios-dif%C3%ADceis-o-memorial-da-pandemia>.

¹⁰⁰ FERREIRA, Maria Letícia M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, pp. 79-88, Pelotas, 2006, p. 79.

¹⁰¹ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio difícil: um conceito incompleto? **Patrimônio, resistência e direitos**: História entre trajetória e perspectivas em rede. Vitória, ES: Milfontes, 2022, p. 387.

¹⁰² ORÍÁ, op. cit.

¹⁰³ FERREIRA, op. cit., 2006.

Desta feita, ao nos debruçarmos sobre o patrimônio cultural, consideramos importante, dentro da abordagem que pretendemos elucidar, percorrermos os espaços patrimoniais que se caracterizam como patrimônios difíceis, sensíveis, marginais, fúnebres, arqueológicos, entre outros, com a finalidade de termos uma visão mais dialógica com o nosso estudo. Aqui utilizaremos os conceitos de “patrimônio difícil” e “memória sensível”. Esses são termos polissêmicos, de uma produção conceitual recente, que ainda está em construção. A opção aqui foi considerar “patrimônio difícil” aquele que envolve violência e dor, e como “memórias sensíveis”, aquilo que se dá a partir da perspectiva das vítimas. Logo, estas escolhas conceituais remetem a um local que resguarda um passado traumático associado ao sofrimento e à dor, que habitam o campo da memória.

De acordo com Logan e Reves (2009), citados por Meneguello “os patrimônios difíceis – também conhecidos como patrimônios sombrios, dissonantes, marginais ou da dor – remetem a locais associados ao sofrimento, à exceção, encarceramento, segregação, punição e morte”.¹⁰⁴

Inscrito no Dicionário Temático de Patrimônio, o conceito de patrimônio difícil é enfatizado com mais precisão por Meneguello, deixando evidente a abordagem do “difícil” atrelado ao local. Como afirma a autora:

Os patrimônios difíceis remetem a locais de intricada fruição e estão associados ao sofrimento, à exceção, ao encarceramento, à segregação, à punição e à morte. Tais patrimônios podem reunir a função de memorial ou de local de peregrinação com a finalidade de rememoração coletiva e do reconhecimento de direitos e de reparação.¹⁰⁵

Nesta perspectiva, consideramos que o memorial às vítimas do Holocausto – localizado no Parque Yitzhak Rabin, no Mirante do Pasmado, em Botafogo, no Rio de Janeiro – pode ser um exemplo de patrimônio que deve estar inserido nesta categoria de “patrimônio difícil”, por resultar de experiências relacionadas à dor e ao sofrimento. Este é um monumento a céu aberto, medindo 20 metros de altura e dividido em blocos que representam os Dez Mandamentos, com destaque para o

¹⁰⁴ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. Dossiê

– apresentação. Junho, 2021.

¹⁰⁵ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios Difíceis (Sombrios) In: CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 245.

“Não Matarás”.¹⁰⁶ O objetivo deste memorial é tornar conhecidas as histórias das vítimas da perseguição e do genocídio praticado pelo regime nazista, mas também demonstrar ao público que aquele espaço é um lugar de memórias sensíveis. Neste sentido, ressaltamos o significado simbólico do referido memorial, cuja estrutura objetiva não apenas afirmar a presença do monumento arquitetônico, mas mediar a construção de uma consciência voltada para a concepção de que experiências como aquelas não sejam uma opção para a história da humanidade, o que julgamos ser a finalidade última do memorial. A maior relevância dos espaços de memória, como este que acaba de ser mencionado, está em seu caráter simbólico, sendo a sua estrutura um marco para o patrimônio da cidade, que de acordo com Caroline Bauer, se converte em uma política de memória na medida em que é criado.¹⁰⁷

Segundo Zygmunt, citado por Adrianna Setemy, “a memória do Holocausto foi se convertendo em ‘política de memória’, presente na criação de memoriais, museus, datas comemorativas, literatura e filmes alusivos”.¹⁰⁸ Dentro deste contexto, atualmente estes lugares de memória, especialmente os museus e os memoriais, são constituídos, em sua maioria, como espaços de resistência ao esquecimento. Assim sendo, no caso dos memoriais às vítimas da escravidão também podem ser considerados enquanto políticas afirmativas, de resistência e de reparação, pois o conhecimento da verdade já é uma política de reparação, que se afirma a partir da luta contra o esquecimento e o silenciamento das vítimas.

Sob esta ótica olhamos para os patrimônios culturais da cidade, como o Instituto Pretos Novos – IPN, e o concebemos como política de memória presente na criação do Museu Memorial, uma vez que nasce como a demonstração de que a memória foi silenciada por mais de um século. Porém, revisitada de forma involuntária, traz à tona a história dos africanos chamados *pretos novos*, daqueles que não resistiam à viagem nos tumbeiros, dos que chegavam debilitados e doentes em consequência dos sofrimentos nas viagens, lançados em uma vala comum, incinerados e inumados no Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, local que hoje

¹⁰⁶ <https://www.memorialdoholocaustorio.org.br/>

¹⁰⁷ BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES: **Dimensões**, Dossiê: visões de 1964, n. 32, pp. 148-169, 2014, p. 154.

¹⁰⁸ SETEMY, A. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v.10, n.19, pp.12-29, Juiz de Fora, MG, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.752>.

sedia o IPN.¹⁰⁹ Portanto, nesta medida, por conter em sua trajetória uma experiência individual e particular dos traumas do sofrimento, da violação dos direitos humanos, da morte e do sepultamento, em suma, aquilo que Meneguello classifica como “incômodos de memória”,¹¹⁰ o IPN pode ser concebido tanto como um “patrimônio difícil” como um patrimônio fúnebre.

Valendo-nos das experiências humanas no contexto da pandemia da Covid-19, podemos citar um patrimônio dedicado às vítimas desta doença avassaladora que atingiu diversas famílias no Brasil e no mundo. No contexto brasileiro, foi inaugurado pelo Senado Federal em 15 de fevereiro de 2022 o Memorial às Vítimas da Covid-19 no Brasil. Localizado no próprio espaço do Senado Federal, o Memorial é caracterizado por estruturas que simbolizam velas em homenagem às vítimas da doença.¹¹¹ Embora as estruturas presentes tenham sua representatividade monumental, o significado do patrimônio imaterial é o elemento marcante neste tipo de patrimônio fúnebre. Em outras palavras, o patrimônio material emana do significado imaterial que ele caracteriza, pois ecoam várias vozes que foram sepultadas juntamente aos seus corpos e, portanto, silenciadas pela doença. Assim, este Memorial, criado no Senado Federal, representa um patrimônio simbólico e, ao mesmo tempo, difícil.

De acordo com Elisiana Castro, o patrimônio fúnebre se refere diretamente ao fechamento do ciclo da vida. Ou seja, de todos os patrimônios culturais, o fúnebre é o que resguarda as manifestações em torno da morte, o seu legado.¹¹²

Outro patrimônio que resguarda a memória da entrada de vítimas da escravidão no Rio de Janeiro é o Cais do Valongo. Situado na região portuária, compõe, juntamente a outros patrimônios, memoriais e espaços da cidade, um amplo complexo. Embora, como já enfatizado no Capítulo 1 desta dissertação, o Complexo do Valongo, compreendendo a região hoje ocupada pelos bairros cariocas da Gamboa, Saúde e Santo Cristo,¹¹³ não seja o objeto central deste estudo, é uma

¹⁰⁹ HONORATO, op. cit., 2018, pp. 45-46.

¹¹⁰ MENEGUELLO, op. cit. 2022, p. 386.

¹¹¹ Patrimônio em homenagem às vítimas de Covid-19. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/15/senado-inaugura-memorial-em-homenagem-m-a-vitimas-da-covid-19-no-brasil>.

¹¹² CASTRO, Elisiana Trilha. Patrimônio Cultural Funerário. In: CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (orgs.). Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9786586253696.31>.

¹¹³ VER SOARES, Carlos Eugênio L. Geografia histórica da região do Valongo, 1713-1904. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 150 - 161, jan a jun/2016, p.151.

referência muito significativa nesta abordagem, no que tange ao patrimônio material, imaterial e simbólico, pois remete a uma região que tem em si memórias do desembarque, da morte e do sepultamento de africanos chamados *pretos novos*, escravizados entre o final do século XVIII e início do XIX, pois esta região fora delimitada “como zona obrigatória para todo o comércio de escravos africanos”.¹¹⁴ Dentro deste contexto, o Cais do Valongo, como um elemento simbólico representativo dos locais de desembarque, imaterializado no subsolo do Cais da Imperatriz, revela-se um espaço simbólico reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.¹¹⁵

Voltar as nossas lentes para o patrimônio histórico e cultural da cidade implica refletir sobre a memória histórica implícita nos mais diversos espaços simbólicos e materiais que sofreram, ao longo do tempo, algumas reformas ou transformações. Mudanças estas que podem se correlacionar ao curso natural da modernização ou podem resultar de um processo proposital, tendo em vista os silenciamentos da história e da memória, ou seja, um conjunto de acontecimentos que nem sempre é favorável lembrar. Todavia, não podemos nos ater a uma visão hipotética ou mesmo parcial, pois não obteremos uma resposta concisa, pois além de estarmos visitando um universo pretérito, o contexto estudado permeia o processo de urbanização e transformação da cidade do Rio de Janeiro ocorridos do final do século XVIII para o XIX. Portanto, é um contexto histórico que deve ser analisado com muita acuidade se atentando às pesquisas científicas. Neste sentido, obtivemos respaldo nos trabalhos de Soares (2016), Honorato (2018), Valadão (2012) e Tavares (2018).

Nessa concepção de revisitar o vivido, lançaremos nosso olhar para o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN, um jovem patrimônio que nasceu na primeira década deste século na cidade do Rio de Janeiro, mas que resguarda uma história secular, tendo em vista os primórdios deste “lugar de memória”, onde foi constituído. Desta maneira, a análise em torno desta Instituição Museal visa elucidar a sua importância histórica e social.

Criada em 2005, a Instituição de Pesquisa e Memória – IPN – tem como objetivo central preservar e resguardar os vestígios arqueológicos do antigo Cemitério de escravos que existiu naquele espaço. Neste contexto, é para este

¹¹⁴ SOARES, op. cit.

¹¹⁵ HONORATO, op. cit., 2018, p. 51.

patrimônio difícil que se dirigem nossos esforços de abordagem sobre a trajetória histórica desta Instituição.

2.2. Instituto Pretos Novos: contexto histórico

Para desenvolver esta pesquisa revisitamos uma ampla bibliografia pertinente à história do Instituto Pretos Novos, nos baseamos em informações obtidas em entrevistas prestadas pela presidenta da Instituição, Merced Guimarães, a importantes jornais de circulação, bem como realizamos uma conversa informal com ela que, conjuntamente a outros integrantes que compõem a Instituição, nos forneceram informações preciosamente relevantes.

Portanto, procurar revisitar a História do IPN, nos leva a mergulhar no passado sobre a trajetória de quem alcançou o seu fim último, a morte, tendo como *locus* de “descanso” o Cemitério dos Pretos Novos do Valongo. Ao mesmo tempo, nos inclinamos a olhar para a perspectiva dos vivos, que (re)existem a partir da constituição deste patrimônio como lugar de memória sensível.

Pierre Nora define os lugares de memória como “sinais de reconhecimento e pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”.¹¹⁶ Neste contexto, reconhecer o Instituto Pretos Novos como um desses lugares tem uma importância fundamental, observando as configurações de uma sociedade que se apresentava no final do século XVIII para o início do XIX como ainda marcada pelo Antigo Regime, que reconhecia indivíduos a partir de seus estamentos e, assim, os privilegiava em detrimento de outros.¹¹⁷ Deste modo, ocorreu com a “chegada” dos chamados pretos novos, que por serem considerados como o grupo mais desprivilegiados socialmente¹¹⁸ – meros objetos no comércio de carne humana –, aqueles que não resistiram à viagem foram inumados em um cemitério destinado a indivíduos classificados segundo esta categoria social.

Neste sentido, a criação do IPN vem dialogar com a premissa do reconhecimento e do pertencimento de grupos sociais historicamente invisibilizados, a saber, africanos e afro-brasileiros, bem como as demais pessoas ou grupos sociais

¹¹⁶ NORA, op. cit., pp. 12-13.

¹¹⁷ BRAVO, Milra Nascimento. Hierarquias na morte: uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2014, pp. 23-24.

¹¹⁸ HONORATO, op. cit., 2021, p. 146.

que se identificam com a luta por igualdade étnica e social. A trajetória destes grupos consiste na luta pelo não apagamento da memória e pela preservação da história e da memória dos nossos ancestrais. Logo, a trajetória do IPN é muito significativa pois representa a (re)existência destes grupos sociais, com destaque para o afro-brasileiro, que se formou na Pequena África¹¹⁹ e redondezas, região em que por excelência está situada a Instituição.

Conforme afirma Valadão, “o IPN vem conquistando espaço como local de resistência e se constitui institucionalmente como Ponto de Cultura”,¹²⁰ se destacando como uma Instituição de Pesquisa e Memória, que vem desenvolvendo oficinas culturais e contribuindo com diversas pesquisas históricas e arqueológicas.

A história do Instituto Pretos Novos – IPN remonta à última década do século XX, quando se deu a aquisição de um imóvel pelo casal Merced e Petruccio Guimarães. Na verdade, de acordo com nosso diálogo com Merced, fundadora e hoje presidenta da Instituição Museal, a aquisição do casal compõe um conjunto de quatro casas. Logo, buscando transformar o local adquirido em residência da família, o casal resolveu realizar uma reforma no seu patrimônio.

Nesta medida, é de grande relevância observar que quando objetivamos transformações ou reformas de uma edificação é porque intencionamos o novo, ou seja, o “renascimento”¹²¹ de algo que já temos, mas com uma roupagem que presentifica a representação moderna daquilo que nos parece obsoleto enquanto patrimônio materializado. Porém, este processo de mudança da forma, “re-forma”, nem sempre tem a finalidade perder as características que cada “bem” carrega em suas origens. Assim se erguem as casas, os edifícios e os patrimônios culturais da cidade, que vão ganhando a forma desejada por uma engenharia e arquitetura particulares e, quando necessário, podem passar por reformas capazes de inovação. Neste sentido, ressaltamos que nem sempre as modificações que

¹¹⁹ Nome dado por Heitor dos Prazeres à região portuária do Rio de Janeiro. Ver em: HONORATO, op. cit., 2018, p. 44.

¹²⁰ O IPN foi selecionado no edital do Ponto de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, edição de 2009. Ver: VALADÃO, Regina C. M. **Tradição e Criação, Memória e Patrimônio: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. 2012. Tese (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 92.

¹²¹ O termo “renascimento” foi aqui empregado no sentido de reformar um elemento/objeto existente. Para mais informações a respeito das designações do tema Renascimento, ver: SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. SILVA, Maciel Henrique (org). 2ª ed, 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2009, pp. 359-362.

pretendemos alcançar objetivam uma desconstrução radical, mas um aperfeiçoamento vinculado à sua estrutura e características peculiares.

Todavia, as transformações do patrimônio urbano se chocam com as concepções de sua preservação, como apontou Françoise Choay sobre os conflitos em torno do nascimento do Patrimônio na França, em que aqueles que defendiam a sua preservação também estavam interessados no processo de modernização da França do século XIX.¹²²

Assim, o patrimônio adquirido pela família Guimarães, situada à rua Pedro Ernesto, na Gamboa, que mais tarde viria a ser a sede do IPN, não ficou isento dos conflitos que coexistem na história do patrimônio cultural das cidades. A edificação do conjunto de casas talvez possa ser resultante do processo de urbanização e, conseqüentemente, de transformação da cidade. Contudo, o terreno onde foram erguidas, ainda no século XIX, era um espaço destinado a atividades avessas às residências dos vivos. Isto é, o local onde as casas de Merced foram construídas havia se constituído como a moradia eterna dos mortos. Isto é, naquele espaço existiu um cemitério.

À luz da pesquisa de Valadão, “a sede do IPN funciona nas duas casas, o Nº 32 e o Nº 34, da Rua Pedro Ernesto, no Bairro da Gamboa, compradas pelo casal.”¹²³ A análise da caracterização realizada pela autora confirma que as duas casas são edificações do século XIX, como mencionamos anteriormente.

Segundo Merced, as primeiras descobertas arqueológicas no local, que viria a se revelar um sítio arqueológico, emergiram, sem qualquer pretensão de busca ou procura, na manhã do dia 08 de janeiro de 1996, quando se deu o pontapé inicial na proposta de dar um novo formato ao imóvel adquirido pelo casal. Os pedreiros, por sua vez, se lançaram à quebra do piso da casa. E a cada perfuração do plano foram aparecendo alguns fragmentos de objetos diversos daqueles usados na engenharia de construção de uma casa. O estranhamento era inevitável, mas, naquele momento ainda era precoce tecer uma conclusão acerca dos elementos que emergiram junto aos fragmentos de piso e terra. Foram cavando mais e mais, até que este trabalho foi apresentando outra configuração, quando fragmentos maiores foram confrontando os olhos daqueles trabalhadores. Aqueles eram vestígios ósseos e, a

¹²² CHOAY, Françoise. A invenção do patrimônio urbano. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado, 4ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, pp. 175-176.

¹²³ VALADÃO, op. cit., p. 95.

princípio, eles pensaram se tratar de ossos de animais. Chamaram a família para mostrar o achado. Revelou-se, em seguida, que esse era mesmo um achado arqueológico de fragmentos ósseos de seres humanos que tiveram seus corpos sepultados naquele espaço onde foram construídas as casas que agora pertenciam a Merced Guimarães.¹²⁴

De acordo com Júlio Medeiros foi acionado o Departamento de Guarda e Patrimônio Cultural da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o Instituto de Patrimônio Histórico visando comunicar o fato.¹²⁵ Foi constatado pelos órgãos que o local havia sido um cemitério de escravos, mais precisamente o Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, destinado aos escravizados novos, aqueles recém-transportados da África para o Brasil, através do Complexo do Valongo, do qual julgava-se ter perdido a localização.¹²⁶

Segundo relato da Presidente do IPN, após as primeiras descobertas arqueológicas o casal não pôde prosseguir com o propósito de reforma do imóvel, pois precisavam de autorização da Prefeitura que previa riscos de desabamento no local. Desta maneira, apenas em 1999 foi retomada a obra então interrompida.¹²⁷

Em 2001, a família Guimarães voltou para a residência e, a partir de então, começou a receber visitas de pesquisadores e de diversas pessoas interessadas na história dos *pretos novos*.¹²⁸ Neste contexto, que envolve uma conjuntura de eventos em torno da reforma da casa e, em consequência desta, as escavações que levaram às descobertas arqueológicas, surgiram algumas disputas de poder entre os órgãos da Prefeitura, do Patrimônio e demais interessados no patrimônio material e imaterial africano, que emergiram a partir daquele imóvel. O desenrolar desta narrativa levou à criação do Instituto Pretos Novos – IPN, em 2005.

Segundo a conversa com Merced, a princípio, não se tinha a pretensão de construir ou de fundar uma Instituição, pois consideravam que esta seria uma premissa dos governos, construir museus. E, de acordo com Honorato, a prefeitura demonstrou, de início, interesse em seguir com as escavações arqueológicas, cujo propósito era construir naquele local um portal arqueológico em homenagem aos

¹²⁴ PEREIRA, op. cit., 2006, p.139.

¹²⁵ PEREIRA, op. cit., 2006.

¹²⁶ De acordo com a Edição 26.530 de 21/11/2001 do jornal Folha de São Paulo, cuja reportagem intitulada *Criado no Século 18 para enterrar os africanos recém-chegados ao Brasil, local volta a ser pesquisado por arqueólogos*, se deu a redescoberta do Cemitério dos Pretos Novos.

¹²⁷ VALADÃO, op. cit., p. 93.

¹²⁸ VALADÃO, op. cit.

pretos novos; contudo, abandonou a ideia.¹²⁹ Mas, segundo Merced, ela ficou muito sensibilizada ao conhecer a história dos *pretos novos* e a forma cruel como aqueles seres humanos foram tratados. Então, no intuito de que esta memória não se perdesse, aos poucos, a garagem daquela casa foi recebendo visitantes e se constituindo como lugar de memória, até se tornar o Memorial aos Pretos Novos. Sendo assim, a ideia de transformar aquele espaço cultural em uma Instituição de Pesquisa e Memória tem seu pontapé inicial em 2009, a partir da constituição do primeiro projeto para que o local atuasse como Ponto de Cultura, promovido pela Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro com o Ministério da Cultura.¹³⁰

Merced relata ainda que ela, juntamente àqueles que compunham a organização do IPN, a princípio, não imaginavam que aquele espaço aberto para visitação se transformasse no Memorial Pretos Novos como existe hoje, constituído a difíceis passos. A presidenta do IPN aponta pelo menos duas dificuldades iniciais que dão suporte a sua linha de raciocínio. A primeira diz respeito, segundo ela, a uma abordagem técnica, pois não receberam qualquer orientação técnica ou científica de nenhum órgão envolvido no contexto dos achados arqueológicos, sobre o que fazer ou qual trajetória seguir no intuito de construir uma Instituição que objetivasse a preservação da memória. A segunda remete à insuficiência de apoio financeiro para o funcionamento do Memorial aos pretos novos. Entretanto, a história da Instituição foi pouco a pouco se desenhando e atraindo diversas pessoas, fossem movidas pela curiosidade com relação à história do Cemitério dos Pretos Novos, sejam motivadas pelo interesse nas pesquisas científicas, caminho trilhado pelos pesquisadores, especialmente das áreas da História e da Arqueologia. Conforme, conforme seu relato, porém, apenas em 2008 a atual presidenta da Instituição se deu conta de que o IPN era um museu de História. Segundo a depoente, este entendimento só foi possível a partir da participação em um curso, quando a professora explicou sobre a caracterização de um museu. Então constatou se tratar de um Museu de História e Memória ou, dito de outro modo, de um Patrimônio que teve a sua história ocultada.

Com efeito, o IPN foi se configurando como uma Instituição de Pesquisa e Memória, cujo objetivo é pesquisar e preservar o patrimônio material e imaterial

¹²⁹ HONORATO, op. cit., 2018, p. 47.

¹³⁰ Entrevista concedida à autora em 08 de dezembro de 2023. Pesquisa da página institucional do Instituto Pretos Novos.

africano e afro-brasileiro.¹³¹ Conforme as informações prestadas pelos responsáveis pelo IPN, ele se configura como Museu Memorial. Há ainda, em sua página oficial, informações que reafirmam e completam esta tese.

O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) foi criado em 13 de maio de 2005, com a missão de pesquisar, estudar, investigar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, cuja conservação e proteção seja de interesse público, com ênfase ao sítio histórico e arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, sobretudo com a finalidade de valorizar a memória e identidade cultural brasileira em Diáspora.¹³²

Contudo, segundo Valadão no início da criação do Instituto Pretos Novos muitos questionavam sobre os objetivos do IPN, ou ainda, o que pretendiam com aquela Instituição. Merced sempre assegurou que o propósito central era “manter a memória viva”.¹³³

Consoante à (re)descoberta do Cais do Valongo, em 2011, o pesquisador e arqueólogo Reinaldo Tavares realizou novas escavações no sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, então sede do Instituto Pretos Novos, e foram reveladas outras descobertas, dando uma maior visibilidade ao IPN.¹³⁴

Neste momento, observando a configuração da área física do IPN, não havia a presença de artefatos que comprovassem a existência de um cemitério naquele local de memória, pois segundo a presidenta da Instituição, visando estudos e pesquisas científicas, os vestígios ósseos encontrados na primeira tentativa de reforma do imóvel tinham sido deslocados para o Instituto de Arqueologia Brasileira. Neste sentido, é preciso apontar a importância destas escavações, cujos vestígios materiais emergiram a partir da pesquisa arqueológica, acabando por revelar novos elementos do Cemitério.

Conforme afirmado anteriormente e, de acordo com a pesquisa de Valadão, muito se questionava acerca da memória que a jovem Instituição carregava, dada a inexistência de elementos expostos que revelassem que naquele local existiu um cemitério. “Memorial de quê?”¹³⁵ Este e outros questionamentos persistiam na gênese da Instituição, mas a partir destas escavações arqueológicas, as novas

¹³¹ Pesquisa na página institucional do Instituto Pretos Novos.

¹³² Informações adquiridas em folder, na página institucional de divulgação do IPN.

¹³³ VALADÃO, op. cit., p. 94.

¹³⁴ HONORATO, op. cit., 2018, p. 50.

¹³⁵ VALADÃO, op. cit., p. 95.

descobertas passaram a ser expostas no Museu Memorial Pretos Novos, respondendo a questões para as quais talvez as palavras fossem insuficientes.

Todavia, foram as escavações arqueológicas ocorridas no ano de 2017 que acabaram por revelar senão as descobertas arqueológicas mais importantes do Cemitério dos Pretos Novos, sem dúvidas, as mais marcantes. Pois neste trabalho de arqueologia, os profissionais da área localizaram o primeiro esqueleto completo e íntegro de uma pessoa escravizada, que viveu há cerca de dois séculos.¹³⁶ Segundo os pesquisadores, os restos mortais pertenciam a uma mulher africana, que fora trazida para o Brasil no contexto da escravidão. Ao esqueleto, os estudiosos deram o nome de Josefina Bakhita, em homenagem à primeira santa africana da Igreja Católica.

Neste sentido, vale elucidar a relevância destas escavações arqueológicas e, por conseguinte, da descoberta dos vestígios materiais humanos pelas mãos dos arqueólogos, tanto para a diáspora africana como para uma grande parcela da sociedade que se sensibiliza com a história dos *pretos novos*. Os restos mortais humanos passaram a demarcar um espaço no IPN, com uma exposição permanente de ossos humanos, reafirmando, com vestígios concretos, que ali existiu o Cemitério dos Pretos Novos. Este feito foi fundamental para celebrar a força de uma Instituição tão importante para a sociedade, pois ao mesmo tempo que representa a história dos *pretos novos*, também afirma a (re)existência da população afro-brasileira. Ou seja, fornece um caminho para a sociedade conhecer a verdade daquela história de dor, o que pode ser entendido como uma dimensão de reparação.

Assim, ao adentrar o espaço do Instituto Pretos Novos, a receptividade da porta de entrada apreende a nossa atenção e nos direciona aos artefatos. Impulsionados pelos primeiros passos, ao visualizarmos os vestígios humanos íntegros, somos convidados a um diálogo com o passado escravista. Logo, o nosso olhar, é impactado pela imagem e materialidade de ossos humanos presentes e expostos naquele espaço. Assim, não restam dúvidas ao visitante sobre a veracidade da existência de um cemitério encoberto e silenciado naquele local, o Cemitério dos escravizados novos do Valongo, conforme se verá na imagem a seguir (Fig.01).

¹³⁶ Revista Aventuras na História, 2021.



Figura 01. Escavação do sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos – Instituto Pretos Novos em julho de 2017. Fonte: Revista Aventuras na História, 2021.

No decorrer da nossa conversa com a presidenta da Instituição, visando realizar registros fotográficos necessários a esta pesquisa, perguntamos se além dos vestígios ósseos havia outros artefatos que comprovam a descoberta de um cemitério naquele lugar de memória. A resposta foi que existem sim, como miçangas e conchas, mas que não se encontram sob sua guarda, ou resguardadas na Instituição, mas no Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Quando foram realizadas as primeiras escavações resultantes da reforma do imóvel, não havia espaço para guardar os remanescentes ósseos humanos, pois ainda não haviam criado o Instituto Pretos Novos. Então, os vestígios materiais humanos foram resguardados no IAB para que pudessem ser preservados e a fim de contribuir para as pesquisas históricas e arqueológicas. No entanto, como a presidente do IPN argumentou, um dos objetivos dos responsáveis pela Instituição é que os artefatos retornem ao seu local de origem.

Diante do exposto, podemos conceber que os alicerces do Instituto Pretos Novos estão mergulhados na história da escravidão, sendo uma Instituição que nasce das escavações no solo de uma casa. Uma casa simples, como tantas outras que existiam nas redondezas, mas que resguardava memórias invisibilizadas. Nesta perspectiva, a história do IPN está intimamente ligada à trajetória da aquisição do imóvel pelo casal Merced e Petrúcio Guimarães, que, por seu turno, jamais poderia

imaginar que aquela casa adquirida fora construída em cima do aterramento de um cemitério.

Desta forma, a partir das escavações realizadas no imóvel do casal Guimarães, nascia então, na última década do século XX, um patrimônio difícil. É sobre este patrimônio, portanto, que nos debruçamos no intuito de lançar o nosso olhar sobre a importância que esta Instituição tem tanto para o meio acadêmico, como também para toda a sociedade. A Instituição representa a revelação de uma memória histórica que foi silenciada a partir do processo de modernização urbana que levou ao aterramento do antigo Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, bem como a (re)existência do patrimônio que resistiu ao apagamento histórico. Por esta razão, é recorrente mencionar que vários pesquisadores, principalmente da área da História, fundamentaram as suas pesquisas à luz da valiosíssima história do IPN e espaços da cidade correlacionados ao mesmo, dito de outro modo, a região da Pequena África.

Os trabalhos de pesquisadores como Pereira (2006), Valadão (2012) e Vassalo (2017) trazem narrativas singulares e fundamentais que conduzem à história do Instituto Pretos Novos. Embora não estejam voltados para o tratamento desta instituição a partir da abordagem dos temas sensíveis, trazem elementos importantes que procuraremos explorar aqui. Já o trabalho de Monica Silva (2018) sobre o Cais do Valongo, enquanto um patrimônio de memória sensível, procura justamente chamar a atenção da sociedade, e principalmente da comunidade acadêmica, para a questão do apagamento da história e da memória naquele que foi um dos espaços por onde ocorreu a entrada de escravizados no Rio de Janeiro entre os fins do século XVIII e início do XIX.

Honorato (2021) traz uma abordagem da história do IPN examinando as raízes históricas de sua gênese, ou seja, elucidando a trajetória dos africanos escravizados em uma sociedade em que, por um lado, havia os chamados ladinos, que buscaram um modo de resistência à escravidão ao se filiarem às irmandades negras e, por outro, os escravizados novos, a quem era negada a possibilidade de seguirem esse destino comum aos ladinos. O historiador trabalha na encruzilhada entre os temas sensíveis/difíceis e a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira. Entretanto, é sobretudo no trabalho publicado em 2018, intitulado *Nas fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã* que o historiador – ajudando a atender aos princípios

das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 – faz um apanhado histórico das transformações urbanas, políticas econômicas e culturais ocorridas na região portuária desde a colonização, apontando as raízes históricas da invisibilidade da população negra e, em contrapartida, a (re)existência dessas “áfricas invisíveis”,¹³⁷ hoje configurada na luta pela reparação histórica, social e cultural.

Consideramos que ao trazermos uma abordagem sobre a história do Instituto Pretos Novos, voltada para a sala de aula, estamos tocando nestas raízes da invisibilização da população negra escravizada em nosso território. Neste contexto, não podemos perder de vista a dimensão sensível, ou difícil, intrínseca nesta história que permeia o reconhecimento e o estudo do patrimônio, como sugere Meneguello ao abordar os patrimônios difíceis.¹³⁸ É nesta perspectiva que nos propomos a delinear a trajetória do IPN em sua circunstância histórica e na contemporaneidade como patrimônio difícil, e em seus usos possíveis no universo escolar. Originado de um passado de violência, dor e morte, o Instituto Pretos Novos enfrentou um cenário conflituoso para se constituir como o Memorial que hoje apresenta uma proposta inclusiva a partir dos estudos e pesquisas referentes à história e à cultura africana e afro-brasileira.

2.3. O Instituto Pretos Novos como “patrimônio difícil”

Ao adentrarmos o espaço do Memorial aos Pretos Novos nos deparamos com uma imagem muito forte, que consiste nos vestígios ósseos de seres humanos, os quais em sua maioria remetem a ossos de crianças. Essa imagem difícil, mas necessária, no contexto de um museu de memórias, está exposta na entrada da casa, hoje sede do IPN, e tem como propósito tornar visível a memória histórica a partir do fato de que naquele espaço existiu um cemitério, materializado a partir das escavações arqueológicas lideradas pelo pesquisador Reinaldo Tavares.¹³⁹

Dessa forma, a partir do conhecimento da história e da presentificação da memória nos espaços constituídos como resistência ao seu apagamento, concebemos o IPN como um “patrimônio difícil”. Dito isto, na medida em que a memória veio à tona a partir do processo de reforma da casa da família Guimarães,

¹³⁷ HONORATO, op. cit., 2018, pp. 44 - 45.

¹³⁸ MENEGUELLO, op cit., 2021, p. 08.

¹³⁹ VALADÃO, op. cit., p. 95.

revela-se um conteúdo sensível resultante do sofrimento, da dor, em suma, da violência perpetrada contra os africanos chamados *pretos novos*. Com as escavações realizadas pelos profissionais da Arqueologia, esta história e memória tornaram-se visíveis e indiscutíveis.

A partir da nossa conversa com integrantes do Instituto Pretos Novos pudemos obter mais conhecimentos tanto sobre a história desta Instituição de Pesquisa e Memória quanto sobre as definições e significados que este Memorial vem recebendo ao longo dos anos. E, segundo o relato de Merced, o Instituto Pretos Novos possui algumas nomenclaturas, tais como Museu Memorial, Instituição de Pesquisa, Sítio Arqueológico e Patrimônio. No entanto, é reconhecido oficialmente como Museu Memorial e Instituição de Pesquisa. Ao passo que, o Cemitério dos Pretos foi reconhecido no Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e de História dos Africanos no Brasil como um desses lugares de memória.¹⁴⁰ Deste modo, como o IPN foi criado neste local onde foram encontrados vestígios ósseos humanos e outros materiais que confirmam a existência do Cemitério dos Pretos Novos, podemos inferir sua inserção no contexto dos lugares de memória.

Esta Instituição de Pesquisa e Memória vem sendo merecidamente contemplada, ao longo de quase duas décadas de existência, com alguns prêmios, como o prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, oferecido pelo IPHAN, na categoria “Proteção do patrimônio natural e arqueológico” em 2010. Em 2014 recebeu o Prêmio da Fundação Gucci, que versa sobre o empoderamento feminino em situação de vulnerabilidade social. O Prêmio Cultura Carioca e o Prêmio Ações Locais foram conquistados em 2016, pelo trabalho realizado na Galeria Pretos Novos de Arte Contemporânea. E em 2017, o IPN foi agraciado com o Prêmio Afro Nacional, categoria especial, com o projeto de renovação de sua exposição permanente.¹⁴¹

A conquista de todos estes prêmios aponta para a relevância do papel desempenhado pelo Instituto Pretos Novos ao longo de sua existência. Neste contexto, vale ressaltar a sua proposta inclusiva e integradora no que tange à valoração da história e da cultura africana e afro-brasileira, bem como sua dinâmica

¹⁴⁰ Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. LABHOI – Universidade Federal Fluminense, 2013.

¹⁴¹ Folder da página institucional do Instituto Pretos Novos.

nas oficinas culturais, que cumpre o propósito de atrair o público em geral para os conhecimentos que outrora eram produzidos apenas no universo acadêmico. No dizer de Merced, a partir do momento em que o IPN abriu as portas para o grande público, metaforicamente foi como trazer a academia para que diversas pessoas que não tinham acesso ao conhecimento pudessem estar em contato com os saberes.

Apesar do IPN ter uma relevância singular no que diz respeito à produção e transmissão cultural, atestada por prêmios e ações coletivas, ainda não é reconhecido pelos órgãos oficiais ou por amparo legal na categoria de “patrimônio”. No entanto, devido à sua relevância histórica e social e, ainda por fazer parte do patrimônio histórico e cultural da cidade, nos inclinamos à concepção de “patrimônio”, pois esta Instituição resguarda memórias que foram silenciadas e invisibilizadas por mais de um século.

O silenciamento da memória histórica teve seu início a partir do aterramento do campo santo. Porém, esta memória emergiu a partir das escavações arqueológicas e, posteriormente, com a constituição do Memorial aos Pretos Novos, foi revelada ao público, tornando-se acessível a todos os interessados no conhecimento desta história. Neste sentido, a revelação desta história e memória dos *pretos novos* e, conseqüentemente a criação do IPN, pode representar uma contribuição com diversas pesquisas históricas e arqueológicas entre os inúmeros lugares de memória existentes no contexto urbano. Logo, observando-se os artefatos presentes no local, juntamente aos vestígios ósseos de africanos que foram explorados em sua força e sangue, vítimas portanto da “empresa escravista” resultante da conexão Brasil e Angola, não podemos desconsiderar que aquele espaço se constitui como um “patrimônio difícil”. É indiscutível que estes elementos confirmam a descoberta de um sítio arqueológico, assim como é igualmente inegável a existência de um patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro onipresente naquele espaço.¹⁴²

Nesse panorama, podemos enfatizar que a gênese do IPN marca um momento muito importante para a história, pois representa uma política afirmativa de reparação. Mas quando relacionada ao contexto de reconhecimento dos patrimônios difíceis, segundo a perspectiva de Meneguello, a criação deste memorial é reveladora de um apagamento histórico. Seguindo a vertente da autora, analisamos a criação do Memorial Pretos Novos a partir da redescoberta do Cemitério dos

¹⁴² HONORATO, op. cit., 2018, p. 59.

Pretos Novos com as descobertas arqueológicas. Portanto, concebemos que se constitui não apenas como “patrimônio difícil”, mas revela-se como um patrimônio que resiste à invisibilidade de grupos sociais excluídos.¹⁴³ De acordo com a autora:

O reconhecimento e estudo dos “patrimônios difíceis” questiona a invisibilidade de grupos sociais excluídos, alijados em espaços de exclusão como prisões e manicômios ou em espaços de luta e apagamentos como os quilombos, as fábricas, as minas de carvão.¹⁴⁴

A partir desse reconhecimento de patrimônios difíceis, podemos recuperar páginas da História que foram rasgadas ou negligenciadas. Páginas que resguardam a trajetória de pessoas e grupos que foram invisibilizados por muito tempo. No entanto, a (re)existência de grupos na contemporaneidade faz desse patrimônios lugar de luta aos apagamentos.

Segundo Valadão, o IPN “é um espaço de luta e resistência”. A Instituição é reconhecida como de utilidade pública pela Lei 4.822 de 07/05/2008, de acordo com a publicação do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em 09/05/2008.¹⁴⁵ Selecionado também como Ponto de Cultura pela edição 2009, o IPN segue seus esforços enquanto uma Instituição de Pesquisa encarregada de manter viva e preservada a memória daqueles que viveram antes de nós. Funciona sob a responsabilidade da família Guimarães e auxílio de trabalhos voluntários realizados por pesquisadores e outras pessoas que se identificam com a missão da Instituição.¹⁴⁶ Apesar de receber, ao longo dos anos, uma ajuda financeira advinda do poder público municipal, Honorato ressalta a insuficiência financeira do IPN para arcar com as despesas de seu funcionamento.¹⁴⁷ De acordo com Valadão, “estabelecer-se é um dos objetivos do IPN, para que se possa manter viva e reconhecida memória e História”.¹⁴⁸

Neste contexto, o Instituto Pretos Novos – IPN preserva e valoriza a história, a memória e a cultura africana e afro-brasileira, atendendo aos pressupostos da Lei 10.639/2003, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, e da Lei 11.645/2008, que é um adendo à lei anterior, no

¹⁴³ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. Dossiê - apresentação. Junho, 2021, p. 08.

¹⁴⁴ MENEGUELLO, op. cit., 2021.

¹⁴⁵ VALADÃO, op. cit., p. 98.

¹⁴⁶ VALADÃO, op. cit.

¹⁴⁷ HONORATO, op. cit., 2018, p. 51.

¹⁴⁸ VALADÃO, op. cit., p. 99.

que tange à inclusão da obrigatoriedade do ensino da Cultura Indígena. Desta maneira, segundo acompanhamento desta pesquisa e de acordo com nosso diálogo com integrantes do IPN, a Instituição vem se destacando entre outras Instituições de pesquisa presentes no espaço da cidade por promover ao longo dos anos diversas oficinas culturais voltadas para identificação de grupos invisibilizados, suas expressões religiosas, seu protagonismo, sua representatividade, em suma, sobre a valorização da cultura negra.

A história do IPN tem uma trajetória muito peculiar não apenas por ter suas raízes fincadas em um passado traumático, de violência e de dor, pois outros lugares de memória também podem carregar o “peso” de um passado difícil, mas porque este patrimônio da humanidade tem sua institucionalização vinculada a um lugar onde existiu um cemitério. Assim, por ter sua história alicerçada num passado cuja memória é sensível, traumática e de narrativa “pesada”, talvez interessasse a determinados grupos sociais o seu esquecimento. Por isso, ressaltamos que o concebemos como um “patrimônio difícil”. Como afirmado por Meneguello:

A demanda por outros patrimônios introduziu um desconforto às narrativas que protegiam o presente de todo e qualquer esquecimento e reiterou a necessidade do apagamento de passados que, se não devem ser esquecidos, tampouco devem ser lembrados na chave da celebração.¹⁴⁹

Estas rupturas naturais entre o presente e o passado levam, às vezes, à desmemorização, mas quando se trata de um pretérito que incomoda, pode ser sufocado ou aterrado. Todavia, como lembra Meneguello estes *incômodos da memória*, ligados ao trauma e à dor, logo “difíceis”, não permanecem silenciados por um longo período temporal.¹⁵⁰ Neste contexto, Hannah Cavalcante examina a incômoda memória da escravidão presente na região portuária do Rio de Janeiro que se revelou com a redescoberta do Cemitério dos Pretos Novos e consequentemente a criação do IPN.¹⁵¹

Para Sharon Macdonald (2010) citada por Wesley Kettle um “patrimônio difícil” é entendido como “lugar onde o passado é reconhecido como significativo por parte

¹⁴⁹ MENEGUELLO, op. cit., 2022, p. 385.

¹⁵⁰ MENEGUELLO, op. cit., 2022, p. 389.

¹⁵¹ Hannah Cavalcanti estudou a trajetória do IPN, e sua relação com a região portuária atualmente. Ver: CAVALCANTI, Hannah da C. T. **Espaços Museais e memórias sociais na zona portuária do Rio**: Instituto Pretos Novos (IPN). Dissertação (Mestrado em memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, pp. 85-101.

importante de dada sociedade, mas que revela fatos que incomodam e dificultam a construção de uma narrativa positiva e completamente virtuosa”.¹⁵²

O IPN se constitui como um desses lugares guardiões de um passado difícil, e talvez não fosse positivo, a uma parcela da sociedade, resgatar memórias para a construção de uma narrativa que trouxesse o “peso” de um passado traumático ligado à escravidão. Logo, como afirmado por Carlos Eugênio Soares, aterrar este passado em nome do progresso foi o caminho mais viável para os governantes, que almejavam as transformações da cidade por meio do seu silenciamento.¹⁵³ Como observa o autor, “O século XVIII presenciou uma revolução urbana na cidade do Rio de Janeiro, mas seria preciso esperar a gestão do vice-rei marquês de Lavradio para que a geografia natural da região fosse alvo da ação humana”.¹⁵⁴

Como afirmamos no primeiro capítulo desta dissertação, o Marquês de Lavradio não criou o Valongo, mas conseguiu revolucionar o processo de transformação da urbe do Rio de Janeiro com uma ação rápida e devastadora, instituindo o Valonguinho como ponto obrigatório de desembarque de africanos, transferindo os armazéns da Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março) para a Rua do Valongo (hoje Rua Camerino), cujo intuito era a instituição do complexo negreiro de africanos escravizados, composto por desembarques, armazéns de venda e cemitério.¹⁵⁵

Dentro desta conjuntura que abrange o processo de urbanização da região e, conseqüentemente, o apagamento do passado, vale destacar o Cais da Imperatriz, que fora construído em 1843 para a chegada da princesa do Reino das Duas Sicílias, Maria Teresa Cristina.

Retomando a discussão presente no primeiro capítulo desta dissertação, a construção desse Cais não foi obra do acaso. Portanto, julgamos pertinente mencioná-la neste contexto que nos permite olhar para este conjunto de transformações em seu caráter intencional, pois este Cais fora construído em cima do Cais do Valongo, utilizado anteriormente para o desembarque de africanos escravizados. Em seguida, o Cais da Imperatriz, que era um elemento de destaque da paisagem urbana, foi pouco a pouco engolido pelas construções dos

¹⁵² MACDONALD, 2010. Apud KETTLE, Wesley O. Espaço São José Liberto como “patrimônio difícil”: desafio para o ensino de História. **Revista História Hoje**. Belém, PA, v. 10, n. 19, pp. 77-101, 2021.

¹⁵³ SOARES, Carlos Eugenio L. Geografia do Valongo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, pp. 150-161, jan./jun., 2016, p. 158.

¹⁵⁴ SOARES, op. cit., p.153.

¹⁵⁵ SOARES, op. cit., pp. 153-154.

armazéns.¹⁵⁶ Com todo este progresso desenfreado, e segundo a afirmação de Carlos Eugênio Soares, “fica clara a intenção de apagar a memória do trato de negros da África no momento em que este era perseguido pelas autoridades imperiais e de Sua Majestade Britânica”.¹⁵⁷

Nesta perspectiva, salientamos que esta conjuntura que contempla o processo de transformação da cidade levou ao silenciamento do passado, uma vez que vários elementos importantes ao estatuto da memória foram deslocados de lugar ou mesmo apagados. Mesmo considerando o exposto, parte deste passado insepulto, que vem à tona com a descoberta do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, talvez não fosse a intenção esquecê-lo, mas tampouco fosse interessante criar laços de conexão daquele com o tempo presente.

Tendo em questão o processo de urbanização da cidade e, segundo Júlio Medeiros, com o passar do tempo “perdeu-se” a localização do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo.¹⁵⁸ Talvez a explicação que dá suporte a esta desconstrução do passado, implícita pelo aterramento do cemitério, se concentre no contexto histórico e temporal, pois o decurso temporal que separa o aterramento do Cemitério e as primeiras descobertas arqueológicas que emergiram a partir do processo de reforma da casa da família Guimarães dos Anjos, demarca um período compreendido por mais de um século.

Outro aspecto a ser destacado é que, partindo da história do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, não podemos perder de vista que o IPN é, antes de quaisquer outras classificações patrimoniais, um patrimônio cultural fúnebre, na medida em que naquele local simbólico está representado o fechamento da vida, ou seja, dos momentos finais de uma história que foi escrita em detrimento da vida daqueles africanos novos, que tiveram sua trajetória comercializada. Segundo a historiadora Elisiana Castro:

Definir o que é patrimônio cultural é atribuir significados, apreender valores e selecionar elementos, lugares, conhecimentos merecedores de preservação para as futuras gerações, ou seja, dignos de se transformarem numa espécie de herança. De todos os segmentos do patrimônio cultural, o funerário é o que se refere diretamente ao fechamento do ciclo vital. Os

¹⁵⁶ SOARES, op. cit., p.158.

¹⁵⁷ SOARES, op. cit.

¹⁵⁸ Conforme a reportagem realizada por Sabrina Petry, intitulada *Criado no Século 18 para enterrar os africanos recém-chegados ao Brasil, local volta ser pesquisado por arqueólogos*. Publicada pelo jornal Folha de São Paulo, Edição 26.530, em 21/11/2001. Citada por PEREIRA, op. cit., 2006, p. 139.

mortos e as manifestações em torno da morte de um determinado grupo social, como legado, se constituem no que pode ou não ser preservado.¹⁵⁹

O IPN resguarda um legado muito amplo e igualmente difícil, na medida em que emana de memórias sensíveis. Logo, o reconhecimento desse patrimônio difícil ocorre a partir da institucionalização de um espaço Memorial que traz à tona lembranças de dor e sofrimento do contexto em que milhares de africanos escravizados foram inseridos até seu destino último, o Cemitério dos Pretos Novos. Um cemitério como inúmeros outros existentes intramuros no cenário urbano de diversas cidades, mas que traz uma característica particular em sua dimensão física, tendo em vista o grandioso número de sepultamentos, como foi observado por Marco Antonio Teobaldo, curador da Instituição

Apesar de ser considerado o maior cemitério de escravos deste gênero nas Américas, o terreno destinado aos sepultamentos era muito pequeno para tantos corpos. Os vestígios arqueológicos e históricos deste campo santo são testemunhos da ação violenta e cruel sofrida pelos africanos que não resistiram aos maus tratos da captura e viagem transatlântica.¹⁶⁰

Como dissemos, havia outros cemitérios estabelecidos intramuros nas cidades, a exemplo, o Cemitério dos Pretos Novos de Santa Rita, que também recebia um grande volume de enterramentos. Inclusive este fato associado às condições degradantes em que os africanos escravizados eram enterrados, como mencionado no capítulo anterior desta dissertação, foi uma das determinantes do traslado deste Campo Santo para o Valongo.¹⁶¹ Todavia, naturalizar a situação que envolve corpos insepultos, mesmo considerando o pequeno espaço em que ocorriam as inumações, seria adicionar mais um ingrediente à escravidão de africanos no Brasil, visto que configurou um crime contra a humanidade. Caso esta naturalização fosse concebida, seria admitir como natural o caráter de descaso tanto àquelas práticas que caracterizavam os sepultamentos até as primeiras décadas do século XIX, que estabeleceram as condicionantes para a constituição de um sítio arqueológico, quanto no que se refere à desvalorização da história e da cultura negra.

¹⁵⁹ CASTRO, Elisiana Trilha. Patrimônio Cultural Funerário. In: CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9786586253696.31>.

¹⁶⁰ Folder da página institucional do IPN.

¹⁶¹ PEREIRA, op. cit., 2006, pp. 87- 89.

Seguindo a caracterização do patrimônio, gostaríamos de ressaltar que o IPN se constitui também como patrimônio arqueológico, pois nasceu a partir das escavações que levaram às descobertas arqueológicas. Em outras palavras, a presença material de fragmentos humanos testemunhos da memória e da história acerca da escravidão dos *pretos novos* nos leva a esta concepção. De acordo com Isabela Backx:

O patrimônio arqueológico designa os objetos ou qualquer tipo de conjunto material capaz de fornecer testemunhos, memórias e histórias acerca de um indivíduo ou de uma coletividade. Em outras palavras, trata-se dos vestígios materiais produzidos pelos seres humanos ou das intervenções realizadas por estes no meio em que vivem, englobando, assim, paisagens, objetos, monumentos e quaisquer outros vestígios materiais resultantes de ação humana, aos quais se denomina cultura material.¹⁶²

Não há dúvidas de que o acervo material presente no IPN, é capaz de testemunhar a memória e a história dos *pretos novos*. Um memorial que faz a conexão com o passado a partir da leitura do presente, explícito nos restos mortais dos africanos escravizados e nos demais materiais que nos asseguram afirmar a existência de um sítio arqueológico.

Desde as primeiras décadas deste século, contexto histórico em que foi construído o Museu Memorial Pretos Novos, há uma luta incessante em torno da preservação e manutenção desta Instituição de pesquisa e memória, que representa, como já observamos, um dos lugares onde se presentifica a memória dos africanos que foram inseridos na condição de escravizados. Neste contexto, chamamos atenção para pensarmos em que medida se deu o processo de construção de casas, no século XIX, que levou ao desaparecimento do Cemitério dos Pretos Novos. Foi um processo “natural-izado”? Isto é, impulsionado pelo progresso da urbanização da cidade ou mais uma tentativa de apagamento?

Poderíamos arriscar uma resposta, mas como tencionamos fugir de uma visão hipotética ou mesmo anacrônica, preferimos seguir esta pesquisa conduzindo o leitor a uma reflexão acerca destas questões na busca de uma resposta construída a partir de um aporte teórico e científico.

De acordo com o historiador Claudio Honorato:

¹⁶² BACKX, Isabela. Patrimônio Arqueológico. In: CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9786586253696.6>

Com o processo de urbanização crescente na região portuária, na segunda metade do século XIX, diversas casas foram construídas, inclusive sobre as ossadas do cemitério, mas não se tem certeza do conhecimento ou não dos novos moradores da região. Mas pesquisas recentes têm revelado que essa história permaneceu viva na memória de algumas famílias antigas moradoras do Valongo há mais de três gerações.¹⁶³

Myriam dos Santos (2005), citando Kettle, chama-nos a atenção para observarmos como se dá o planejado trabalho de preservação e de apagamento de parte da memória.¹⁶⁴ Todavia, salientamos que no caso do IPN, este apagamento planejado ou não, está relacionado à urbanização e transformação daquela área que outrora fora muito abandonada. Dito de outro modo, antes da constituição desta importante Instituição, o trabalho de apagamento que esteve em curso estava enraizado nos alicerces de um progresso contínuo da região do Valongo e seus arredores. Porém, a partir da gênese deste Memorial, todos os esforços se dão em torno da preservação da memória histórica dos africanos escravizados e inumados naquele espaço. Logo, no intuito de honrar esta memória ancestral foi realizado um cuidadoso trabalho de preservação tanto dos artefatos encontrados no processo de reforma da casa da família Guimarães como dos vestígios ósseos, que remetem aos restos mortais de *pretos novos*.

Ressaltamos que a criação do IPN foi precedida pelo crescimento e pelas transformações urbanas na região do Valongo, caracterizadas pela construção de residências e casas comerciais, que culminaram no aterramento do Cemitério dos Pretos Novos. Contudo, este processo de urbanização e, conseqüentemente de apagamento, não foi capaz de sepultar um passado de dor, violência e morte que caracterizou a escravidão dos *pretos novos*.

2.4. A Pedagogia da Memória e sua relação com os temas sensíveis na construção de um saber escolar

¹⁶³ HONORATO, op. cit., 2018, p. 46.

¹⁶⁴ SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. **História, Ciência, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12 (suplemento), pp. 381-400, 2005. Apud KETTLE, op. cit. p. 91.

A partir dessas considerações sobre esse que estamos considerando um “patrimônio difícil”, podemos perceber que o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos representa um desafio para o ensino de História, na medida em que é uma Instituição que resguarda memórias históricas sensíveis, como identificou Samantha Quadrat (2008). São memórias que muitas vezes são evitadas pelo professor de História, que tem receio com relação à abordagem de temas difíceis ou sensíveis. Observamos, no entanto, a necessidade de partilhar em sala de aula temas sensíveis, difíceis e/ou dolorosos, como a escravidão e a morte dos *pretos novos*, para não sermos coniventes com os silenciamentos históricos, pois devemos honrar a memória daqueles que vieram antes de nós – os nossos ancestrais africanos, cujas forças e sangue alimentaram a “Empresa Colonial Escravista”.¹⁶⁵ Portanto, dialogar e refletir sobre estes temas no espaço escolar é muito importante no intuito de conscientizar os discentes e para que nunca mais aconteçam trajetórias semelhantes àquela que aconteceu no Cemitério dos Pretos Novos, cujas testemunhas foram silenciadas, sepultadas em decorrência da morte, e, posteriormente, aterradas pelo processo de desenvolvimento urbano.

Neste contexto, à luz da “Pedagogia da Memória”, entendida como “uma pedagogia que sabe que a memória é sempre um território de disputas, uma cena em movimento”,¹⁶⁶ podemos refletir como a categoria da memória é significativa para o espaço escolar, tendo em vista que podemos estabelecer vínculos com o passado. Assim, mais importante do que estudar a memória enquanto tema de ensino é refletir sobre como esta memória é lembrada, provocada¹⁶⁷ e, sobretudo, abordada em sala de aula.

Portanto, é preciso nos debruçarmos sobre a “Pedagogia da Memória” no sentido de fazer esta reflexão e promover um rico debate no ambiente escolar. Como nos lembra Adrianna Setemy, promover o debate sobre temas sensíveis na sala de aula, como problemas consoantes à violência, ao racismo e a discriminação, a partir das marcas de memória presentes nos espaços públicos, permite aos estudantes não apenas enfrentar os desafios da sociedade contemporânea, mas

¹⁶⁵ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014, p. 22.

¹⁶⁶ SETEMY, A. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v.10, n.19, 2021, pp.12 - 29. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.752>.

¹⁶⁷ NORA, op. cit., p. 13.

construir um novo olhar e uma sensibilidade, a fim de promoverem uma cultura da paz e prevenção da violência a partir destas temáticas presentes.¹⁶⁸

A partir desta premissa de propor orientações pedagógicas visando à abordagem de temas sensíveis no ensino de História, Setemy enfatiza que para a construção de um saber escolar comprometido com a educação em Direitos Humanos, não significa que o professor tenha que transmitir teias de informações e dados sobre acontecimentos traumáticos, mas conduzir uma problemática que oriente seus alunos no sentido de que percebam como a violência e as violações aos direitos humanos se configuram também no presente.¹⁶⁹ Deste modo, fazer conexões com o vivido a partir de uma leitura do contexto em que vivem permite aos educandos refletir sobre suas próprias experiências na sociedade contemporânea. De acordo com Setemy:

a pedagogia da memória se constitui no cotidiano escolar como o meio de transmissão de passados traumáticos através do trabalho de educadores que atuarão como portadores de conhecimentos específicos que possibilitarão a criação de vínculos significativos entre os alunos, suas próprias histórias, o passado ensinado, articulados à imaginação de um futuro desejado.¹⁷⁰

Assim, refletir sobre o papel da memória, evocada por temas sensíveis como a escravidão e a morte, implica olhar a História sobre outro prisma, isto é, se atentar para as vozes que ecoam de um passado traumático, e que são merecedoras de estarem inseridas nas narrativas históricas.

Com efeito, nos voltarmos para as vozes que “falam” a partir dos “patrimônios difíceis” marca nosso diálogo fecundo e nosso compromisso com a História, que consiste em não deixar a memória se perder no labirinto do esquecimento, e que não sofra a sentença do silenciamento ou do apagamento.

Isto posto, olhar para o Instituto Pretos Novos como política de memória e de reparação permite investigar o passado a partir das práticas educativas no presente. Neste sentido, como fora afirmado, o IPN vem se destacando no desenvolvimento de abordagens plurais, presente nas Oficinas Culturais que são fundamentais para refletirmos temas pertinente ao tempo presente, como racismo, direitos humanos,

¹⁶⁸ SETEMY, op. cit., p. 13.

¹⁶⁹ SETEMY, op. cit., p. 14.

¹⁷⁰ SETEMY, op. cit., p. 17.

políticas de cotas, cultura afro-brasileira, entre outros, já que têm relações intrínsecas com o passado traumático deste “patrimônio difícil”.

Uma preocupação constante em torno dos patrimônios culturais permeia a preservação da memória e da história para que não se percam, ou seja, não sejam esquecidas ou apagadas. E para que a preservação aconteça, são necessários alguns elementos que mantenham a memória viva. Isto é, requer esforços humanos e aquisitivos financeiros com vistas à manutenção dos bens patrimoniais e dos lugares de memória.

O que pretendemos argumentar aqui é que a criação de lugares de memória, de memoriais, assim como a proteção de bens patrimoniais de natureza material, é de suma relevância para o ensino de história, pois quando estamos em contato com estes espaços, isso nos possibilita visitar memórias e elucidar este passado a partir de uma leitura do presente. Então, apresentar este tempo histórico àqueles que o desconheciam permite ao professor de História mediar este conhecimento a fim de que os discentes reflitam sobre contextos passados a partir de suas próprias vivências. Dito de outro modo, é preciso visitar o passado para fazer conexões com o presente. E este mergulho no tempo requer um desafio na busca da memória.

Como nos lembrou Nora, a memória não é espontânea ou natural, mas provocada. Assim, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que é preciso criar espaços comemorativos, arquivos, monumentos, patrimônios, para que essa memória não seja posta na invisibilidade ou mesmo apagada.¹⁷¹

A criação do Memorial Pretos Novos representa um desses movimentos de luta da História para que a memória não se desfaça, pois é preciso criar “lugares” e levar à sociedade o conhecimento de sua existência. Pois se não existisse este espaço dedicado à memória e à história, o local onde existiu um cemitério seria apenas destinado a uma casa como tantas outras e jamais se imaginaria que naquele terreno plano havia uma história secular, a qual não se pode ignorar.

Nesse contexto, os “patrimônios difíceis”, como o IPN, ocupam um lugar de destaque, e podem ser úteis pelo menos de duas formas: além de se constituírem como instituições fundamentais para o Ensino de História, por resgatarem um passado de dor, podem ter um significado bastante relevante para identificação dos apagamentos da memória histórica.

¹⁷¹ NORA, op. cit., p. 13.

Assim, visitar esses espaços de memória pode dar ao professor de História a possibilidade de debater com seus alunos, no espaço escolar, assuntos relacionados aos chamados temas sensíveis ou difíceis, fazendo conexões entre o passado e o presente, aprofundando e refletindo sobre questões relacionadas à violações dos direitos humanos e à morte que, no caso dos *pretos novos*, foi uma consequência das práticas de violência praticadas contra os africanos recém-desembarcados na região portuária do Rio de Janeiro. Além disso, também fornece elementos para uma discussão sobre os “apagamentos” que foram sendo impostos a essa história.

Não ignoramos que os temas sensíveis são de difícil abordagem para o ensino de História, pois levam os alunos a se relacionarem um período histórico que remonta ao final do século XVIII e início do XIX, marcado pela violência da escravidão. Contudo, apesar de se tratar de um patrimônio que carrega um passado fúnebre ou insepulto, consideramos a abordagem de patrimônios difíceis, como o IPN, no espaço escolar, como desafiadora – mas, ao mesmo tempo, fundamental – pois além de possibilitar discussões sobre o passado, a partir de uma imersão no presente, também leva os discentes a refletirem sobre possíveis intenções políticas que estiveram na origem da invisibilidade daquele espaço e, conseqüentemente, da memória dos *pretos novos*.

Logo, a importância da visita a estes lugares de memória sensível revela-se uma opção ao professor de História, que nestes espaços é capaz de promover aulas históricas em lugares extraescolares, atentando-se para uma alternativa de aprendizagem da História fora do espaço escolar. Deste modo, a partir da identificação destes patrimônios difíceis, o que se pretende é que os discentes possam refletir sobre o passado e relacioná-lo aos acontecimentos na sociedade contemporânea, como os preconceitos, o racismo e a violência. E, neste contexto de suas vidas, tornem-se sujeitos críticos e humanizados, capazes de reconhecer que discriminações e preconceitos são as raízes da violência. Neste sentido, o objetivo final é que passem a combater esta cultura da violência.¹⁷²

Promover aos discentes oportunidades de dialogar com o vivido a partir dos lugares de memória conduz a um aprendizado integral relacionando a formação humana à formação educacional, como preconiza a BNCC em seus princípios de uma educação integral.

¹⁷² SETEMY, op. cit., pp. 13-14.

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva.

173

Assim, dentro dessa abordagem consoante à BNCC, o papel do docente de História está para além de uma educação tão somente cognitiva, mas se constitui em orientar os discentes a realizar conexões acerca de suas experiências de vida e os conhecimentos históricos.

Portanto, quando o professor de História promove uma visitação, isto é, uma aula de campo em um patrimônio cultural como, por exemplo, no Museu Memorial Pretos Novos, essa atividade didática pode levar os alunos a perceberem que a partir da reforma de uma casa e, conseqüentemente, das escavações feitas no local, a memória foi provocada e trazida à vida, o que os remete a pensar que se todo este processo não tivesse ocorrido, talvez a memória histórica tivesse se perdido.

Com efeito, a conexão desta circunstância temporal passado-presente nos leva à aferição de que patrimônios de histórias difíceis sempre existiram, onipresentes, ocultos ou invisibilizados, seja propositalmente ou seguindo o curso, que se convencionou como natural, do processo de urbanização. Todavia, como observou Meneguello:

É preciso pontuar também que tais patrimônios não são “difíceis” simplesmente por lidarem com memórias do trauma ou da dor, mas porque as próprias práticas de reconhecimento e institucionalização dos locais a eles associados não são consensuais dentro da sociedade.¹⁷⁴

Desta feita, o primeiro passo neste aspecto é entender que a institucionalização do IPN está relacionada à patrimonialização do Cais do Valongo, já que ambos estão geograficamente localizados na região da Chamada Pequena África, no dizer de Heitor dos Prazeres e igualmente inseridos no contexto da escravidão vigente nos séculos XVIII e XIX.¹⁷⁵ Todavia, como afirmado por Meneguello, as práticas de reconhecimento de patrimônios difíceis e institucionalização dos lugares de memórias sensíveis não têm um consenso social,

¹⁷³ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018, p. 14.

¹⁷⁴ MENEGUELLO, op. cit., 2021, p. 06.

¹⁷⁵ HONORATO, op. cit., 2018, p. 44.

visto que, em torno da institucionalização do IPN, há relações conflituosas, contrassensos e disputas políticas e culturais, quando o que estava em questão era o reconhecimento do patrimônio imaterial africano e a luta pela preservação da memória anteriormente soterrada.¹⁷⁶

De acordo com Meneguello, a patrimonialização desses locais de memória difícil permite um olhar sensível sobre a história.¹⁷⁷ A institucionalização do Memorial Pretos Novos nos coloca na encruzilhada de dois tempos. Primeiro, nos direciona a uma reflexão sobre as práticas escravistas ocorridas no passado e nos permite refletir sobre o universo psicológico de uma pessoa escravizada: como viveram as pessoas escravizadas e como suas dores e cicatrizes foram ignoradas, sendo sepultadas juntamente aos seus corpos. Em segundo lugar, nos coloca numa perspectiva de futuro, ou seja, ao reconhecer o IPN como um patrimônio difícil, devemos compreender que a materialização desta importante Instituição emana de elementos imateriais capazes de nos mobilizar em prol de uma sociedade mais justa, construindo uma cultura de não violência e de luta contra a discriminação e o racismo socialmente construído. Logo é preciso lembrar que “a dimensão imaterial é indissociável do patrimônio difícil, que se compõe pela experiência do sofrimento e pela memória do trauma”.¹⁷⁸

Assim, o Instituto Pretos Novos pode ser entendido como uma instituição de resistência ao apagamento da memória histórica dos africanos que tiveram sua trajetória de vida interrompida pela escravidão, produto da “empresa colonial escravista”, como bem se referiu Manolo Florentino ao descrever o tráfico negreiro internacional de escravos e sua linha de reprodução econômica nas Américas.¹⁷⁹ Portanto, à luz deste passado insepulto, o IPN representa também a resistência à invisibilização da população afro-brasileira, cujo peso desse passado difícil é lançado em suas costas em forma de preconceitos, discriminação e racismo. Em outros termos, estes lugares de memórias difíceis mobilizam uma dimensão além da morte, pois “podem reunir a função de memorial ou de local de peregrinação com a finalidade de rememoração coletiva e de reconhecimento de direitos e de reparação”.¹⁸⁰

¹⁷⁶ VASSALLO, op. cit., 2017, pp. 293-294.

¹⁷⁷ MENEGUELLO, op. cit., 2021, p. 07.

¹⁷⁸ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis: um conceito incompleto? **Patrimônio, resistência e direitos: História entre trajetória e perspectivas em rede**. Vitória, ES : Milfontes, 2022, p. 391.

¹⁷⁹ FLORENTINO, op. cit., 2014, p. 22.

¹⁸⁰ MENEGUELLO, op. cit., 2021, p. 04.

Entretanto, é preciso pontuar que as pequenas Áfricas resistem¹⁸¹ e se reconstróem dentro desta luta incessante contra o silenciamento e o apagamento da memória. E este é um dos principais objetivos do IPN: “O IPN busca evitar o esquecimento e reconstruir essa memória individual e coletiva ‘subterrânea’, que fora silenciada por muitos anos”.¹⁸² Assim, mais do que resistir, a luta está no ato de (re)existir, de reafirmar que a população outrora inferiorizada ecoa suas vozes no sentido de busca por igualdade étnica e por justiça social.

O Instituto Pretos Novos é um dos locais mais importantes que compõem o Complexo Negreiro do Valongo porque é representante da memória material e imaterial da diáspora africana no Brasil. Logo, a justificativa para concebermos este Memorial como um “patrimônio difícil” está presente neste conteúdo sensível, que revela a memória da violação aos direitos humanos de tantos africanos e africanas novas que foram respectivamente inseridos no contexto da escravidão. Segundo Honorato, “o Cemitério dos Pretos Novos é um vestígio concreto, é a prova material da presença dos africanos em nosso País”.¹⁸³ Por isso é tão relevante quanto necessário visitarmos lugares de memória, como o IPN – sabendo transformá-los em um instrumento de produção de conhecimento escolar –, para que esta memória insepulta caracterizada pelo sofrimento e pela dor vividos pelos africanos escravizados não seja mais uma vez silenciada.

Todavia, como afirmado por Valadão, embora o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN, esteja localizado em um lugar simbólico e representativo, na região portuária do Rio de Janeiro, tanto para a população afro-brasileira como para grupos ou identidades sociais que se identificam com a mesma, ele tem pouca representatividade e receptividade entre os moradores da região.¹⁸⁴ Como acrescenta a autora: “os moradores não se aproximam, são raros os que visitam o espaço.”¹⁸⁵ Isso pode ocorrer devido a vários fatores, dentre estes, a questão cultural em torno da morte, pois ainda hoje há pessoas e culturas que têm medo de se aproximar de um corpo moribundo, quiçá de um cemitério.

Em entrevista ao Programa Globo Repórter, a diretora e presidenta do Instituto Pretos Novos, Merced Guimarães, fala do receio que as pessoas têm de

¹⁸¹ HONORATO, op. cit., 2018, p. 45.

¹⁸² HONORATO, op. cit., 2018, p. 49.

¹⁸³ HONORATO, op. cit., 2018, p. 59.

¹⁸⁴ VALADÃO, 2012, pp. 97-98.

¹⁸⁵ VALADÃO, op. cit.

entrar no IPN, pois trata-se de um lugar onde existiu um cemitério. “Tem gente que não entra aqui com medo, eu falo: você tem medo de cemitério? Eu tenho medo de vivo, não tenho medo dos mortos”.¹⁸⁶

Embora as construções culturais em torno da morte e da visitação aos cemitérios não sejam o objetivo central desta narrativa, reconhecemos a importância desse legado cultural para diversos grupos sociais. Nossa abordagem caminha para as análises da memória e do reconhecimento desta como de conteúdo sensível, ressaltando o nosso compromisso com a preservação do patrimônio difícil e o não apagamento da história e da memória.

Como docentes de História e de áreas afins, mediar a construção de conhecimento dos nossos alunos através da história ensinada também em locais não formais, como os lugares de memória que fazem parte do patrimônio cultural da cidade, constitui um dos nossos empenhos da docência. Conduzir os alunos à compreensão de que a leitura dos patrimônios ultrapassa a finalidade de grandeza ou de beleza arquitetônica, e que um patrimônio pode emanar tanto da cultura material como da cultural imaterial, mas que é capaz de revelar histórias difíceis de um passado que quase foi apagado – como é o caso do Instituto Pretos Novos – é dar oportunidade aos discentes de analisarem a história a partir do seu próprio olhar e construir a sua consciência histórica em prol da cultura da não violência, de combate a toda forma de preconceito e de racismo.

No próximo capítulo faremos uma análise do material didático produzido no âmbito desta dissertação, o qual traz uma abordagem sobre as hierarquias na vida e na morte no século XIX, relacionando-as a uma proposta de educação antirracista, tendo o IPN como um lugar gerador de aprendizagens. Então, na seção a seguir, procuraremos refletir sobre a pergunta que intitula o capítulo: “*É possível aprender história em um cemitério-museu? O Instituto Pretos Novos e sua contribuição para o ensino de História*”. Neste contexto, buscaremos analisar a interação entre os conhecimentos produzidos no museu e os conhecimentos produzidos em sala de aula.

¹⁸⁶ Entrevista concedida ao Programa Globo Repórter, exibido em 27 de fevereiro de 2015, citado por Honorato, op. cit., 2018, p. 48.

Capítulo 3

3. É possível aprender história em um cemitério-museu? O Instituto Pretos Novos e sua contribuição para o ensino de História.

Este capítulo faz parte do nosso esforço de pesquisa com relação ao uso do Museu Memorial Instituto Pretos Novos e sua contribuição para as aulas de História. Todavia, apesar da recorrência do vocábulo “uso”, o consideramos um tanto quanto empobrecedor quando nos reportamos a um espaço museal. Assim, sugerimos voltar nossas lentes para a contribuição, num sentido amplo, desse *bem patrimonial* para o ensino de História. Neste sentido, o principal propósito deste capítulo não é responder simplesmente à pergunta que o intitula *É possível aprender história em um cemitério-museu?* – mas sugerir ações ou caminhos que deem suporte para que o leitor ou visitante do memorial chegue às suas próprias conclusões sobre as propostas pedagógicas relacionadas ao IPN. Nesta perspectiva, buscaremos fazer uma apresentação do material didático produzido nesta pesquisa, contemplando a escolha das fontes e a metodologia utilizada, com o propósito de discutir o objetivo principal que guiou essa investigação: a proposta de promover uma educação antirracista – entendendo o Instituto Pretos Novos como uma referência para o estudo das hierarquias em torno da morte no século XIX – e o papel do professor de História na luta antirracista, na sociedade contemporânea. O argumento central é o de que esse cemitério-museu, que muito tem contribuído para as pesquisas históricas e arqueológicas, pode ter uma dimensão pedagógica muito importante no intuito de promover uma educação antirracista.

A partir de ações afirmativas, como o Circuito de Herança Africana, criado pelo Decreto Municipal nº 34.803 de 29 de novembro de 2011, o trabalho dos arqueólogos, as Oficinas de História e as visitas livres e guiadas, o IPN pode ajudar a promover junto ao público uma maior compreensão da diáspora africana e da formação da sociedade brasileira, como foi afirmado por Honorato, principalmente a partir dos elementos que traz para a análise da formação de um grupo afro-brasileiro, ampliando os conhecimentos sobre a história africana e afro-brasileira.¹⁸⁷

¹⁸⁷ HONORATO, op. cit., 2018, p. 45.

O Projeto Circuito de Herança Africana, elaborado pelo IPN em 2016, tem o propósito de promover a educação patrimonial. Assim, o Memorial tem contribuído para elucidar e fortalecer a narrativa histórica e cultural a respeito dos chamados *pretos novos*. A visitação de diversos grupos de discentes ao IPN é também um ponto fundamental para observarmos que a abordagem pedagógica dos docentes, especialmente de História, se inclina a promover conhecimentos acerca da relevância da Instituição.

Abraçando essa perspectiva dos nexos entre o IPN e a história da cidade no século XIX, elaboramos um conjunto de oficinas que carregam o título geral *Hierarquias na vida e na morte: uma proposta de educação antirracista à luz do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos*. O material foi subdividido em quatro oficinas, no intuito de melhor direcionar os alunos para os temas abordados, todos vinculados ao objeto central de análise desta dissertação: o IPN e o seu potencial didático. Essas oficinas visam elencar alguns caminhos possíveis, sempre tendo como horizonte gestar uma educação antirracista. Para tanto, mergulhamos no passado com a intenção de discutir aspectos relevantes das hierarquias presentes na dinâmica social do Brasil oitocentista, inclusive aquelas que se configuravam em torno do momento da morte.

Esta prática metodológica denominada *oficinas* não é nova, mas sua aplicação ainda não é muito recorrente no ensino de História. Logo, consideramos que a experimentação em torno desta metodologia desenvolvida para a área do Ensino de História pode ter um papel importante para auxiliar os alunos na compreensão das informações inscritas no livro didático, sistematizando o conhecimento a partir da prática da leitura do material selecionado para integrar cada oficina, e da produção das tarefas.

Neste sentido, as oficinas foram produzidas com um olhar muito relevante para o ensino de História, que visa aproximar a vivência prática¹⁸⁸ do dia a dia dos alunos aos conhecimentos propostos nos livros didáticos, a partir de uma metodologia própria. Além disso, interessa como aproximação com saberes que, no geral, não estão contemplados nos livros didáticos, especialmente com relação aos chamados temas sensíveis, como os nexos entre a escravidão e a morte.

¹⁸⁸ A expressão vivência prática é uma adaptação do que foi proposto por Rösen como *vida prática*. Ver em: RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. in: História da historiografia, Ouro Preto/MG: Edufop, n. 2, p. 163 - 209, 2009, p.165.

Sabemos que encontramos uma grande dificuldade em relação à aplicação das renovações metodológicas no ensino de História voltadas para as etapas da Educação Básica, especialmente para o Ensino Médio, seja pela exigência da ampla grade curricular, seja pelo pouco tempo disponibilizado às aulas ou ainda pela falta de incentivo à pesquisa e à produção de alunos e professores. Assim, o objetivo aqui foi produzir um material acessível, sem a exigência de muitos recursos tecnológicos nas escolas, que possa ser facilmente utilizado por professores e alunos, e em que uma produção historiográfica contemporânea sobre os temas abordados possa ser transformada em saber escolar.

Assim, o conjunto de oficinas, que compõe o material didático anexado ao corpo desta dissertação, procura contemplar um levantamento da historiografia produzida sobre os temas abordados, de modo a transformá-la em um saber escolar, e, ao mesmo tempo, baseia-se em uma pesquisa documental, com o mesmo intuito de inventariar fontes capazes de serem lidas pelos estudantes do Ensino Médio e utilizadas na construção do conhecimento em sala de aula.

3.1. Oficinas de História: prática metodológica

Assim como em toda esta pesquisa, o material didático anexo ao corpo desta dissertação contempla uma abordagem qualitativa, cujo respaldo está na revisão bibliográfica e documental, assim como também na análise das fontes.

Como escolhas teórico-metodológica para elaboração deste material didático apoiamos-nos na produção do conjunto de oficinas pedagógicas intitulado *Detetives do passado: escravidão no século 19*, elaborado pelas historiadoras Anita Correia Lima de Almeida e Keila Grinberg, no âmbito do Núcleo de Documentação, História e Memória da Unirio, com financiamento da FAPERJ em 2009.¹⁸⁹ Esse material procurou fornecer subsídios que instigam a curiosidade do aluno com relação ao conhecimento histórico e, conseqüentemente, em relação à pesquisa. Para essa produção, as autoras exploraram a metodologia das WebQuests, no intuito de obter uma maior participação dos alunos na produção do conhecimento. Seguindo este

¹⁸⁹ ALMEIDA, Anita Correia Lima de; GRINBERG, Keila. *Detetives do passado: escravidão no século 19*. Rio de Janeiro: Núcleo de Documentação, História e Memória-NUMEM/UNIRIO, 2009. Disponível em: <http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/main.html>.

parâmetro, optamos por abordar as nossas oficinas através da criação de algumas etapas, contendo pistas e centradas na proposição de uma tarefa a ser elaborada pelo aluno, tudo com o intuito de instigá-los a descobertas, e que, a partir destas, assimilem os conhecimentos propostos e sintam-se capazes de produzir novos saberes escolares. Além disso, partindo da inspiração da tecnologia das WebQuests, utilizamos alguns links do IPN no intuito de incentivar os alunos a uma imersão nos conhecimentos disponibilizados pela página da Instituição na web.

O uso da metodologia das oficinas é fundamental para a aproximação dos docentes e dos discentes às discussões sobre a diversidade cultural e as narrativas que envolvem os temas difíceis e as memórias sensíveis, pois a partir da análise das fontes e da proposição de tarefas, os alunos poderão se aprofundar nos temas como a escravidão, conduzindo seu próprio percurso pelo material no caminho da construção de um saber escolar. Nesse sentido, a proposição de oficinas como material didático, voltado para professores e alunos do Ensino Médio, visa facilitar a dinâmica das aulas de História, na busca de uma maior compreensão dos temas que serão trabalhados com as turmas.

No nosso material didático – *Oficinas de história* – as fontes imagéticas apresentadas foram, em sua maioria, produzidas no século XIX a partir da ótica do pintor francês Jean-Baptiste Debret,¹⁹⁰ isso para as Oficinas 1 e 2. Para as outras duas, foram utilizadas fontes iconográficas mais contemporâneas. As imagens de Debret corroboram no intuito de tornar visíveis as hierarquias vigentes naquele século, tanto na vida cotidiana, como na morte, consagrando grupos privilegiados, em detrimento de outros lançados no campo dos absolutamente desprivilegiados, como os *pretos novos*.¹⁹¹ Estas fontes foram selecionadas para demonstrar possíveis caminhos para uma educação antirracista, pois oferecem recursos capazes de conduzir a uma reflexão sobre a dinâmica social no século XIX e para pensarmos na sociedade que queremos organizar nos dias de hoje e para o futuro. Assim o recuo ao passado se faz necessário para esta reflexão de que naquele século as hierarquias presentes na vida e na morte faziam parte da estrutura daquela sociedade, mas que não se aplicam e não fazem sentido na sociedade contemporânea, a qual se caracteriza pela luta pela igualdade social e racial.

¹⁹⁰ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1940., 2 Tomos.

¹⁹¹ HONORATO, op. cit., 2021, p.146.

Para um melhor entendimento desta configuração hierárquica vigente no século XIX, buscamos embasamento na dissertação de Mestrado de Milra Bravo, para quem as hierarquias eram fatores que contribuíam para a manutenção das desigualdades sociais, já que o status social era definido pela linhagem.¹⁹² Neste sentido, as imagens selecionadas na obra de Debret são fundamentais para explicar a dinâmica de uma sociedade estratificada. A imagem abaixo (Fig. 03 – *Senhora em sua cadeirinha a caminho da missa*), selecionada para a Oficina 2 – Etapa 1, intitulada *Hierarquias no cotidiano social do século XIX* – que compõe o nosso material didático, contrasta indiscutivelmente com a outra imagem subsequente, nomeada *Negras novas a caminho da Igreja para o batismo* (Fig. 04), uma vez que a senhora foi representada em uma cadeira ornamentada, sendo carregada por escravizados, demonstrando poder, numa sociedade hierarquizada. Já as negras novas foram representadas caminhando descalças a caminho do batismo, em condições subalternas.

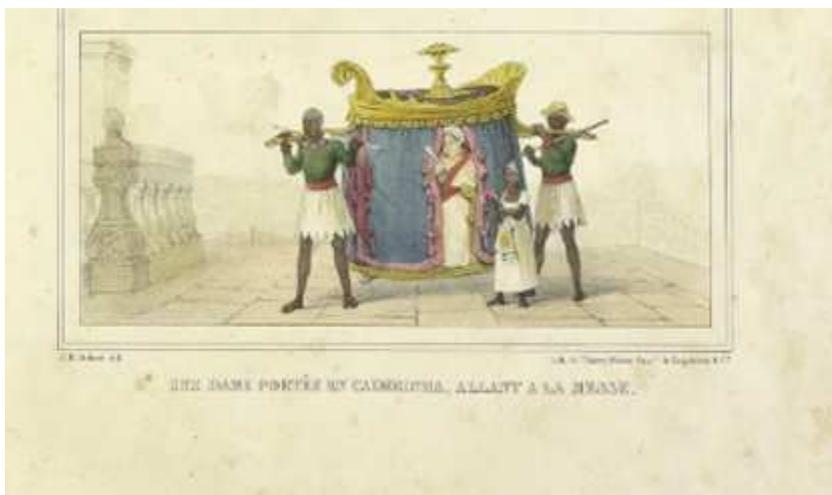


Figura 03. Senhora em sua cadeirinha a caminho da missa. DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v 3, 1940, pp.146-147.

¹⁹² BRAVO, op. cit., 2014, p. 23.



Figura 04. Negras Novas a caminho da Igreja para o batismo. DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v 3, 1940, pp. 153-155.

A proposta didática e metodológica das oficinas procura iluminar esses contrastes sociais vigentes no século XIX. Assim, almeja-se que os alunos atentos aos conhecimentos produzidos por eles mesmos, através das tarefas propostas nestas oficinas, seguindo as pistas sugeridas e consultando os links disponibilizados, sejam capazes de refletir sobre temas como a escravidão, mas também sobre desigualdade social e racial, preconceitos, racismo e discriminações.¹⁹³

Na Etapa 2 intitulada *Hierarquias na morte*, também proposta na Oficina 2, aprofundamos a reflexão acerca das hierarquias estabelecidas no século XIX, mostrando como elas são tão marcantes, que permanecem mesmo depois da morte. Nessa seção, procuramos demonstrar as faces das hierarquias a partir dos diversos tipos de sepultamentos. Começamos por alguns elementos sobre as inumações praticadas no Cemitério dos Pretos Novos, e aqui utilizamos uma reconstituição histórica da feição que o Cemitério teria (Fig. 05).¹⁹⁴ No referido campo santo, os enterramentos ocorriam de forma muito precária, ocasião em que os corpos eram depositados e incinerados antes de serem lançados em uma cova rasa, pois o cemitério compreendia um espaço diminuto para acomodar tantos corpos.¹⁹⁵

¹⁹³ SETEMY, A. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v.10, n.19, pp.12-29, Juiz de Fora, MG, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhj.v10i19.752>.

¹⁹⁴ Para um panorama sobre a caracterização do Cemitério dos Pretos Novos, ver em: PEREIRA, op. cit., 2006, pp. 84-86.

¹⁹⁵ HONORATO, op. cit., 2018, p. 46.

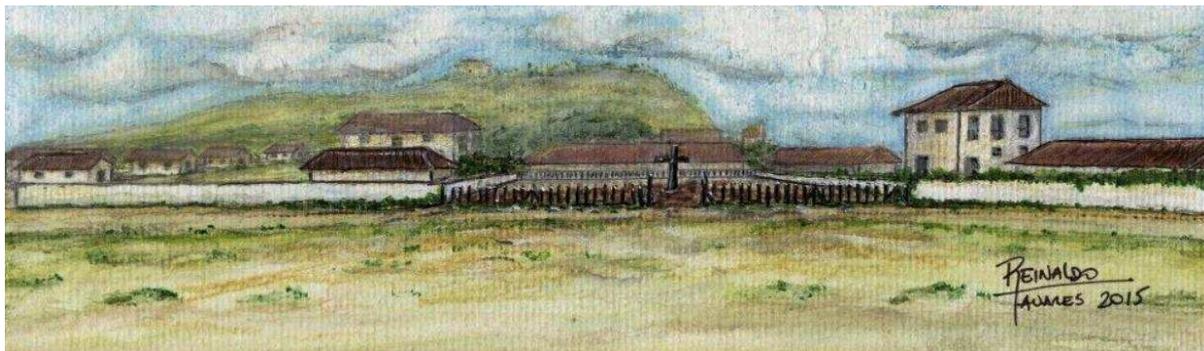


Figura 05. Aquarela de Reinaldo Tavares - Referência: Folder da página institucional do IPN.

<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/aquarela-2/#main>.

Prosseguindo a nossa análise sobre os contrastes sociais caracterizados pelas hierarquias na morte, apresentamos como exemplo uma imagem que representa o enterramento de duas crianças negras. Esta foi também selecionada na obra de Jean-Baptiste Debret e intitula-se *Enterro de um negrinho*.¹⁹⁶ Utilizamos a expressão *enterro de duas crianças negras* para adequar a linguagem à nossa conjuntura, mas apresentamos a expressão utilizada pelo pintor francês no século XIX para afastar indícios de anacronismo. A ideia de lançar nosso olhar para esta imagem foi demonstrar para os nossos alunos que havia distinções sociais mesmo entre os sepultamentos de pessoas negras (Fig. 06). Desta maneira, podemos observar que no centro da imagem há um enterro de uma criança negra inserida numa casa de pessoas ricas, logo o caixão é mais luxuoso e é carregado por três pessoas escravizadas. Enquanto há na mesma imagem, ao fundo, o cortejo fúnebre de outra criança negra e pobre, que é carregada apenas por um homem (carregador de caixão). Este enterramento é apresentado com muita simplicidade, pois a mãe não tinha como arcar com as despesas da inumação.

¹⁹⁶ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tomo 2, v. 3, 1940, pp.181-183.

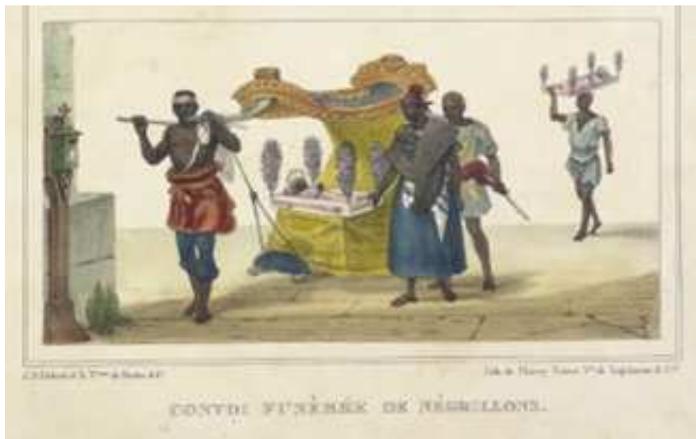


Figura 06: Enterro de um negrinho.

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v. 3, 1940.

Dentre tantas imagens selecionadas para demonstrar aos nossos alunos a hierarquia presente nos sepultamentos praticados no século XIX, destaca-se aquela que representa o *Enterro do filho de um rei negro* (Fig. 07).¹⁹⁷ Composta também por Jean-Baptiste Debret, a escolha da imagem procura apontar para o fato de que nem todos os negros escravizados tinham o mesmo tratamento na hora da morte. O filho do rei negro era velado e homenageado por seus companheiros. A imagem mexe com nosso e imaginário e postula, ainda no século XIX, a ideia da importância e do protagonismo inerente ao povo negro. Filhos de reis e rainhas africanas tinham uma relevância social para cada nação africana que os acompanhava.

Outra análise que fazemos a partir do exame desta obra é como algumas nações africanas recebiam a morte. Neste cortejo fúnebre, vê-se que entre as lamentações em torno do contexto da escravidão que os privava da liberdade, e a dor da perda do irmão africano, há um ritual que representa uma festa. De acordo com Júlio Medeiros, os bantos praticavam o culto aos seus ancestrais, logo a figura dos antepassados era de suma relevância para a linhagem da comunidade ou reino africano, de modo que morrer longe deles ou não ser sepultado significava uma descontinuação da linhagem.¹⁹⁸ Segundo José João Reis, os temas fúnebres ganharam destaque no imaginário baiano do início do século XIX. O tema da morte era muito celebrado em vida. Assim, celebrações como o primeiro domingo da quaresma e a procissão do Enterro do Senhor, na Sexta-feira da Paixão, entre outras festas religiosas, celebravam a morte. Eram também comuns as festas

¹⁹⁷ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v. 3, 1940, pp.185-186.

¹⁹⁸ PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Germinal: morte e sepultamento de Pretos Novos no Rio de Janeiro do século XIX. *Habitus*. Goiânia, v. 10, n.2, pp. 173-185, jul/dez. 2012, p.178.

fúnebres em torno de cadáveres, e essas representavam verdadeiros espetáculos, acompanhadas de muita música, foguetes, bombas, balões, fogos de artifícios, além de um banquete com muita comida, vinhos e licores.¹⁹⁹



Figura 07. Enterro do filho de um rei negro. DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v. 3, 1940.

A partir da observação desta obra de Debret (Fig. 07), é possível relacionar os costumes fúnebres da Bahia da primeira metade do século XIX aos traços da cultura africana presentes na imagem. Assim, não é difícil imaginar estes rituais como verdadeiras festas fúnebres, como sugeriu Reis.²⁰⁰ Festas caracterizadas pela despedida ao som de muita música, tambores, fogos e danças.

Desta maneira, buscamos abordar as hierarquias presentes na vida social e na morte no período oitocentista, no intuito de falar do passado e apontar para a importância da criação e da institucionalização de um museu de História, o IPN. Nesse contexto, foi produzida a Oficina 3, que faz parte do nosso material didático anexado nesta dissertação. A Oficina alude ao nascimento desta Instituição de Memória, buscando construir um diálogo entre o presente e o vivido, ou seja, abordar a perspectiva de criação do Museu Memorial Pretos foi uma oportunidade de dialogar com o passado, mediando o processo de informações para que o conhecimento histórico possa gerar aprendizagens significativas para os nossos alunos.

¹⁹⁹ REIS, José João. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²⁰⁰ REIS, op. cit.

Assim, a metodologia de produção da Oficina 3, intitulada *A gênese do Instituto Pretos Novos*, foi pensada no sentido de convidar os alunos a conhecer um pouco da história do Instituto Pretos Novos, tendo em mente que as raízes desta Instituição estão alicerçadas no aterro de um cemitério. É importante deixar evidenciado que o IPN foi criado a partir da descoberta do sítio arqueológico no local (Fig. 08). Assim constitui-se como um patrimônio que resguarda a história e a memória dos chamados *pretos novos*. A proposta dessa oficina consiste em fazer uma mediação que conduza os alunos a relacionar a constituição deste Museu Memorial com a história da escravidão. Dessa forma, a fim de obter uma maior participação discente, propomos uma tarefa para que eles compreendam que todo o conhecimento histórico é produzido e, inclusive ao realizarem o desafio proposto, eles mesmos estarão participando da produção de um saber escolar. A atividade consiste na produção de um folder explicativo sobre a história dos *pretos novos* e do Instituto para divulgar a existência do Museu Memorial, para a rede turística ou para a população local que ainda não conhece o local.



Figura 08.
Salvamento
arqueológico.
Fonte:
<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/escavacao/#main>

A partir da imersão nos conhecimentos propostos nas etapas e pistas pertinentes a essa Oficina e no desenvolvimento da tarefa, espera-se que os alunos sejam capazes de compreender o espaço museal como um lugar de memória e, ao

mesmo tempo, como um espaço educativo, que oferece diversas atividades culturais, como oficinas de história, seminários, circuito de herança africana e cursos voltados para a valorização da cultura e visibilidade da população africana e afro-brasileira. Em suma, compreendam que é possível aprender história nesse cemitério-museu.

Ao começar a visita, quando for possível, os alunos estarão diante de um Memorial de resistência ao silenciamento da história e da memória africana. Mas se não for possível, sobretudo para os alunos que moram em cidades ou regiões distantes da capital carioca, ainda assim eles poderão acompanhar e obter as informações a partir das pistas propostas e dos links que direcionam ao Instituto Pretos Novos – IPN. Nessa perspectiva, é crucial olhar para a trajetória do IPN como uma ressignificação da história, ou ainda, de acordo com Santos, citado por Regina Valadão, o IPN é um museu que fala do passado a partir do local onde este passado ocorreu.²⁰¹ Assim, partindo das oficinas culturais e dos temas propostos pela Instituição de Memória, é possível perceber a abordagem antirracista e o desejo de colaboração na construção de uma sociedade mais justa e livre de preconceitos.

Nessa oficina, procuramos observar para além, propriamente, da história do IPN. Nosso propósito foi conduzir os nossos alunos à produção de conhecimentos a partir deste objeto de pesquisa – Instituto Pretos Novos – atentando para um local onde existiu escravidão e para os silenciamentos da história e da memória. Procuramos apresentar uma maneira de estudar os chamados temas difíceis, a fim de trazer uma ressignificação para este passado, apresentando a Instituição museal como um lugar de (re)existência, cujo foco temático não se direciona apenas ao passado, mas que busca dar sentido a esse passado a partir das práticas socioeducativas que acontecem no presente.

A partir deste diálogo passado-presente, na Oficina 4 buscamos abordar um exemplo de práticas contemporâneas que expressam violência e que lembram cenas do passado escravista. Assim, a ideia de fazer analogias com o vivido partiu da nossa inquietação com fatos ocorridos cotidianamente em nossa sociedade contra corpos e almas negras.

²⁰¹ SANTOS, M. S dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009, pp. 115-135. Citado por VALADÃO, op. cit., p. 96

A escolha foi abordar uma cena que ocorreu em 2014, no Aterro do Flamengo, na Zona Sul do Rio de Janeiro (Fig.09), e que revela que a sociedade ainda busca solucionar conflitos por meio da violência, e que essa se volta, preferencialmente, para os negros. Infelizmente, a discriminação e o preconceito racial ainda são muito recorrentes em nossa sociedade. Por esta razão, buscamos romper com estes estereótipos que violam a segurança e a integridade física e psíquica dos nossos jovens, principalmente os jovens negros, já que a eles, principalmente, são direcionadas as práticas racistas e preconceituosas, enfim, a violência.



Figura 09.
Adolescente amarrado a um poste com uma trava de bicicleta.
Fotografia: Yvonne de Mello (Facebook)

Tendo isso em mente, esta última oficina visa buscar caminhos para uma educação antirracista, procurando ligar o passado e o presente. Como as demais produzidas para compor o nosso material didático, sugerimos algumas etapas e pistas capazes de ajudar os alunos a refletirem sobre as práticas sociais na sociedade contemporânea. Assim, buscamos trazer, na primeira etapa desta oficina, esta imagem que apesar de ser muito chocante e inaceitável para a nossa conjuntura social, sugere que precisamos construir uma mudança de comportamento social, de combate ao racismo e à violação dos direitos humanos. Em outras palavras, a cena é forte, caracterizada pela arbitrariedade, pela violência e por castigos físicos, mas, ao mesmo tempo, pode provocar uma reflexão sobre o

papel social da escola no âmbito de uma educação antirracista, agindo na formação intelectual, mas também humana, para a construção de uma sociedade que combata preconceitos e desigualdades étnicas, e que possa superar o racismo.²⁰²

Nesse contexto, como tarefa para esta oficina propomos que os alunos produzam uma ilustração demonstrando o protagonismo do povo negro, sua importância na cultura, na história e na formação nacional, de acordo com a Lei 10.639/2003, que criou a oportunidade para que os alunos das escolas brasileiras de ensino Fundamental e Médio possam conhecer a história da África, dos africanos e da população afro-brasileira, atentando para a valorização da cultura e da história desses povos.

3.2. Escolha e análise das fontes

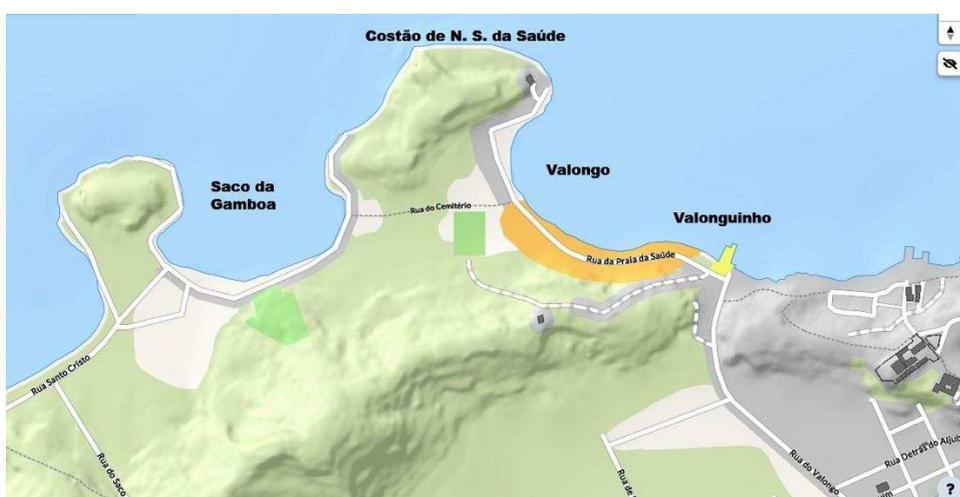
As fontes selecionadas para a produção do nosso material didático – *Oficinas de história* – foram pensadas para marcar a importância e o reconhecimento do Instituto Pretos Novos enquanto um patrimônio difícil, mergulhado em memórias sensíveis, mas fundamental, do ponto de vista do ensino e aprendizagem, para a construção de uma educação antirracista. O caminho escolhido foi o de procurar trabalhar com as hierarquias da morte presentes no século XIX, como pano de fundo para a compreensão das diferenciações sociais presentes naquela sociedade.

Considerou-se importante percorrer uma parcela significativa da historiografia que trata do Cemitério dos Pretos Novos, realizando-se um levantamento bibliográfico sobre nosso objeto de estudo. O IPN tem seu início a partir da descoberta arqueológica que conduziu à criação do museu Memorial Pretos Novos. Assim, trabalhos como os de Medeiros (2006/2007), Valadão (2012), Bravo (2014), Soares (2016) e Honorato (2018) foram considerados de fundamental importância para este material didático, pois nos auxiliaram para uma visão tanto do contexto histórico de criação do Cemitério, como no que tange a uma observação sobre os silenciamentos e a invisibilização da cultura e da história do povo negro.

Com relação às fontes, procuramos utilizar material iconográfico e cartográfico, selecionados para explicar o contexto histórico da criação do Cemitério

²⁰² Setemy, A. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v.10, n.19, pp.12-29, Juiz de Fora, MG, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.752>.

dos Pretos Novos do Valongo. Para a Oficina 1 construímos, a partir do Atlas Digital ImagineRio, um mapa da região que compreende o complexo do Valongo (Mapa 3), para que os alunos relacionem geograficamente a localização do Cemitério com a do atual Instituto Pretos Novos – IPN. Outra imagem presente nessa Oficina é a denominada *Mercado de escravos do Valongo* (Fig. 10),²⁰³ produzida por Debret, e que retrata uma cena de compra e venda de pessoas escravizadas. Esta fonte foi escolhida para auxiliar os alunos na compreensão da conjuntura dos fatos que determinaram a transferência do mercado de escravos, inicialmente situado na região central do Rio de Janeiro, para a região do Valongo, relacionando esse traslado com a criação do cemitério.



Mapa 3 – Elaborado a partir da base do Atlas Digital ImagineRio, desenvolvido pelos professores Farès el-Dahdah e Alida C. Metcalf, na Rice University. Disponível em: <https://www.imagerio.org/pt>. Acesso em: 18 out. 2024.

²⁰³ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 1, v 2, 1940, pp. 188-190.

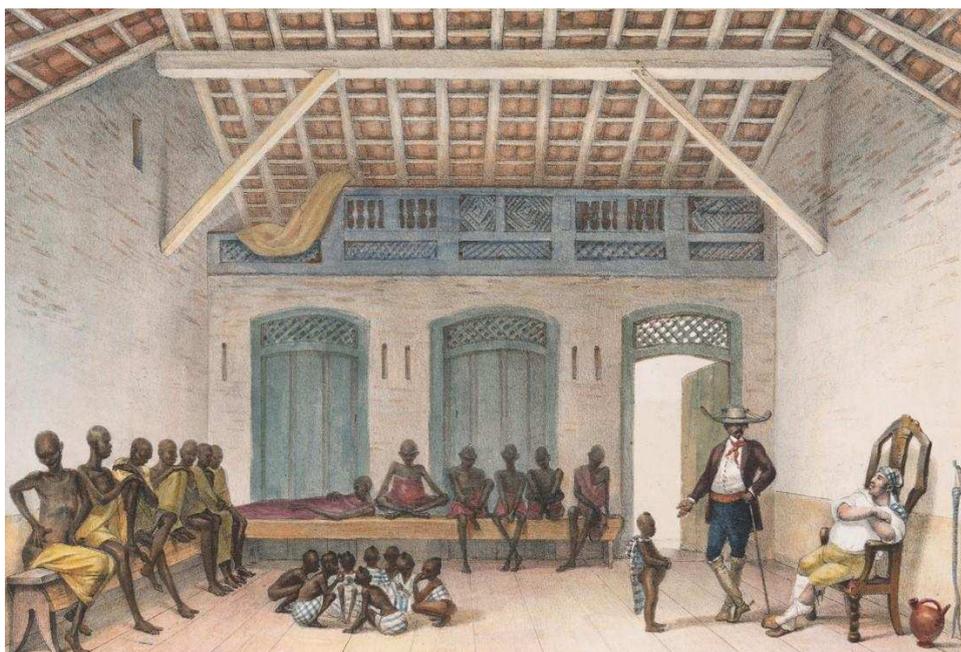


Figura 10. Mercado de escravos do Valongo. DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 1, v 2, 1940, pp.188-190.

Assim, pensando em termos práticos e pedagógicos, na primeira *Oficina* que trata do caso do Cemitério dos Pretos Novos procuramos abordar a pertinente relação desse campo santo com o mercado de escravizados, já que ambos estavam entrelaçados pela expansão da *empresa colonial escravista*.²⁰⁴ Neste sentido, abordamos o contexto histórico do Cemitério dos Pretos Novos e sua recriação a partir da transposição do mercado de escravizados da região central do Rio de Janeiro para o Valongo.

A proposta inicial foi mediar o conhecimento sobre a história da escravidão, sobretudo em relação aos *pretos novos*, a partir de ferramentas práticas, presentes nas pistas e tarefas propostas na Oficina 1, com vistas a auxiliar os alunos a uma reflexão sobre todo o processo que levou à criação do cemitério, ao traslado do mercado de escravizados e à construção de um novo cemitério, destinado ao sepultamento unicamente de *pretos novos*.

Sendo assim, no intuito de facilitar o entendimento de todo o processo que constitui a criação do Cemitério dos Pretos Novos, o período de encerramento das

²⁰⁴ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Unesp, 2014.

atividades cemiteriais e o seu aterramento, propomos uma atividade para tornar o estudante partícipe da produção do saber escolar.

A tarefa proposta foi pensada para que os alunos participem ativamente da produção de conhecimentos e que sejam capazes de refletir sobre esse passado traumático, que deixou marcas profundas na vida social. E ainda para que os alunos relacionem práticas desse passado ao contexto atual, e reflitam sobre o presente de maneira crítica, cidadã e humana no caminho da justiça social, rompendo com preconceitos, discriminações e violência.²⁰⁵

Para a produção da Oficina 2, que tem como título *Hierarquias na vida e na morte*, optamos principalmente pelas imagens presentes no terceiro volume, tomo 2, da obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* de Jean-Baptiste Debret. Essas imagens foram selecionadas visando explicar a dinâmica de uma sociedade hierarquizada em vigor no século XIX. Assim, buscamos analisar as hierarquias presentes na vida cotidiana e no momento último de existência humana, a hora da morte, para entendermos como os enterramentos eram realizados de acordo com a posição social de cada grupo.

Logo, essa produção foi pensada com vistas ao exame dos contrastes sociais em torno de uma sociedade na qual a hierarquia é uma marca indelével. Assim sendo, essa seção trouxe uma abordagem sobre as hierarquias na vida e na morte no contexto do século XIX. Procuramos demonstrar, inicialmente, como uma senhora branca era conduzida até a missa: sentada em uma cadeirinha ornamentada, era conduzida por escravizados (Fig. 03). Convém mencionar que a opção por esta imagem foi pensada para tornar mais perceptível para os alunos as hierarquias que permeavam a sociedade do período, cuja complexidade se acentuou com a presença dos escravizados na América Portuguesa.

Um exemplo não menos relevante para explicar um cotidiano marcado pela diferenciação social, e que provém da sociedade de ordens, é a segunda imagem presente nesta oficina, que consiste no transporte de uma criança branca até a pia batismal (Fig. 11). Conduzida também por escravizados, a criança está envolvida nos braços de sua ama de leite.

²⁰⁵ SETEMY, op. cit., p.14.



Figura 11.
Transporte de
uma criança
branca para ser
batizada na Igreja.
DEBRET, Jean
Baptiste. **Viagem
pitoresca e
histórica ao
Brasil.** São Paulo:
Martins Fontes.
Tomo 2, v 3, 1940,
pp.172-173.

Observando a terceira imagem presente na Oficina 2, também incluída como um elemento do cotidiano de pessoas escravizadas, temos negras novas conduzidas a pé por seus proprietários até a igreja, para serem batizadas (Fig. 03). Uma boa ilustração, sem dúvidas, para analisar a presença da hierarquia que subordinava as pessoas negras na sociedade colonial e no período imperial. É bem verdade que toda esta diferenciação social fazia parte do contexto histórico e social que definia essa sociedade tanto no período colonial como no oitocentista, mas longe de cometer anacronismo, o nosso objetivo foi apontar para o fato de que a sociedade colonial foi o berço de construção do racismo.²⁰⁶

Assim, a discussão sobre as hierarquias na morte, presente nesta oficina, foi introduzida para provocar os nossos alunos para uma leitura do passado, mas também como uma forma de entendimento do presente e dos traços de hierarquia – e de questões raciais – marcam a vida cotidiana atualmente. Mergulhar no contexto do século XIX para explicar estas hierarquias, com os complexos sistemas de privilégios e prestígio, e também de desprestígios e invisibilidade, foi uma tarefa a que nos submetemos. Para ajudar os alunos na produção de um conhecimento escolar sobre esses temas, optamos por analisar as condições dos sepultamentos precários dos *pretos novos*, uma vez que estes faziam parte do grupo mais desprivilegiado desta sociedade, submetido à violência da escravização e, ainda, da morte.

²⁰⁶ De acordo com a historiadora Inaê Santos, o racismo é um sistema de poder e de opressão historicamente construído na sociedade colonial. Ver em: SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** 1 ed, São Paulo: Todavia, 2022, p.16.

A observação sobre as condições de sepultamentos, fossem estes simples ou luxuosos, nos leva à reflexão acerca da diferenciação segundo uma ordem ou hierarquia que permeava toda a sociedade, pois mesmo entre os sepultamentos de pessoas negras, é possível perceber distinções. Neste contexto, destaca-se a figura que retrata o enterro do filho do rei negro,²⁰⁷ que apesar de não apresentar luxo, foi realizado com homenagens e festa.

Uma das imagens presente na oficina 2 do nosso material didático que evidencia o cortejo fúnebre do filho de um rei negro, de Debret (Fig. 07), também apresentada neste capítulo, representa o enterro de um membro de uma nação africana e pode contribuir para uma discussão acerca dos caminhos para uma educação antirracista. Tendo a presença de reis e rainhas africanas, príncipes e princesas descendentes de monarcas africanos, a festa fúnebre presente na obra do pintor francês expressa que as realezas africanas eram veneradas e homenageadas por seu povo. Embora a imagem apresente um tipo de hierarquia do século XIX presente na dinâmica da vida de um rei negro, pois o traço de “privilégio” não se estendia a todos os negros escravizados, pode representar uma quebra de estereótipos no que diz respeito à desvalorização da população afro-brasileira e africana.

Contextualizando a imagem, o príncipe recebe as homenagens no momento do seu sepultamento com uma despedida festiva e saudosa, o que expressa a união e a fraternidade, elementos importantes para analisarmos que seus irmãos de pátria e de cultura enalteciam a relevância da cultura e da história do povo negro.

Com efeito, esta pintura pode reforçar a perspectiva de ruptura dos modelos coloniais de currículo, para que os nossos alunos, principalmente jovens negros, compreendam a relevância do povo negro, que contribuiu para a formação da cultura, da história e da identidade nacionais e que a cada dia colabora no sentido de transformar suas práticas cotidianas em cultura. A partir desta reflexão, esperamos que seja possível às nossas crianças e aos nossos jovens uma reescrita de sua própria história, destacando que são protagonistas da mesma, que são descendentes de reis e rainhas, de um povo guerreiro e resiliente, nunca descendentes de escravos, pois os africanos foram inseridos na condição de escravizados, mas ninguém jamais nasce como escravo.

²⁰⁷ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, Tomo 2, v. 3, 1940, p.185 - 186.

Esta análise acerca das hierarquias no contexto histórico estudado é importante para que nos atentemos para os nexos temporais que ligam passado e presente. Assim, atendendo à proposição da Lei 10.639 de 2003 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio no Brasil, julgamos que o trabalho com as obras produzidas por Debret no século XIX podem colaborar para a desconstrução de alguns estereótipos e, sobretudo, para o conhecimento dos diversos mecanismos produzidos no passado que levaram à criação de um país marcado por uma desigualdade racial profunda. Lidar com esse passado pode ser entendido como um caminho para superação do preconceito e da invisibilização da cultura afro-brasileira.

Sobre a Lei 10.639/2003, Cecília Guimarães ressalta a importância da inclusão do ensino de História da África, dos africanos e dos negros no Brasil como um instrumento fundamental no combate ao preconceito e à discriminação. De acordo com a autora, somente a partir deste novo caminhar em direção às mudanças nas políticas educacionais, e com a intenção de valorizar personagens (in)visibilizadas, é que:

poderíamos rever estas personagens e suas histórias, desfazendo séculos de estereótipos e, por fim, começaríamos, de fato, a resgatar a autoestima de milhares de crianças, jovens e adultos que se veem marginalizados por padrões eurocêntricos, que negam a pluralidade étnico-cultural de nossa formação.²⁰⁸

Essa quebra de estereótipos somente será possível quando a escola possibilitar, em um sentido mais amplo, um engajamento possível com as questões que ocorrem além dos muros da instituição escolar, isto é, quando relacionar as práticas cotidianas que os alunos trazem em sua bagagem cultural ao currículo, tornando-as valorativas. E, do mesmo modo, que os alunos passem a aplicar em sociedade as práticas que aprendem dentro da escola, como o respeito, a luta pela justiça social e o combate a quaisquer tipos de discriminações e preconceitos. É urgente o debate sobre as hierarquias de ontem e o rompimento com modelos

²⁰⁸ SILVA, Cecília Guimarães. **História da África no Ensino Superior: a formação dos professores de História e a prática docente.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. 50.

estereotipados e padronizados, que classificam pessoas como mais importantes em detrimento de outras que são colocadas à margem da sociedade. Isso é essencial para que não alimentemos a cultura da violência, que, no passado, afetou milhares de pessoas inseridas na escravidão, cuja violência, afinal, deu origem às terríveis fontes arqueológicas presentes no IPN.

Na Oficina 3 – *A gênese do Instituto Pretos Novos* – procuramos contar a história do Instituto Pretos Novos a partir da (re)descoberta do Cemitério em 1996. Entendemos que a institucionalização do IPN como Museu Memorial ajuda a revelar também o estatuto da memória que estava soterrada e que, a partir de então, tem um local responsável pela sua guarda.

Buscamos enfatizar que o IPN, além de ser um lugar de memória, é um espaço que transforma a dor em cultura. Um museu da (re)existência, uma vez que busca, a partir do trabalho de seus voluntários colaboradores, valorizar a cultura e a história diaspórica africana, e assim lançar luz sobre a valorização da população negra afro-brasileira, dando visibilidade e encorajando identidades negras a lutarem por direitos e por igualdade racial.

Nessa Oficina 3, optamos por utilizar um conjunto de fontes arqueológicas selecionadas para a produção do nosso material. Estas são resultado do trabalho arqueológico realizado no Instituto Pretos Novos desde a (re)descoberta do cemitério e, posteriormente, pelas pesquisas desenvolvidas ao longo da criação do IPN. A seguir, apontaremos os nexos que orientaram as nossas escolhas. Assim, para tornar mais concretas as informações sobre o IPN, optamos por utilizar na nessa Oficina as imagens dos primeiros achados arqueológicos do Cemitério dos Pretos Novos, que revelaram os vestígios ósseos humanos quando da reforma da casa que hoje é a sede do IPN, e também a imagem de um esqueleto completo, que emergiu a partir das escavações arqueológicas realizadas no Instituto em 2017 pela equipe de arqueologia do pesquisador Reinaldo Tavares (Figs. 12 e 13).



Figura 12.
Achados
arqueológicos no
Cemitério dos
Pretos Novos do
Valongo. Fonte:
Folder da página
Institucional do
IPN.
<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/pn-29-caixas-com-ossadas/#main>



Figura 13.
Pesquisa
arqueológica nas
camadas mais
profundas do
terreno sede do
IPN, 2017. Fonte:
galeria do IPN.
<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/esqueleto-completo-pretos-novos-e-1502984375875/#main>

Consideramos que entre as fontes arqueológicas não há um grau de importância, mas a presença deste esqueleto íntegro na exposição permanente do IPN é reveladora de um silenciamento da história e da memória dos *pretos novos*, e, ao mesmo tempo, sua presença torna indiscutível o fato de que naquele local existiu um cemitério. Sua presença concretiza a legitimidade do Museu Memorial como um lugar de memória.

Os vestígios arqueológicos presentes na exposição permanente do Memorial Pretos Novos são fundamentais no intuito de comprovar e de dar ênfase à existência

do cemitério de escravizados naquele local.²⁰⁹ Então, a criação do IPN representou uma maneira de provocar a memória e de não a deixar desvanecer com o tempo. Como nos lembra o historiador Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso que a defesa pelas minorias de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levantar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.²¹⁰

Seguindo a proposição de Nora, a criação do Museu Memorial Pretos representa, com a (re)descoberta do Cemitério, a legitimação de um lugar de memória. E o Museu funciona como o lugar guardião dessa memória, ou seja, sem a criação deste patrimônio seria muito mais difícil acessar a história e a memória dos *pretos novos*, que ficaram enterradas por mais de um século. Então, é urgente a necessidade de criar instituições como o IPN e organizar celebrações para que a memória não fique esquecida ou acabe silenciada.

Finalmente, visando alinhar conhecimentos apresentados na escola à proposta educativa do Museu Memorial Pretos Novos, produzimos a Oficina 4 – *Caminhos para uma educação antirracista* –, na qual almejamos mediar os conhecimentos dos alunos a partir de uma perspectiva inclusiva e participativa, que os possibilite participar da produção de um saber escolar seguindo as pistas e desenvolvendo a atividade sugerida nessa oficina. Assim, enfatizamos a importância do papel da escola e dos professores de História no sentido de promover uma educação efetivamente voltada à construção de uma cultura antirracista. Neste sentido, a promoção de atividades práticas e criativas que auxiliem os alunos a construírem sua consciência histórica, a assumirem uma postura crítica, mas

²⁰⁹ De acordo com a historiadora Regina Valadão, nos primeiros anos da criação do IPN havia questionamentos em relação ao Memorial – “memorial de quê?” – pois mesmo estando sobre o aterro de um cemitério, ninguém conseguia ver. A pergunta foi respondida a partir da escavação arqueológica em 2011, que mantém expostas as ossadas de escravizados em um espaço na Instituição. Ver em: VALADÃO, op. cit., pp. 94-95.

²¹⁰ Nora, op. cit., p.13.

também cidadã e humanitária, se faz urgente. É preciso, ainda, que os alunos relacionem as informações inscritas nos livros didáticos e mediadas por seus professores às suas práticas cotidianas, para que tenham sentido e se transformem em uma aprendizagem significativa e eficaz.

3.3. Os objetivos do material

Produzir um material didático para auxiliar as aulas de História não é uma tarefa simples. Contudo, a construção desse material – ou produto – voltado para o Ensino Médio foi pensada com o intuito de facilitar a construção de uma prática pedagógica capaz de auxiliar os alunos nas aulas de história, tornando-as mais dinâmicas e interessantes. Refletindo sobre uma pergunta dos alunos que é muito pertinente nas aulas de história – “*para que estudamos a história dos tempos passados?*” – chegamos à conclusão da pertinência deste questionamento diante de tantas informações trazidas pelos livros didáticos, afastadas da realidade vivenciada pelos nossos alunos. Acreditamos que esta problematização seja objeto de inquietação na prática pedagógica de vários professores de História, uma vez que contempla um dos nossos desafios na docência. Ano após ano, fomos compreendendo este questionamento e chegamos à conclusão de que a história curricular, que tem como principal recurso os livros didáticos, ainda tem poucas relações com as experiências práticas do dia a dia dos nossos alunos, pois embora os livros tragam informações relevantes para a compreensão dos períodos e processos históricos, são produções que já chegam prontas, sem a participação deles. É fato que todo o processo envolvido na produção dos livros didáticos é realizado por várias pessoas (autores, ilustradores, redatores, entre outros) e que tais informações são utilizadas pelos professores, que dedicam horas do seu tempo em pesquisas e na elaboração dos planejamentos de suas aulas. O professor que leciona, tendo este material didático como suporte, também se dedica à leitura, à pesquisa e ao planejamento pedagógico diariamente, mas para que essas informações se transformem em um potencial atrativo para os nossos alunos, é necessário que eles estejam envolvidos em todo o processo de produção de conhecimentos.²¹¹ E como chegar em uma metodologia que envolva os alunos? Para

²¹¹ ALMEIDA A, Anita Correia Lima de; GRINBERG, Keila. A WebQuests e o ensino de História. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.). **A escrita da história escolar: Memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

isso, é necessário que os alunos assimilem as propostas didáticas a partir de suas próprias práticas cotidianas, dos conhecimentos que já possuem e daqueles que vivenciam. Assim, a partir de experiências prévias e de significâncias, eles podem construir, junto com os professores, um novo conhecimento.

Nessa perspectiva, a elaboração do material didático *Oficinas de História: Hierarquias na vida e na morte: uma proposta de educação antirracista à luz do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos* buscou abordar as hierarquias que organizavam a sociedade do Rio de Janeiro, no século XIX, como um tema fundamental, isto é, como uma janela para o conhecimento daquela sociedade. A proposta também procurou destacar a relevância histórica do Museu Memorial Pretos Novos e sua contribuição para construção de saberes plurais. Neste aspecto, observando a abordagem presente em nossas oficinas, a nossa maior aposta é que o material didático aqui produzido possa ajudar a transformar informações adquiridas nos livros didáticos acerca da escravidão e da sociedade hierarquizada no século XIX. E que o estudo desses temas, para os nossos alunos, não tenha mais apenas o propósito de “passar nas provas”, mas que possa oferecer um caminho para uma aprendizagem significativa e consistente, a partir de uma proposta prática que parta do princípio do “aprender fazendo”, apoiada na união de esforços do aluno e do professor na produção do conhecimento escolar.

Considerações finais

A motivação que me inclinou à realização desta pesquisa foi a perspectiva de como o racismo foi construído e, posteriormente, enraizado nas estruturas sociais. Um tema que sempre provocou o meu interesse, seja por ter vivido em um ambiente onde práticas racistas ocorriam cotidianamente de maneira muito normal, seja pela desigualdade racial no âmbito da sociedade contemporânea. Pertencço a uma família, como tantas formadas nestes Brasis afora, que tem uma origem humilde e pouca formação formal e consciência política, mas constituída pela diversidade: brancos, negros e nativos. A minha família é formada pelos três povos. Viva a diversidade! Todavia, era comum a construção de preconceitos que se direcionavam à cor da pele dos meus irmãos, já que alguns têm pele negra. Como uma mulher dita branca pela sociedade – pois me considero parda tendo em vista a formação da população afro-brasileira – hoje reflito sobre esses comportamentos produzidos pela sociedade e reproduzidos no seio familiar. E essa reflexão é crucial para termos conscientização e rompimento com práticas racistas. No meu caso, a desconstrução destas práticas foi realizada na escola. A esta Instituição e aos meus professores, devo todas as honras pelo fato de me tornar uma pessoa antirracista.

Este breve desabafo não objetiva sensibilizar o leitor, mas justifica o contexto histórico que me formou enquanto ser humano e hoje me leva a refletir sobre a minha história como criança, adolescente e como professora de História. Que formação incrível!

Assim, nesta dissertação procurei contar um pouco sobre a história do Instituto Pretos Novos, reconhecendo-o como um *patrimônio difícil* e sua relação com a contribuição para o Ensino de História. Logo, a preservação deste patrimônio, que constitui um capítulo da história da escravidão na região portuária do Rio de Janeiro, tem uma importância fundamental, pois além desse lugar de memória ser um guardião da história e da memória dos *pretos novos*, ele tem contribuído na construção de saberes plurais.

Não fui inocente quanto à complexidade desta temática devido ao recuo a um passado longínquo e, ao mesmo tempo, silenciado, bem como, devido à sua inserção nos chamados temas sensíveis. E confesso que esta análise, ao contrário de pretender esgotar todas as questões que o tema suscita, procurou ser uma

primeira aproximação. Nossa contribuição foi trazer uma reflexão sobre um tema muito estudado, sob um entendimento que consiste em reconhecer o IPN como um patrimônio difícil, buscando, assim, incorporar debates inovadores no campo dos estudos sobre o patrimônio cultural e discutir suas potencialidades para o Ensino de História.

Neste contexto, procuramos traçar, no primeiro capítulo, um panorama sobre as rotas atlânticas que viabilizaram o tráfico de escravizados entre a África e o Brasil, atentando-nos para o número de africanos escravizados que desembarcaram forçadamente no porto do Rio de Janeiro através do Complexo do Valongo. Assim, procuramos abordar a travessia atlântica como um desenraizamento da ancestralidade para milhares de africanos que cruzaram o Atlântico através da coerção dos grupos escravistas que alimentavam o tráfico de almas. O silenciamento da memória foi tratado neste capítulo, inicialmente pela desvinculação dos africanos de sua terra natal, dos seus costumes, de sua cultura, em suma, de sua ancestralidade. Finalmente, trouxemos uma visão do contexto histórico em que o Cemitério dos Pretos Novos foi criado, a sua transferência para a região do Valongo, a precariedade das inumações e o encerramento das atividades cemiteriais.

Os resultados desta primeira parte da pesquisa foram a análise e aquisição de muitos conhecimentos sobre a história longínqua do Cemitério dos Pretos Novos, desde os primórdios, quando foi instalado no Largo de Santa Rita, passando pela criação de um novo cemitério no Valongo e, finalmente, a descoberta arqueológica.

Nosso segundo capítulo procurou traçar um esboço teórico sobre o Patrimônio em sua significação plural. Acreditamos ter atingido o segundo objetivo desta dissertação que foi construir uma abordagem sobre o contexto histórico em que se deu a gênese do IPN, o estudo e o reconhecimento desse Memorial como patrimônio difícil. Esse capítulo procurou ainda analisar a perspectiva dos apagamentos ou silenciamentos históricos a partir do aterro do Cemitério dos Pretos Novos. A contribuição da pedagogia da memória foi fundamental no intuito de embasar os conhecimentos propostos pelo Memorial Pretos Novos e os conhecimentos produzidos na escola. Uma interação, sem dúvidas, fecunda para a construção de novos saberes.

As abordagens em torno da análise e reconhecimento de patrimônios difíceis ainda estão em movimento, digo, em fase de construção. Contudo, devem contribuir

com diversas pesquisas sobre a história do patrimônio e campo da memória, por revelarem o estudo de passados traumáticos e os incômodos de memória. A constituição dessa pesquisa acerca do IPN como patrimônio difícil teve como propósito preencher um capítulo da história dessa importante Instituição sob uma ótica contemporânea e inovadora no campo dos estudos sobre o patrimônio cultural.

No terceiro e último capítulo buscamos realizar uma análise do material didático (*Oficinas de História Hierarquias na vida e na morte: uma proposta de educação antirracista à luz do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos*) construído no âmbito desta dissertação, no intuito de refletir e ajudar os alunos a refletirem sobre as contribuições do Museu Memorial Pretos Novos nas aulas de História. Nosso esforço inicial foi estudar as hierarquias vigentes no século XIX para analisar as desigualdades sociais e raciais que se configuravam naquele contexto histórico, para relacionarmos certos comportamentos contemporâneos que podem sugerir as raízes do racismo construído socialmente. Nesse capítulo, esforçamo-nos para evidenciar a metodologia a partir da qual produzimos o nosso material didático – *Oficinas de História* – uma proposta de produzir saberes escolares a partir da sugestão de pistas e tarefas capazes de convidar os alunos a participarem da produção de conhecimentos.

Com relação à análise e escolha das fontes, percorremos uma parcela significativa da historiografia que trata do Cemitério dos Pretos Novos, realizando um levantamento bibliográfico sobre nosso objeto de estudo. Sobre as fontes, procuramos utilizar material iconográfico e cartográfico, selecionados para explicar o contexto histórico da criação do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo. Neste contexto, considerou-se utilizar parte do acervo arqueológico presente no Museu Memorial Pretos Novos com a intenção de contribuir para a preservação da história e da memória dos pretos novos. Dito de outro modo, aqueles vestígios são fundamentais no intuito de comprovar, de conceder visibilidade e de dar ênfase à existência do cemitério de escravizados naquele local.

Finalmente, a proposição desse capítulo visou alinhar conhecimentos apresentados na escola à proposta educativa do Museu no sentido de promover caminhos para uma educação antirracista. Assim, a partir da contribuição do IPN para o Ensino de História, buscamos convidar os professores de História a incluírem em sua prática pedagógica, quando possível, a aulas culturais constituídas pelas visitas a este patrimônio difícil, que muito tem a nos contar sobre a memória dos

pretos novos. Ao mesmo tempo, este patrimônio é um lugar de resistência ao esquecimento e à invisibilidade do povo negro.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Entrevista à revista Pesquisa Fapesp. Edição 188, out., 2011.

_____. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA A, Anita Correia Lima de; GRINBERG, Keila. A WebQuests e o ensino de História. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ARIÈS, Philippe. **O homem perante a morte**. Portugal: Biblioteca Universitária, publicações Europa-América. Vol.1,1977.

BACKX, Isabela. Patrimônio Arqueológico. In: CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9786586253696.6>.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. **Dimensões**, Dossiê: visões de 1964, n. 32, p. 148-169, Vitória, ES, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRAVO, Milra Nascimento. **Hierarquias na Morte**: uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2014.

CASTRO, Elisiana Trilha. Patrimônio Cultural Funerário. In: CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9786586253696.31>.

CAVALCANTI, Hannah da C. T. **Espaços Museais e memórias sociais na zona portuária do Rio**: Instituto Pretos Novos (IPN). Dissertação (Mestrado em memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CHOAY, Françoise. A invenção do patrimônio urbano. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado, 4ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces. **Tempo**, Niterói: EdUFF, vl. 8, p. 1-18, Agos, 1999.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1940., 2 Tomos.

FERREIRA, Maria Letícia M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79 - 88, Pelotas, 2006.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia M. e Flávio Gomes(orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FLORENTINO, Manolo. Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c.1830. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 51, p. 69-119, jul./dez., 2009.

_____. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Unesp, 2014.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, Janeiro/Abril, 2016.

HONORATO, Claudio de Paula. **Entre Rio de Janeiro e África: as diferentes vivências da morte e do morrer entre os africanos e seus descendentes na cidade do Rio de Janeiro (c.1700 – c.1850)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

_____. Nas Fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã. In: VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia (orgs.). **Culturas e resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. LABHOI – Universidade Federal Fluminense, 2013.

KETTLE, Wesley O. Espaço São José Liberto como “patrimônio difícil”: desafio para o ensino de História. **Revista História Hoje**. Belém, PA, v. 10, n. 19, p. 77 - 101, 2021.

Le Goff. Memória. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão, et al., Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1990.

LESSA, Andrea; TAVARES, R. B; CARVALHO, C. R. Paisagem, morte e controle social: o valongo e o cemitério dos pretos novos no contexto escravocrata do rio de janeiro nos séculos XVIII e XIX. **Paisagens híbridas**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 132-161, 2018.

LIMA, Monica. História, Patrimônio e Memória Sensível: O cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Outros Tempos – Pesquisa em Foco - História**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 26, p. 98 - 111, 2018.

MACHADO, Sara Abreu da Mata. **Baobá na encruzilhada: ancestralidade, Capoeira Angola e permacultura**. 2016. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2016.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios Difíceis (Sombrios) In: CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

_____ Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. Dossiê - apresentação. Junho, 2021.

_____ Patrimônio difícil: um conceito incompleto? In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio, resistência e direitos: História entre trajetória e perspectivas em rede**. Vitória, ES: Milfontes, 2022.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande**. Três séculos de imagens sobre o Negro no Brasil. (1637-1899), São Paulo, Edusp, 2000. Apud. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Revista de Antropologia da USP**, Resenha, maio/2002. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012001000200010>.

NARA JÚNIOR, José Carlos. **O Cemitério dos Pretos Novos de Santa Rita: História social e arqueologia da transição do complexo escravagista do Rio de Janeiro setecentista**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NORA, Pierre. Entre história e memória: A problemática dos lugares. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC-SP**, São Paulo, n. 10, pp. 7-28. Tradução de Yara Aun Khoury, 1993.

ORIÁ, Ricardo. Patrimônio difícil: o Memorial da Pandemia. Blog Instituto Brasileiro de Direitos Culturais - IBDCult. 14 de novembro de 2021. Disponível em <https://www.ibdcult.org/post/patrim%C3%B4nios-dif%C3%ADceis-o-memorial-da-pandemia>.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra: O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) –

Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra: O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

_____. Uma reprodução simbólica do universo social: o sepultamento de escravos no cemitério dos pretos novos, no Rio de Janeiro dos séculos XVII ao XIX. **Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. n.1, pp. 20 - 46, julho. 2008.

_____. Germinal: morte e sepultamento de Pretos Novos no Rio de Janeiro do século XIX. **Habitus**. Goiânia, v. 10, n.2, p. 173-185, Jul/Dez. 2012.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

REIS, José João. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos: Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGD e Informação cultural, 1997.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. IN: **História da historiografia**, Ouro Preto/MG: Edufop, n. 2, p. 163 - 209, 2009.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. **História, Ciência, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12 (suplemento), p. 381 - 400, 2005.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. I ed., São Paulo: Todavia, 2022.

SETEMY, A. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v.10, n.19, pp. 12-29, Juiz de Fora, MG, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.752>.

SILVA, Cecília Guimarães. **História da África no Ensino Superior: a formação dos professores de História e a prática docente**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. SILVA, Maciel Henrique (org.). 2ª ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, Carlos Eugênio L. Geografia histórica da região do Valongo, 1713-1904. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 150 - 161, jan a jun/2016.

VALADÃO, Regina C. M. **Tradição e Criação, Memória e Patrimônio: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. 2012. Tese (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VASSALLO, Simone Pondé. **Memórias em conflito: o instituto Pretos Novos e as releituras da História da região Portuária do Rio de Janeiro**. 34° Encontro Anual de Anpocs. Caxambu, 2010.

_____. Entre vidas objetivadas e vítimas da escravização: a trajetória das ossadas do Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro. In: **Revista Latinoamericana**, Niterói, n. 25, p. 277 - 297, 2017.

Veyne, Paul Marie, 1930. **Apenas uma narrativa verídica**. In: Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998.

Oficinas de História

Hierarquias na vida e na morte: uma proposta de educação antirracista à luz do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos

Josefa Lenny Amorim Ferreira

Essa *Oficina de História* foi desenvolvida no âmbito da Dissertação *História, Memória e Patrimônio Difícil: o Instituto Pretos Novos e a importância de sua preservação para o Ensino de História*. Intitula-se *Hierarquias na vida e na morte: uma proposta de educação antirracista à luz do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos*, no Programa de Mestrado em Ensino de História – Profhistória, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Orientadora: Profa. Dr.^a. Anita Correia Lima de Almeida

Rio de Janeiro,
2024

Sumário

Apresentação. p. 2

Para o professor. p. 4

Para o aluno. p. 5

Oficina 1: O Cemitério dos Pretos Novos do Valongo. p. 6

Oficina 2: Hierarquias na vida e na morte. p.14

Oficina 3: A gênese do Instituto Pretos Novos. p.30

Oficina 4: Caminhos para uma educação antirracista. p.40

Oficinas de História

Apresentação

Sejam bem-vindos e bem-vindas a nossa aula-oficina de História.

Aqui você irá investigar e conhecer aspectos importantes sobre a história e a memória da escravidão no Brasil, a partir de uma pesquisa realizada sobre o Museu Memorial Pretos Novos e das atividades investigativas propostas nesta aula-oficina.

Este conjunto de oficinas de História tem como objetivo privilegiar a construção de conhecimentos históricos sobre nosso objeto de estudo: o Instituto Pretos Novos – IPN. A temática escolhida está voltada para os chamados temas sensíveis ou difíceis.

A ideia é que ao entrar em contato com as fontes apresentadas e os textos propostos nessas oficinas, os educandos possam analisá-los e criticá-los, de acordo com os objetivos e orientações traçadas por seu professor, com vistas a uma maior participação dos alunos.

É importante salientar que este material didático não remete a um plano de aula, mas a oficinas de História que pretendem abrir possibilidades diversas para auxiliar o trabalho pedagógico sobre temas de memórias sensíveis. Assim, tomando este material como ponto de partida, o docente deve elaborar seu plano de aula de acordo com as características/particularidades de suas turmas.

O objeto desta pesquisa é estudar o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, abordado aqui a partir da categoria de *patrimônio difícil*, tendo em vista sua relação com a história da escravidão e, em particular, com a morte de africanos escravizados, recém-desembarcados no Rio de Janeiro: os *pretos novos*.

O IPN é um Museu Memorial que tem sua origem atrelada a um espaço cemiterial, o Cemitério dos Pretos Novos, destino último dos escravizados recém-chegados que morriam logo após o desembarque ou alguns dias depois. Dedicada a pesquisas históricas e arqueológicas, a Instituição é engajada no trabalho de preservação da memória dos *pretos novos*.

Nas oficinas analisaremos o tema das hierarquias vigentes entre o final do século XVIII e o início do XIX na cidade do Rio de Janeiro. Essas diferenças sociais, que coexistiam tanto na vida como na morte, podem ser estudadas observando-se como eram realizados os sepultamentos de pessoas ricas, pobres, brancas e pretas, e ainda de pessoas livres, escravizadas e libertas. Assim, nossa proposta consiste em elaborar uma ferramenta que seja útil do ponto de vista de uma educação antirracista, a partir da contribuição que acreditamos que o IPN pode oferecer para o ensino de História. Logo, temos como objetivo ressaltar a importância da preservação desse bem museal tanto no que tange à reconstrução da memória coletiva, como por sua contribuição para o ensino de História. Neste sentido, buscamos fazer uma aproximação das fontes que remetem à sociedade vigente no contexto temporal estudado com algumas fontes contemporâneas, com o propósito de relacionar o passado e o presente. Assim, as atividades que seguem foram propostas visando auxiliar professores de História para que possam instrumentalizar seus alunos em suas aulas (Barca, 2004).

Esse material é formado por um conjunto de quatro oficinas (1: O Cemitério dos Pretos Novos do Valongo; 2: Hierarquias na vida e na morte; 3: A gênese do Instituto Pretos Novos; 4. Caminhos para uma educação antirracista), direcionadas particularmente aos alunos do Ensino Médio. O objetivo principal é que, a partir da análise das fontes e dos conhecimentos adquiridos nas oficinas, os alunos se tornem protagonistas na perspectiva de construção de um saber escolar. Assim, espera-se que a partir desta imersão que pretende levá-los a descobertas históricas e

arqueológicas presentes neste cemitério-museu do qual se originou o Instituto Pretos Novos – IPN, os discentes sintam-se interessados em conhecer esse lugar de memória e façam uso do espaço extraescolar como um instrumento potente de aprendizado. No intuito de mediar a construção de saberes escolares, a abordagem proposta nas oficinas é uma metodologia organizada a partir de algumas etapas e pistas, em que são apresentadas informações pertinentes, inseridas para auxiliar os educandos tanto em relação ao entendimento do contexto histórico, como na realização das tarefas propostas.

Para o professor

Caro professor, estas oficinas foram pensadas como um instrumento que possa auxiliá-lo em suas aulas, a partir da proposta de exploração didática de um espaço extraescolar que integra o patrimônio cultural da cidade: o Instituto Pretos Novos. Essa é uma instituição museal que pode ser enquadrada na categoria analítica de *patrimônio difícil*, e o objetivo aqui foi oferecer um material didático – Oficinas – que busca auxiliá-lo na investigação do tema da escravidão, e de como ela se configurou no Rio de Janeiro do final do século XVIII e início do século XIX. Admitindo-se que o *locus* deste estudo é um lugar de memória sensível, que resguarda a história e a memória dos *pretos novos*, africanos recém-desembarcados no porto da cidade nesse período (falecidos e sepultados no Cemitério dos Pretos Novos), o objetivo é promover um debate sobre a importância da preservação dos achados arqueológicos, bem como do patrimônio material e imaterial sob guarda da instituição. A proposta final é que, a partir da conexão com esse passado difícil, seja possível para o professor de História ajudar a promover uma educação antirracista, que permita combater a cultura do preconceito, do racismo e da violência.

Para o aluno

Caro estudante, você chegou até aqui conduzido por sua curiosidade pelo conhecimento histórico! Ressaltamos que você está no caminho certo. E, a partir dos conhecimentos adquiridos neste conjunto de oficinas, é certo que ficará aguçado para buscar novas descobertas. Estas oficinas abordam um tema difícil, mas consideramos que é importante estudar esse passado de violência e dor, ligado à história da escravidão no Brasil e, especialmente, na cidade do Rio de Janeiro, na aula de História. O espaço extraescolar que serve de base para estas oficinas – o IPN – vai ajudar você a adquirir novos conhecimentos sobre esse passado do nosso país. Consulte seu professor de História e converse sobre suas descobertas e curiosidades enquanto estiver explorando esse material. Aqui você encontra quatro oficinas, cada uma delas propõe um desafio, ou seja, uma tarefa a ser realizada, e conta com um passo a passo, dividido em algumas etapas e pistas, para auxiliar a sua investigação. Agora, mãos à obra!

Oficina 1: O Cemitério dos Pretos Novos do Valongo

O caso:

O Cemitério dos Pretos Novos era o lugar de enterramento das pessoas escravizadas, trazidas da África para o Rio de Janeiro pelos comerciantes de escravizados, e que faleciam assim que chegavam ao porto da cidade. Os primeiros enterramentos ocorriam no Cemitério dos Pretos Novos construído na Freguesia de Santa Rita e, mais tarde, passaram a ser realizados no Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, criado exclusivamente para o sepultamento de pessoas escravizadas.

A tarefa:

Imagine que você é um(a) advogado(a) negro(a) e vive no Brasil oitocentista. Estamos no ano de 1825, cerca de meio século após a transferência do mercado de escravizados da região central para o Valongo. Ao presenciar o desembarque de cerca de 500 africanos *pretos novos*, fica muito comovido(a) com a situação de maus-tratos (tortura e violência) pela qual aqueles seres humanos passaram, da viagem no navio tumbeiro ao mercado de escravizados. Destas 500 vítimas, 140 vêm a óbito alguns dias após o desembarque e o restante é posto à venda no Mercado do Valongo. A sua tarefa como advogado(a) é escrever uma carta, que você quer publicar no jornal, dirigida aos leitores, apresentando argumentos que justifiquem o fim do terrível comércio de pessoas e a liberdade daqueles escravizados.

Etapa 1: O Rio de Janeiro sob a ótica da região do Valongo

Pista 1: Observe a localização do Cemitério dos Pretos Novos



Imagem 1: Região onde ficava localizado o Cemitério dos Pretos Novos. Mapa elaborado a partir da base do Atlas Digital ImagineRio, desenvolvido pelos professores Farès el-Dahdah e Alida C. Metcalf, na Rice University. Disponível em: <https://www.imagerio.org/pt>. Acesso em: 18 out. 2024.

Pista 2: A história do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo

A história do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo iniciou-se a partir de uma nova configuração do tráfico de escravizados, que resultou na transferência do mercado de escravos, em 1774, da região central do Rio de Janeiro para a região do Valongo (Honorato, 2018, pp.45-46). Atendendo às reclamações dos moradores da região do centro, devido a todo o horror advindo dos corpos insepultos e em decomposição, o vice-rei Marquês de Lavradio, durante a sua gestão, transferiu, junto com o mercado de escravizados, o Cemitério dos Pretos Novos (que ficava até então no entorno da Igreja de Santa Rita) para a região do Valongo (Soares, 2016, pp. 153-154). O cemitério do Valongo funcionou até o início da década de 1830, quando foi desativado. Entre 1830 e 1831, deixou de funcionar. Na segunda metade do século XIX, a cidade viveu um processo de urbanização crescente, inclusive na região portuária. Segundo o historiador Claudio Honorato, várias casas foram construídas

na área, inclusive sobre o aterro do Cemitério do Valongo. Não se sabe ao certo quando ocorreu o aterramento do cemitério e a urbanização da região, provavelmente esse foi um processo que durou alguns anos ou décadas.

Referências:

HONORATO, Claudio de Paula. Nas fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã. In: VAZ, Lillian Fessler; SELDIN, Claudia (org.). **Culturas e resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra**: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOARES, Carlos Eugênio L. Geografia histórica da região do Valongo, 1713-1904. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, pp. 150-161, jan a jun/2016.

Etapa 2: Mercado de escravos do Valongo

Pista 1: Agora que você já conhece a história do Cemitério dos Pretos Novos, que tal entender um pouco mais sobre o estabelecimento dos mercados de escravizados?

Os mercados de escravizados eram locais destinados à negociação (compra e venda de africanos). Veja abaixo uma imagem do artista francês Jean-Baptiste Debret. Ele procurou retratar o mercado de escravizados estabelecido na região do Valongo, desde o século XVIII. Observe as condições físicas dos africanos inseridos na escravidão: seres humanos debilitados, expostos com apenas um pano para cobrir seus corpos, em suma, em condições altamente degradantes, e objetificados como uma mercadoria. Tudo isso que hoje entenderíamos como grave violação dos direitos humanos.

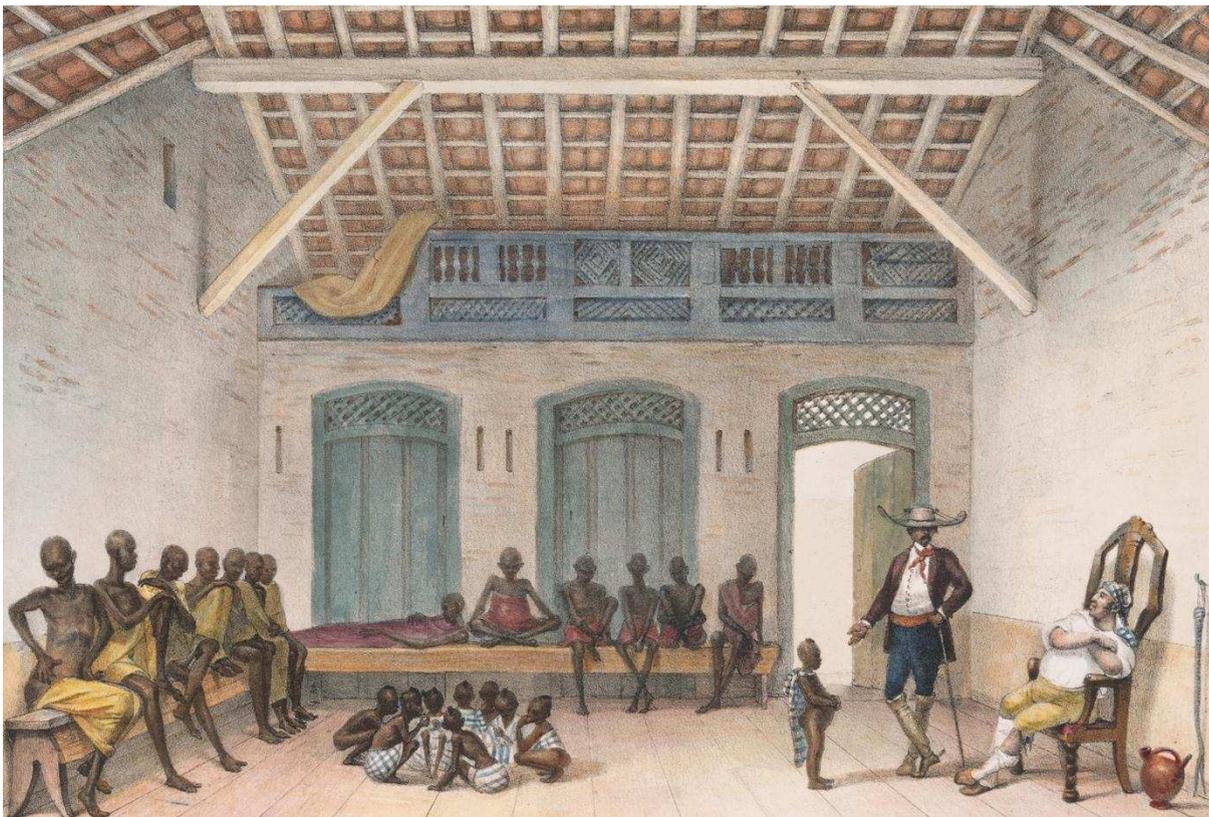


Imagem 2. Mercado da rua do Valongo.

Fonte: Boutique de la rue du Val-Longo. Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-9, t. 2, pl. 25. The New York Public Library Digital Collections. Para uma edição traduzida para o português, ver DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 1, v 2, pp.188-190, 1940.

Na cena composta pelo pintor e viajante francês, a disposição das pessoas no armazém e a simplicidade do mobiliário (dois bancos de madeira, uma poltrona velha, uma moringa e um chicote suspenso) procuram retratar o funcionamento de um mercado de escravizados, ou seja, um local disponibilizado para o comércio de carne humana. Sentado na poltrona velha está um traficante de escravizados. Enquanto descansa e vigia a sua propriedade, o negociante discute com outro homem, também negociante de escravizados.

Referência: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 1, v. 2, pp.188-190, 1940.

Sobre as condições físicas dos africanos, Debret chama a nossa atenção para observarmos além do espaço físico do ambiente, olhando para as condições dos escravizados recém-chegados e postos à venda, definidos pelo pintor como “esqueletos ambulantes”. Através da disposição dos longos bancos, nosso olhar se

fixa na fisionomia dos homens distribuídos ali. De acordo com a descrição que o pintor fez para essa imagem, no banco da esquerda, o primeiro africano aparenta inquietude, atormentado por uma coceira no corpo; o segundo aparenta estar sadio; o terceiro aparenta melancolia; o quarto se encontra paciente; o quinto apresenta apatia; ao passo que os dois últimos parecem sossegados. Ao fundo, distribuídos no outro banco, aparecem mais seis escravizados. No centro da imagem, são representadas as crianças amontoadas que, na visão do pintor, nunca apresentam tristeza.

Referência: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 1, v 2, pp. 188-190, 1940.

Etapa 3: Transferência do mercado de escravizados e a criação do Cemitério dos Pretos Novos

O mercado de escravizados esteve presente na região central do Rio de Janeiro até meados do século XVIII. Localizado à rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março), este comércio de almas foi transferido para a Rua do Valongo (hoje Rua Camerino) atendendo às reclamações dos moradores da região central, que se sentiam incomodados com o odor produzido pela decomposição dos corpos insepultos. Assim, em 1774, o Marquês de Lavradio, que era o vice-rei no período, transferiu definitivamente o comércio de escravizados para o Valongo.

Referência: HONORATO, Claudio de Paula. Nas fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã. In: VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia (org.). **Culturas e resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018.

Pista 1: Apesar de a transferência definitiva do mercado de escravizados da região central para o Valongo ter ocorrido apenas em 1774, supõe-se que o sepultamentos de escravizados recém-chegados já ocorria na região desde alguns anos antes, pois a criação do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo se deu em 1772.

Referência: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra:** o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Pista 2: Com a transferência do mercado de escravizados e a criação do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, a empresa colonial escravista teve um grande impulso pois a região do Valongo tinha todos os elementos úteis ao tráfico de

peessoas escravizadas. A região abrigava, na verdade, o que pode ser considerado como o Complexo do Valongo, onde os escravizados chegavam e eram comercializados e, por ocasião da morte, sepultados naquela mesma área da cidade.

Referências:

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014.

SOARES, Carlos Eugênio L. Geografia histórica da região do Valongo, 1713-1904. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, pp. 150-161, jan a jun/2016.

Pista 3: Do aterramento à redescoberta do Cemitério do Pretos Novos

Sabe-se que os sepultamentos no Cemitério dos Pretos Novos na região do Valongo duraram até 1830-1831, mas não há registros que comprovem quando o campo santo foi aterrado. O que se tem certeza é da redescoberta do Cemitério em 1996, a partir da reforma de uma casa construída no local. Tendo em vista os artefatos e os restos ósseos humanos localizados por ocasião de obras na residência, pesquisas arqueológicas e os órgãos do Patrimônio Cultural atestaram que os vestígios encontrados pertenciam ao antigo cemitério.

Pista 4: Redigindo uma carta para o jornal

No ano de 1825, o mercado de escravizados já estava estabelecido há muito tempo na região do Valongo. Nesse período, o tráfico continuava a operar desembarcando seus milhões de vítimas através do Complexo do Valongo, produzindo, assim, muitas mortes. De acordo com o historiador Claudio Honorato, de 1824 a 1831, foram realizados 6.119 sepultamentos no Cemitério dos Pretos Novos. Diante dessa situação, você, como advogado(a) negro(a), se identifica com a luta pela liberdade do povo negro, e decide escrever uma carta para publicar no jornal, argumentando que não é possível em pleno século XIX conviver com tamanha crueldade e violência contra os africanos inseridos na escravidão.

Você já tem ideias abolicionistas, que só se tornarão mais difundidas ao longo do século XIX, e deseja, assim, expressar nessa carta todo o seu horror à escravidão e a repugnância que ela lhe causa. Muito desse sentimento de indignação veio do que você viu que acontecia com os africanos escravizados que, ao chegarem tão

debilitados do outro lado do Atlântico, não resistiam e iam parar no Cemitério dos Pretos Novos. Para você, esse era um desperdício em massa de vidas humanas. Então, procure agora expressar com suas palavras, esses sentimentos, descrevendo a realidade do mercado de escravizados e do Cemitério do Valongo em sua carta para o jornal.

A partir das pistas propostas, agora é a sua vez de escrever. Você tem liberdade de criação. Então, mãos à obra!

Conclusão:

Como você viu nessa oficina, por volta do ano de 1772, foi criado na região do Valongo o Cemitério dos Pretos Novos, africanos recém-desembarcados no Rio de Janeiro através do Complexo do Valongo. Oficialmente, os sepultamentos só foram regulamentados a partir da transferência do mercado de escravizados em 1774, mas já ocorriam desde a criação daquele campo santo. Chama atenção o espaço diminuto que estava destinado à inumação de milhares de escravizados recém-chegados.

Leia um trecho da descrição do Cemitério dos Pretos Novos feita pelo viajante alemão G. W. Freireyss:

“No meio deste espaço (de 50 braças) havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pelas chuvas”.

Segundo o historiador Júlio Medeiros, o viajante alemão G. W. Freireyss foi testemunha ocular e estimou o tamanho do cemitério em 50 braças,¹ isto é, um pequeno espaço, equivalente a apenas 110 metros, para comportar muitos e muitos corpos de africanos escravizados.

Referências:

¹ De acordo com Dahas Zarur, citado por Júlio Medeiros, a braça equivale a 2,2 metros. Então, como Freireyss estima o cemitério em 50 braças, é equivalente a cerca de 110 metros. Ver em: *Cemitérios da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro*. p. 157.

Página Institucional do Instituto Pretos Novos. Para mais informações veja em: <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/>

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra:** o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Referências Bibliográficas

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. in. **Para uma educação de qualidade:** Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, pp. 131-144, 2004.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** São Paulo: Martins Fontes. Tomo 1, v 2, 1940.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras:** uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014.

HONORATO, Claudio de Paula. Nas fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã. In: VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia (org.). **Culturas e resistências na cidade.** Rio de Janeiro: Rio Books, 2018.

Página Institucional do Instituto Pretos Novos.
<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/>
<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra:** o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOARES, Carlos Eugênio L. Geografia histórica da região do Valongo, 1713-1904. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, pp. 150-161, jan a jun/2016.

Oficina 2

Hierarquias na vida e na morte

O caso:

A sociedade da América portuguesa, construída no modelo do Antigo Regime europeu, tinha como espinha dorsal as hierarquias ou, como entenderíamos hoje, as desigualdades sociais (Bravo, 2014, p.23). Segundo Milra Bravo, “em uma sociedade de Antigo Regime, as desigualdades seriam mantidas, já que a posição social de um indivíduo era vista como hereditária”, mesmo depois do falecimento da pessoa. De acordo com esta lógica, as estratificações sociais baseadas no nascimento se deviam à linhagem a qual um indivíduo pertencia e nem a morte, portanto, alterava sua posição na sociedade. Seguindo a caracterização de Roland Mousnier,² a autora menciona cinco tipos de estratificação social, quais sejam: legal, status social, hierarquia econômica, de poder e ideológica. As hierarquias são mecanismos complexos de estratificações sociais. Neste sentido, o objetivo aqui é apresentarmos alguns exemplos das hierarquias – presentes tanto no mundo dos vivos, como no dos mortos – no Rio de Janeiro do século XIX.

Referência: BRAVO, Milra Nascimento. **Hierarquias na morte**: uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2014.

A tarefa: Estamos no início do século XIX. A sua tarefa será pensar sobre o carregar e o ser carregado, e como essa sociedade hierarquizava a função do carregador, tanto na vida cotidiana como na morte. Que posição social ocupava quem era carregado? E quem era obrigado a carregar? Em uma situação como a morte, quem carregava o corpo do falecido? Como se diferenciavam as cerimônias fúnebres de cada grupo social? Depois de conhecer alguns exemplos de enterramentos e ritos fúnebres, nas Pistas, você conseguiria estabelecer uma ordem, desde as práticas

² MOUSNIER, Roland. Las jerarquías sociales. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1972, p. 08. Citado por BRAVO, Milra Nascimento. **Hierarquias na morte**: uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2014.

em torno da morte dedicadas aos mais desfavorecidos, até aquelas a que apenas os mais ricos e poderosos tinham acesso?

Etapa 1: Hierarquias no cotidiano social do século XIX

Nessa Etapa, apresentamos três ilustrações produzidas no século XIX pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, que você já encontrou na Oficina 1. A partir da observação destas imagens, será possível perceber como se configuravam as hierarquias sociais no dia a dia da vida urbana, em atividades como a ida à missa ou a outras cerimônias eclesiais, como o batismo, no Rio de Janeiro. Você vai poder notar como as pessoas – de acordo com sua situação de proprietários ou de escravizados, de livres ou de cativos e, afinal, também de brancos ou de negros – ocupavam posições inversas no carregar e no ser carregado. Esse pode ser considerado como um costume que dá materialidade às hierarquias sociais. Ser carregado por pessoas escravizadas representava mais do que não se cansar andando com os próprios pés, significava ocupar uma posição de poder nessa sociedade.

Pista 1: Senhora em sua cadeirinha a caminho da missa

Na imagem abaixo, de Debret, intitulada *Senhora em sua cadeirinha a caminho da missa*, temos uma proprietária rica e de *boa sociedade* em sua cadeirinha de passeio ornamentada com elementos dourados, que se faz conduzir por dois escravizados. Ao seu lado, caminha uma menina, também escravizada, que a acompanha durante seu trajeto até a missa.

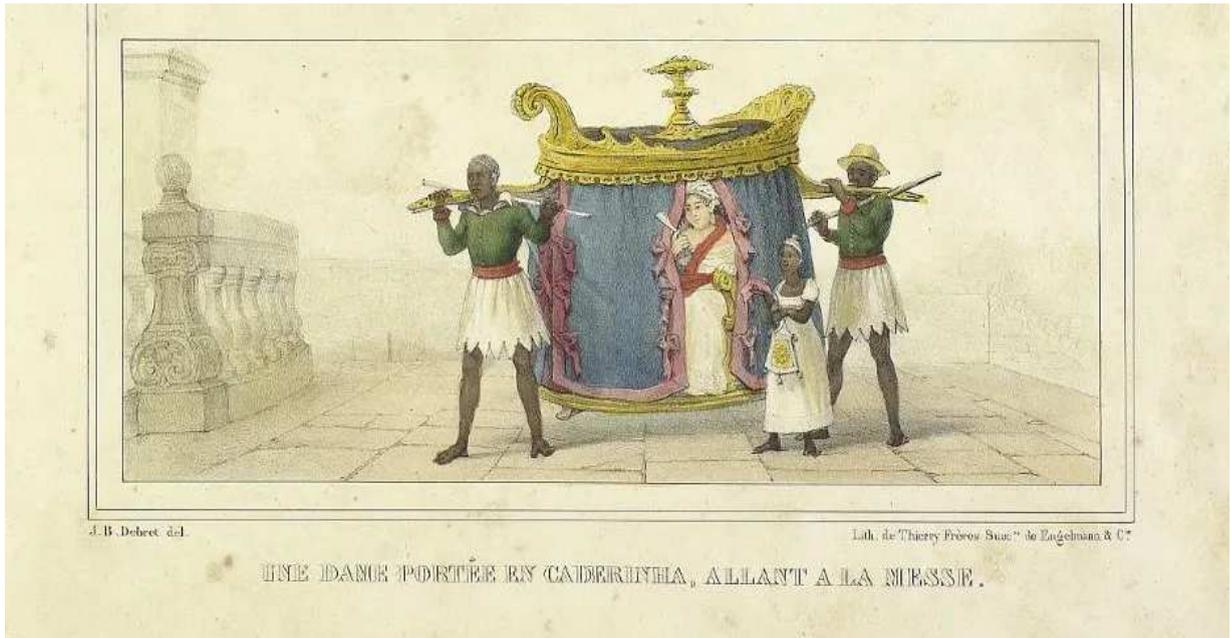


Imagem 3. Senhora em sua cadeirinha a caminho da missa.

Referência: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v 3, 1940, pp. 146-147.

Pista 2: Transporte de uma criança branca para ser batizada na Igreja

Segundo Debret, a ilustração a seguir procura mostrar o transporte de uma criança branca, de estratos médios, para ser batizada na Igreja. Conduzida por dois escravizados nesse meio de transporte que chamavam de cadeirinha, a criança está no colo de sua ama de leite que, segundo o artista, é também a sua parteira, e que a conduzirá até a pia batismal.



Imagem 4. Transporte de uma criança branca para ser batizada na Igreja.
Referência: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v 3, 1940, pp.172-173.

Pista 3: Negras Novas a caminho da Igreja para o batismo

Na imagem a seguir, Debret apresenta-nos uma cena que tem como personagens centrais duas escravizadas novas, com suas crianças envolvidas em seus corpos, sendo conduzidas pelas mães, que caminham para o batismo. Há também a presença de um homem vestido com um uniforme negro, portando um chapéu e uma bengala, que se apresenta respeitosamente ao capelão como o padrinho. Já a madrinha acompanha o grupo com discrição.

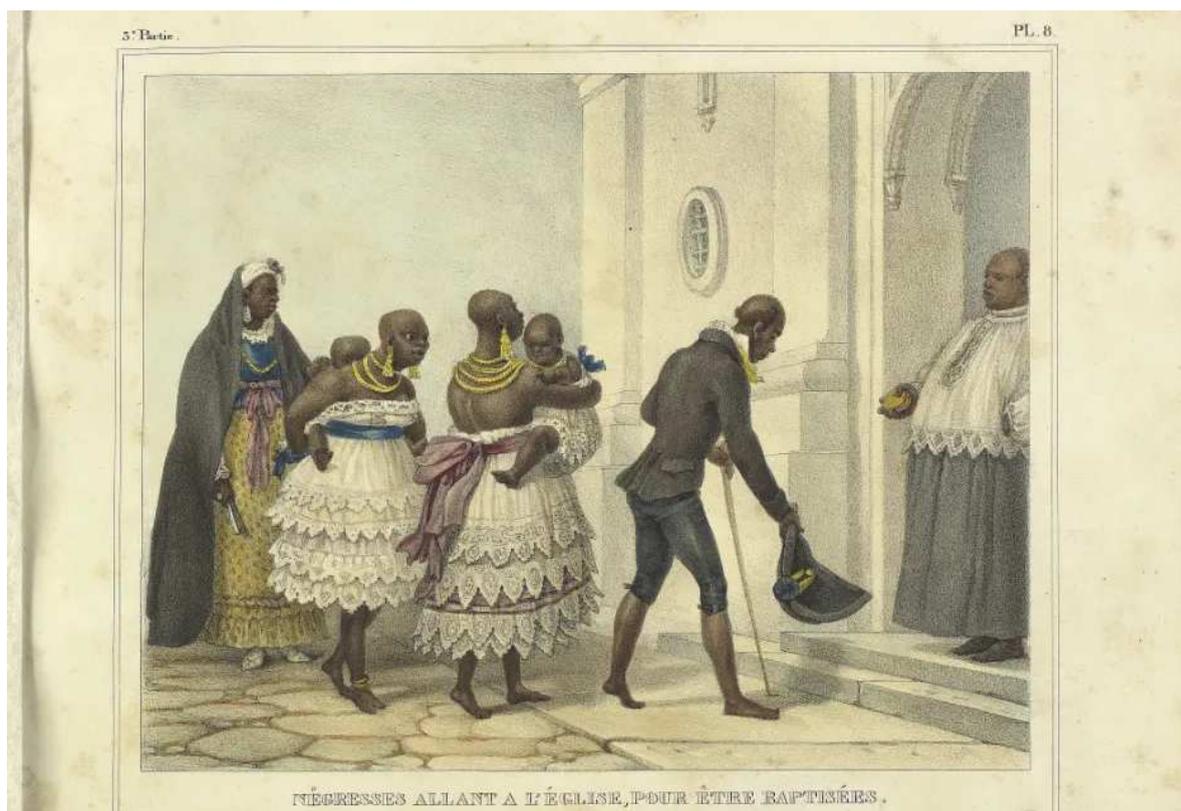


Imagem 5. Negras Novas a caminho da Igreja para o batismo.

Referência: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. Tomo 2, v 3, prancha 8, 1940, pp. 153-155.

Etapa 2: Hierarquias na morte

Nesta Etapa, apresentamos um conjunto de imagens do século XIX, também produzidas por Jean-Baptiste Debret, com exceção da primeira, que é uma aquarela pintada pelo pesquisador Reinaldo Tavares em 2015. A ideia é mostrar como é possível conhecer a hierarquia social a partir dos diversos tipos de sepultamentos existentes no Rio de Janeiro do século XIX. Para pensarmos sobre a presença das hierarquias mesmo depois da morte, podemos começar observando as configurações sociais numa escala de “baixo para cima”, ou seja, nos atentando primeiro aos enterramentos dos mais desprivilegiados, até chegarmos aos indivíduos de grande fortuna, percebendo como os processos eram bastante diversos.

Pista 1: Sepultamento dos pretos novos

Os chamados *pretos novos*, como você já viu, eram os africanos recém-desembarcados da África para o Brasil para serem inseridos na escravidão.

Eles desembarcavam no Complexo Negreiro do Valongo e muitos faleciam momentos depois do desembarque, enquanto outros, que chegavam com a saúde já debilitada, morriam alguns dias depois. Os sepultamentos oferecidos aos *pretos novos* eram muito precários. Enterrados em uma vala rasa, frequentemente tinham seus corpos desnudos pela água das chuvas. Desde os primeiros tempos da colonização, e na perspectiva dos proprietários e negociantes, os africanos capturados para o comércio de escravizados eram convertidos (compulsoriamente) ao cristianismo. No entanto, na prática, as condições das inumações às quais os *pretos novos* eram submetidos podem ser consideradas como altamente degradantes e pouco respeitosas dos princípios que deveriam organizar o momento da morte no catolicismo.

Referência: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra**: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

O cemitério destinado aos *pretos novos* compreendia um espaço muito pequeno para comportar a demanda do tráfico de escravizados. Essa realidade imposta pela empresa escravista impunha aos africanos recém-chegados – que ocupavam o último lugar na escala social – o enterramento também mais desprivilegiado que existia no Rio de Janeiro daquela época. A imagem reproduzida abaixo é uma aquarela de 2015 do pesquisador Reinaldo Tavares, que procurou representar o Cemitério dos Pretos Novos, com a cruz na porta, marcando o espaço como um campo santo.



Imagem 6: Aquarela de Reinaldo Tavares, 2015.

Referência: Página institucional do IPN. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/aquarela-2/#main>. Acesso em: 21 out. 2024.

Pista 2: Enterro de uma criança negra

A imagem abaixo, a que Debret chamou de *Enterro de um negrinho*, apresenta um contraste em termos de hierarquia na morte. Note que nesta ilustração há dois tipos de enterros: o primeiro, e mais luxuoso, ocupa o centro da gravura e remete ao enterro de uma criança negra inserida numa casa de ricos proprietários. O luxo é apresentado nos adereços utilizados (cadeirinha forrada de damasco e um pequeno caixão ornamentado por um ramalhete de flores e coroa de folhas), cuja locação é temporária, visando cumprir a celebração deste importante momento que é o sepultamento. As despesas de locação devem recair sobre a mãe, negra livre e remediada, membro de uma irmandade religiosa que não hesita em arcar com esse custo, que considera um dever. As irmandades religiosas – algumas de africanos e seus descendentes – eram importantes meios de criar sociabilidades e de ter alguma garantia de que na hora da morte o indivíduo teria direito aos ritos condizentes com a tradição católica.



Imagem 7. Enterro de um negrinho. DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1940. Tomo 2, v. 3, pp. 181-183.

Já o segundo enterro, presente nesta mesma ilustração, remete ao fim do ciclo de vida de uma criança pobre. Caracterizado pela simplicidade, apresenta apenas um caixão carregado por um único homem (carregador de caixão). Para o indigente, é utilizado um tabuleiro coberto por uma toalha de renda para a colocação do corpo. Segundo Debret, o sepultamento custa apenas a remuneração do carregador, quando esta não é tomada de empréstimo a um vizinho, deixando claro que é o último recurso da extrema pobreza.

Referência: DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. v.2, pp.181-183.

Pista 3: Enterro de uma mulher negra



Imagem 8. Enterro de uma mulher negra. Referência: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1940. Tomo 2, v. 3, prancha 16, pp. 184-185.

A imagem acima é uma representação do enterro de uma mulher negra e pobre pelo olhar do pintor Jean-Baptiste Debret. Nesta gravura o artista representa um cortejo composto unicamente por mulheres, com exceção dos dois carregadores de caixão, um mestre de cerimônia e do tambor. A cena acontece diante da Igreja da Lampadosa, pequena igreja construída para os escravizados na região central do Rio de Janeiro, servida por um padre negro.

É importante observar que o enterro é de uma mulher pobre, uma vez que é carregada em uma rede até o local de inumação, sem a inclusão de qualquer ornamento fúnebre. Segundo Debret, a cerimônia se dava entre lamentações acerca da escravidão e festejos que o próprio cortejo fúnebre exigia e ainda, conforme os costumes brasileiros, só começava no fim do dia para que a sombra da noite pudesse cobrir com seu véu fúnebre todos esses detalhes. Mais uma vez, é possível constatar a importância das irmandades de negros.

Referência: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. v.2, pp.184-185.

Pista 4: Enterro de um membro de irmandade



Imagem 9. Enterro de um membro da irmandade de Nossa Senhora da Conceição. DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1940. Tomo 2, v. 3, p. 214.

A ilustração acima remete a um cortejo fúnebre de um membro da irmandade de Nossa Senhora da Conceição. O corpo do defunto é colocado dentro de um palanquim funerário com tampa móvel para facilitar sua colocação e retirada deste leito móvel. Este modo de transporte é comum entre as irmandades mais pobres, como a de Nossa Senhora da Conceição, por exemplo, composta principalmente de afrodescendentes unidos tanto pela cor como pela pobreza. Este é um exemplo de cortejo fúnebre, em que podemos observar o contraste hierárquico se comparado a um enterro de um membro da elite, por exemplo, que apresentava luxo e riqueza.

Pista 5: Cortejo fúnebre de um filho de rei negro

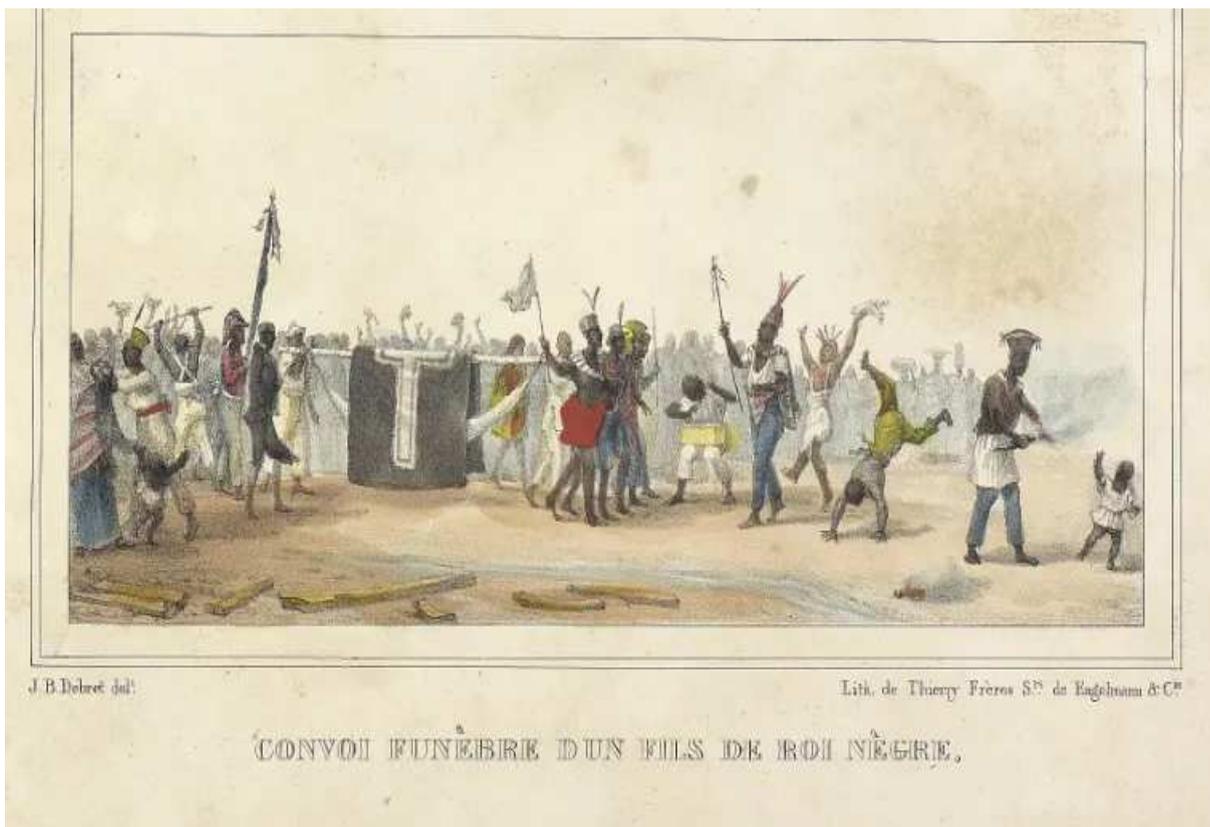


Imagem 10. Enterro do filho de um rei negro. DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1940. Tomo 2, v. 3, prancha 16, pp. 185-186.

Imagine participar de uma grande festa em celebração de um sepultamento! Nesta imagem, Debret apresenta uma verdadeira festa característica de um ritual fúnebre de um filho de um rei negro. Neste contexto, percebe-se como alguns compatriotas africanos recebiam a morte, muitas vezes como uma festa (REIS,1991). Não era incomum a presença de reis, rainhas, príncipes e princesas descendentes de monarcas africanos entre uma multidão de escravizados no Rio de Janeiro. Nesta pintura, o artista representa o cortejo fúnebre de um membro de uma nação africana. Mesmo ignorados e privados de suas insígnias, estas realezas eram veneradas por seus companheiros de infortúnio no Brasil. O defunto é conduzido em uma rede, tendo seu corpo coberto por uma manta ornamentada por uma cruz, fazendo alusão a uma confraria de pretos. A presença de uma multidão de compatriotas negros que acompanha o comboio fúnebre ao som de instrumentos nacionais pouco sonoros, mas reforçados pelas palmas das mãos, dá um caráter de união e fraternidade ao cortejo digno de um rei.

Os que acompanham o cortejo fúnebre da realeza africana seguem dançando, dando cambalhotas, soltando foguetes e tocando tambores. É importante destacar que os escravizados que participam se caracterizam para a despedida em homenagem ao príncipe. Diante do exposto e da perspectiva apresentada na imagem pelo artista, apesar de a sociedade escravista não destacar a importância do povo negro, fica evidenciada a complexa hierarquia na morte, mesmo entre os mais desfavorecidos, posto que nem todos os africanos escravizados recebiam um sepultamento tão prestigiado por seus companheiros, o que só ocorria em casos excepcionais.

Referências:

DEBRET, Jean Baptiste. Enterro do filho de um rei negro. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1940. Tomo 2, v. 3, pp. 185-186.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Pista 6: Cavaleiro de Cristo exposto em seu ataúde



Imagem 11. Jean-Baptiste Debret. Cavaleiro de Cristo exposto em seu ataúde. Desenho, Iconografia, icon1011420. 18,1 x 23 cm. Biblioteca Nacional.

Nos dias de hoje ainda é comum, entre os brasileiros de comunidades rurais, o hábito de velar seus entes queridos em suas casas, durante a noite que antecede o sepultamento e parte do dia destinado ao cortejo fúnebre. Segundo Debret, no século XIX, este hábito já era praticado, contexto em que o corpo do defunto deitado no caixão, completamente vestido, era exposto e velado. A imagem que reproduzimos aqui retrata um cavaleiro da Ordem de Cristo, vestido por sua indumentária completa e posto em seu caixão. A eça (o estrado onde é colocado o caixão) e os candelabros que o cercam, fornecidos pela Igreja, completam o cenário fúnebre. A composição desta cena fúnebre, com os preciosos utensílios disponibilizados pela igreja, não seria possível à realidade de membros das irmandades de negros ou de pessoas mais pobres, por exemplo.

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1940. Tomo 2, v. 3, p. 169.

Etapa 3: Diversos tipos de esquifes



Imagem 12. Vários caixões (Divers cercueils). J. B. Debret. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1940. Tomo 2, v. 3, p. 213.

No contexto do Brasil de fins do século XVIII e início do século XIX, assim como na vida social, existiam também as hierarquias na morte. Uma pessoa escravizada, lançada no canto da extrema pobreza, tinha um sepultamento consistente com a vida que lhe fora roubada. Ao passo que uma pessoa de grande fortuna tinha um cortejo fúnebre ornamentado pelos elementos que a riqueza lhe propiciava.

Pista 1: Artefatos de enterramento

A partir desta ilustração, podemos visualizar variados elementos funerários. Nela, há a distribuição de vários tipos de caixões e sepultamentos presentes numa sociedade hierarquizada, como era a do século XIX. Portanto, a partir da observação da imagem, podemos perceber a presença de hierarquias nos tipos de caixões, que vão desde o mais luxuoso, contendo uma tampa, destinado a um homem rico (no centro da imagem) ao da extrema pobreza, como aquele disposto no chão, no primeiro

plano. Nas laterais, estão dispostos caixões sem tampa, destinados aos cidadãos de pouca fortuna. Ao fundo, há também caixões mais simples, recobertos por tecido de seda ou veludo e decorados por fios de ouro ou prata (destinados aos anjinhos brancos). Os mais humildes dos preparos de inumação são destinados aos escravizados, um deles é disposto na frente da imagem enrolado em uma esteira, que lhe serve de leito. Por fim, também apresentado à frente, conforme mencionamos, o enterro de um escravizado que tem um lavrador como dono, cujo corpo aparece envolvido em folhas de bananeiras, amarradas com tiras de pau-pita.

A partir das pistas apresentadas, agora é a sua vez de criar uma lista das situações hierárquicas que envolviam os rituais fúnebres! Mãos à obra!

Conclusão:

Nesta oficina você pôde analisar algumas imagens produzidas por Debret no século XIX, que remetem à afirmação da fé católica, ao sacramento do batismo e, finalmente, às condições dos sepultamentos. Na Etapa 1, procuramos abordar as hierarquias presentes na vida cotidiana de pessoas negras (escravizadas ou libertas) e pessoas brancas, de poderosos e de despossuídos. A primeira imagem, que remete a uma senhora branca indo à missa, sentada em sua cadeirinha e carregada por escravizados, é um bom exemplo para caracterizar a sociedade de privilégios. Esta contrasta com a condição social das mulheres escravizadas, presente na terceira imagem, que são conduzidas por seus padrinhos e caminham a pé até a Igreja em uma condição de subalternidade. Na Etapa 2, procuramos trazer uma ordem inversa de sepultamentos, isto é, iniciamos a demonstração das inumações mais precárias, como aquelas destinadas aos *pretos novos*, passando pelos enterramentos de pessoas pobres e escravizadas, até aqueles ornamentados e marcados por homenagens e prestígio. Esta hierarquia nos sepultamentos pode ser constatada na Etapa 3 desta Oficina, na qual se destaca diversos tipos de artefatos fúnebres, desde os mais luxuosos aos mais humildes. Portanto, a partir da observação dessas obras, podemos perceber a presença de hierarquias tanto no dia a dia de pessoas brancas e de pessoas escravizadas, como também no leito de morte, o que era comum, considerando o contexto histórico do século XIX.

Referência Bibliográficas

BRAVO, Milra Nascimento. **Hierarquias na Morte**: uma análise dos Ritos Fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2014.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1940, 2 Tomos.

Página institucional do IPN.

<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/aquarela-2/#main>

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra**: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

Oficina 3

A gênese do Instituto Pretos Novos

O caso:

Estamos no início da década de 1990, e o casal Merced e Petruccio Guimarães adquirem uma casa para ser a residência de sua família. Situada à rua Pedro Ernesto, nº 32, Gamboa, Rio de Janeiro, a casa vai se tornar um museu memorial inserido nos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de escravizados. No ano de 1996, o casal resolveu realizar a reforma do imóvel, o que desencadeou muitas descobertas sobre o tráfico de escravizados da África para o Brasil!

A tarefa: Você é um pesquisador renomado e estuda assuntos relacionados à história da escravidão no Brasil. Ao pesquisar a história do Instituto Pretos Novos, fica impactado com suas descobertas e precisa divulgar esta história para levar conhecimentos tanto para os turistas que visitam a cidade do Rio de Janeiro, como para a população local que ainda não conhece a história dos *pretos novos*. A sua tarefa é produzir um folder explicativo sobre o local para atrair pessoas a conhecerem esse importante memorial. Então, você precisa conhecer bem esse lugar de memória, lendo as Pistas sugeridas aqui para inserir no folder o maior número de detalhes possível. Existindo a possibilidade, uma ida ao Museu seria uma experiência rica, para você conhecer ainda mais de perto essa história. Se não for possível nesse momento, seguindo as Pistas você terá muita informação para usar no seu folder. Mãos à obra!

Etapa 1: Conhecendo o Instituto dos Pretos Novos: um lugar de memória, onde acontecem oficinas antirracistas

Antes de ser reconhecido como lugar de memória,³ o IPN já era compreendido como um espaço cultural onde são ministrados cursos, seminários, oficinas de história, entre outros, relacionados à cultura africana e afro-brasileira.⁴ Neste sentido, a partir dessas propostas, o Instituto tem como objetivo oferecer conhecimentos sobre a história e a memória dos *pretos novos*, no intuito de buscar caminhos para uma educação antirracista, e ao mesmo tempo denunciar o crime contra a humanidade que foi a escravidão.

Pista 1: O Instituto Pretos Novos é um sítio arqueológico, reconhecido e identificado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),⁵ situado na região portuária do Rio de Janeiro, que abriga a memória da escravidão e da diáspora africana. Estabelecido como Museu Memorial Pretos Novos, o IPN foi criado a partir da redescoberta do Cemitério dos Pretos Novos. Como exposição permanente, há um esqueleto íntegro e vários artefatos que reforçam que naquele local existiu um cemitério.

Referência: HONORATO, Claudio de Paula. Nas fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã. In: VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia (org.). **Culturas e resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018.

Pista 2: Vista panorâmica da casa que viria a ser a sede do IPN

³ O IPN foi criado em 2005, mas só foi reconhecido como um dos lugares de memória do tráfico de escravizados em 2013. Para mais informações, veja: Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. LABHOI – Universidade Federal Fluminense, 2013.

⁴ HONORATO, Claudio de Paula. Nas fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã. In: VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia (org.). **Culturas e resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018, p. 49.

⁵ HONORATO, op. cit., 2018, p. 47.



Fonte: Folder institucional do IPN. Disponível em:

<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/pn-01-casa-telhadolage/#main>

Pista 2 a): A reforma do imóvel

A imagem acima remete a um conjunto de casas construídas no século XIX, a partir de um intenso desenvolvimento urbano iniciado no século XVIII. Entre essas habitações, aquela que se encontra no centro da imagem se destaca por ter dado origem ao Instituto Pretos Novos. Trata-se da casa adquirida pelo Casal Merced e Petruccio Guimarães dos Anjos, situada à Rua Pedro Ernesto, nº 32, na Gamboa. A partir de uma proposta de reforma do imóvel, revelou-se a existência de um cemitério, o Cemitério dos Pretos Novos do Valongo, que fora aterrado há quase dois séculos. Anos depois, nasceu o Museu Memorial Pretos Novos.

Referência: VALADÃO, Regina C. M. **Tradição e Criação, Memória e Patrimônio**: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro. 2012. Tese (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Pista 2 b): A descoberta do Sítio Arqueológico Cemitério dos Pretos Novos

Ao iniciar a reforma da casa, os pedreiros se depararam com vestígios de ossos humanos, o que lhes causou tamanha surpresa, pois não se sabia da existência de

um cemitério naquele local. No entanto, órgãos vinculados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, atestaram que aquele espaço, onde fora construída a casa de Merced, havia sediado o Cemitério dos Pretos Novos.

Referência: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro.** 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Pista 2 c): A reforma e os primeiros achados arqueológicos



Salvamento arqueológico.

Fonte:

<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/escavacao/#main>



Escavação arqueológica.

Fonte: Folder da página Institucional do IPN.

<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/escavacao/#main>

Pista 3: Vestígios ósseos encontrados no Cemitério dos Pretos Novos

Os achados arqueológicos encontrados nas escavações na casa da família Guimarães revelaram a descoberta de um sítio arqueológico e, portanto, um patrimônio difícil, assim entendido por carregar a memória da violência (de dor e sofrimento) da escravidão a qual foram submetidos os *africanos recém-chegados ao Rio de Janeiro*.

Referência: MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis: um conceito incompleto? **Patrimônio, resistência e direitos**: História entre trajetória e perspectivas em rede. Vitória: Milfontes, 2022.

Pista 3 a): A imagem a seguir é reveladora dessa memória, por apresentar os vestígios ósseos dos africanos escravizados e sepultados no Cemitério dos Pretos Novos.



Achados arqueológicos no Cemitério dos Pretos Novos do Valongo. Fonte: Folder da página Institucional do IPN.

<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/pn-29-caixas-com-ossadas/#main>

Etapa 2: O Primeiro esqueleto intacto encontrado no sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos.



Pesquisa arqueológica nas camadas mais profundas do terreno sede do IPN, 2017. Fonte: galeria do IPN. Disponível em:

https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/esqueleto_completo_pretos_novos-e1502984375875/#main.

Pista 1: Pesquisa arqueológica

A imagem acima resulta do trabalho arqueológico realizado em 2017, liderado pelo pesquisador e arqueólogo Reinado Tavares. Todavia, é importante destacar que esta pesquisa teve início desde que emergiram os primeiros vestígios de corpos humanos no sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos. Estas escavações que permeiam a segunda década deste século se deram em uma área de dois metros quadrados em um dos poços de observação do cemitério.⁶ O especialista e sua equipe escavaram as camadas mais profundas do solo onde foram construídos os alicerces da sede do Instituto Pretos Novos, e esse trabalho acabou por revelar o primeiro esqueleto íntegro que, de acordo com os pesquisadores, pertenceu a uma mulher africana, *preta nova*, de aproximadamente vinte anos de idade. Ao achado, o pesquisador deu o nome de Bakhita, em homenagem à primeira santa africana da Igreja Católica, Josefina Bakhita.

Referência: Revista Aventuras na História, 2021.

⁶ Revista Aventuras na História, 2021. Disponível em: <https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/historia-hoje/relembre-descoberta-feita-no-cemiterio-onde-escravizados-eram-jogados.phtml>.

Pista 2: Fragmentos ósseos de diversas pessoas

Junto ao esqueleto completo da africana, os arqueólogos encontraram os restos mortais de várias outras pessoas, o que sugere que os corpos eram empilhados uns por cima dos outros no processo de inumação. Desta forma, mesmo constatando a dimensão do espaço físico destinado aos enterramentos, que não correspondia à demanda do tráfico de escravizados, não há como silenciar diante do tratamento desumano concedido aos escravizados até mesmo no final do ciclo vital dessas pessoas. Todavia, é importante reconhecer que este tratamento está relacionado às hierarquias na morte.

Etapa 3: Instituto Preto Novo: um museu da (re)existência



Referência: Página institucional do IPN. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>.

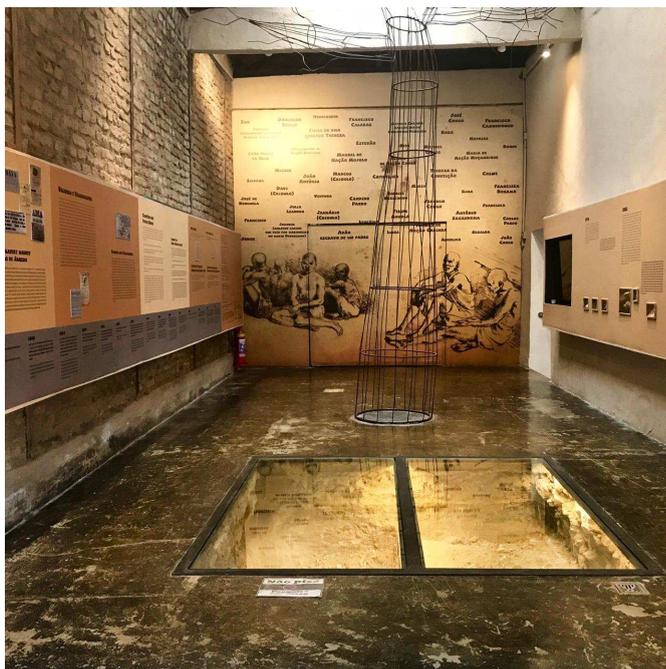
Pista 1: “Um museu de si”, parafraseando Benoit,⁷ citado por Regina Coeli Valadão, não se entrega a um passado tenebroso, mas faz uso deste passado marcado pelo silenciamento de vozes que ecoavam o grito de liberdade para dar visibilidade a outras vozes, que no presente lutam para não serem invisibilizadas ou sepultadas em vida. O IPN é um museu da (re)existência não apenas do povo negro (da

⁷ BENOIT, de L' Estoile, pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique, Paris. Pesquisador visitante CNPq, PPGAS/MN/UFRJ. Doutor em Antropologia pela EHESS. Em uma palestra ministrada na UFRJ, o autor afirmou que o IPN é “um museu de si” por incorporar o coletivo, propondo uma discussão sobre este público, ou seja, sobre esta comunidade. Citado por VALADÃO, Regina C. M, **Tradição e Criação, Memória e Patrimônio: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. 2012. Tese (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p.97.

população afrobrasileira e africana), mas também das identidades e grupos sociais que se identificam com a luta antirracista.

Referência: VALADÃO, Regina C. M. **Tradição e Criação, Memória e Patrimônio: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. 2012. Tese (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Pista 2: O museu memorial Pretos Novos



Referência: Página institucional do IPN. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>. Acesso em: 20 out. 2024.

Pista 2 a): O Instituto Pretos Novos é um lugar de memória e, ao mesmo tempo, um espaço onde se transforma dor em cultura e resistência. Um patrimônio difícil evidenciado por uma exposição permanente entre achados arqueológicos, artefatos, imagens e documentos escritos que ajudam a contar a história trágica da escravidão e, conseqüentemente, do cemitério. Longe de manter suas lentes apenas voltadas à história do passado, o IPN torna possível que este vínculo com o vivido não seja inviabilizado. Voltado para a oferta de oficinas culturais, palestras, cursos, circuito de Herança Africana e visitas guiadas, dos quais você está convidado a participar, o Instituto se revela como um cemitério-museu onde o aprendizado da História é possível.

Pista 3: Produzindo o folder

Agora que você já conhece a história do Instituto, já é capaz de elaborar o folder explicativo sobre o IPN. Siga as pistas que foram propostas nesta oficina de História, e não se esqueça que você escreve para um público diverso. Portanto, use uma linguagem simples, que permita o entendimento de todos, e que seja atrativa para aqueles que desejam conhecer melhor a história da cidade.

A partir das pistas propostas, agora é a sua vez de escrever. Você tem liberdade de criação. Então, mãos à obra!

Conclusão:

O Instituto Pretos Novos foi criado a partir das descobertas arqueológicas provenientes da reforma do imóvel do Casal Guimarães dos Anjos em 1996. Reconhecido como sítio arqueológico, o IPN foi criado em 13 de maio de 2005 com o propósito de preservar a história e a memória dos pretos novos, mas também ser identificado como um local de (re)existência e produção de conhecimentos que conduzam a um aprendizado acerca de uma educação antirracista.

Veja como o curador Marco Antonio Teobaldo descreve o IPN e a sua importância histórica:

O sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou durante os anos de 1769 a 1830, é a principal prova material e incontestável, encontrada até hoje, sobre a barbárie ocorrida no período mais intenso do tráfico de cativos africanos para o Brasil. Depois da descoberta fortuita feita pela família Guimarães dos Anjos, em 8 de janeiro de 1996, não há mais como admitir uma visão equivocada e romanceada sobre a escravidão de africanos e seus descendentes diretos no Brasil. Foram depositados neste cemitério os restos mortais de dezenas de milhares de africanos, brutalmente retirados de sua terra natal e trazidos à força para o trabalho escravo. E igualmente bruta também era a forma como seus corpos foram despedaçados, queimados e espalhados pelo terreno, cobertos apenas com algumas pás de terra. Há indícios de que, dada a situação de descarte humano que apresentava o local, moradores daquela época que passavam pela Rua do Cemitério lançavam seu lixo doméstico: restos de comida e fragmentos de louças, cerâmicas e vidros. Apesar de ser considerado o maior cemitério de escravos deste gênero nas Américas, o terreno destinado aos sepultamentos era muito pequeno para tantos corpos. Os vestígios arqueológicos e históricos deste campo santo são testemunhos da ação violenta e cruel sofrida pelos africanos que não resistiram aos maus

tratos da captura e viagem transatlântica. Este relato revelado pela historiografia e trazido à luz pela Arqueologia, repleto de desrespeito e dor, ainda é desconhecido por muitos, pois não é contado em todas as escolas e nem sequer é mencionado nos livros de história que têm a escravidão como tema. Por isto, reafirma-se a importância deste Museu Memorial, no qual o Cemitério dos Pretos Novos se impõe como peça central para este debate.

Referência: Curador Marco Antonio Teobaldo. Página Institucional do IPN

Referência Bibliográficas

Arquivos da página institucional do Instituto Pretos Novos – IPN. <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>

HONORATO, Claudio de Paula. Nas fronteiras da (in)visibilidade: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – museu de um outro amanhã. In: VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia (org.). **Culturas e resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018

Inventário dos Lugares dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. LABHOI – Universidade Federal Fluminense, 2013.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis: um conceito incompleto? **Patrimônio, resistência e direitos**: História entre trajetória e perspectivas em rede. Vitória: Milfontes, 2022.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da Terra**: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Revista Aventuras na História, 2021. Disponível em: <https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/historia-hoje/relembre-descoberta-feita-no-cemiterio-onde-escravizados-eram-jogados.phtml>.

VALADÃO, Regina C. M. **Tradição e Criação, Memória e Patrimônio**: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro. 2012. Tese (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Oficina 4

Caminhos para uma educação antirracista

O caso:

Em fevereiro de 2014, um adolescente negro foi amarrado pelo pescoço em um poste, com uma trava de bicicleta, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. A imagem que você verá a seguir pode ser reveladora de um passado traumático que deixou marcas profundas em nossa sociedade: a escravização que marcou os primeiros séculos de existência do Brasil.

A tarefa: Você é pintor e foi contratado pelo IPN para pintar um quadro envolvendo a visibilidade do povo negro, e que ajude a promover a igualdade racial. Diferentemente dessa cena terrível que foi retratada no Aterro do Flamengo em 2014, você destacará em sua obra a importância do negro na cultura, na história e na formação nacional, de acordo com a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que criou a oportunidade de que todos estudassem na escola a rica história dos africanos, dos afro-brasileiros e dos negros na sociedade contemporânea. Você vai precisar fazer uma pesquisa e escolher algum elemento significativo da cultura afro-brasileira que gostaria de homenagear.

Referência: Planalto: Lei 1.0639 de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm.

Etapa 1: O papel da escola na construção de uma educação antirracista
--

À luz da Lei 10.639/2003 (que completou duas décadas em 2023) e da Lei 11.645/2008, a escola não pode se eximir do papel mediador na construção de uma cultura antirracista, visto que a primeira lei constitui um marco fundamental para o Ensino de História no Brasil e a segunda, a sua completude (DA SILVA, 2023, pp. 01-05). Portanto, é imprescindível a organização de um currículo voltado para a relevância do reconhecimento do papel central do povo negro na formação da nossa cultura. Assim, uma proposta pedagógica voltada para atividades que prezem por justiça social, respeito e igualdade étnica compõe o substrato para que nossos discentes entendam que nossa sociedade, embora composta por uma rica

diversidade, ainda é marcada por diferenciação étnica e preconceito racial. Embora a sociedade brasileira seja palco do multiculturalismo, no sentido da diversidade racial e cultural, essas ideias ainda não se concretizaram em garantias reais de uma sociedade livre de racismo. Não há outro caminho para a Escola, enquanto Instituição contemporânea, senão mediar a formação da consciência histórica dos nossos alunos, num esforço voltado para o combate ao preconceito, à desigualdade étnica e ao racismo, para que uma imagem como esta que segue abaixo não seja um cenário possível no qual inserir os nossos jovens.

Referências:

DA SILVA, M. M. (2023). Editorial – 20 anos da lei 10639/03: insurgências e rupturas no Ensino de História. **Revista História Hoje**, 12(25). Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i25.1090>.

SETEMY, A. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, pp. 12-29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.752>.

Pista 1: Adolescente amarrado a um poste com uma trava de bicicleta



Adolescente amarrado a um poste com uma trava de bicicleta. Fotografia: Yvonne de Mello (Facebook)

Pista 2: Violação dos direitos humanos na contemporaneidade

A fotografia acima retrata um jovem negro, com idade entre 15 e 18 anos, que foi captada há apenas dez anos pela artista Yvonne Bezerra de Melo, que se comoveu com a situação que parece estar implícita na cena: racismo que penetra todas as instâncias da vida social. Entretanto, se olharmos a imagem com atenção, relacionaremos a cena ao contexto da escravidão vigente no Brasil até o final do século XIX. Caracterizada por castigos físicos praticados contra um jovem negro desnudado, a ocorrência aponta para a violação dos direitos humanos perpetradas ontem e hoje, principalmente contra o povo negro. A infração apontada contra o jovem negro é que tentara praticar roubos na região do Aterro do Flamengo, Zona Sul do Rio de Janeiro.

Referência: **O Brasil se revolta a cada imagem:** a última foto brutal, que remonta à época da escravidão, mostra um rapaz negro, pelado, espancado e esfaqueado na orelha, amarrado a um poste pelo pescoço com uma trava de bicicleta. Redação de 05 de fevereiro de 2014. Disponível em: brasil.elpais.com.

Na cena, o jovem negro e pobre apresenta sinais de espancamento, tortura física e psicológica. Preso por uma trava de bicicleta que não lhe dava nenhuma possibilidade de mobilidade física, ele ainda tinha sua genitália coberta apenas por um pedaço de papel. Ou seja, além de ter cerceado seu direito de liberdade, ainda é colocado numa situação de intensa humilhação pública, o que pode ser resumido como uma barbárie.

Etapa 2: Uma quadro pintado pela barbárie
--



Charge do Sisejufe (Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/05/sociedad/1391629878_904406.html

Pista 1: A charge acima alude à mesma cena e aos fatos relacionados à imagem anterior. A princípio, talvez a leitura mais provável suscitada pela ilustração seja uma manhã de sol comum desenhada pela paisagem natural e pintada pelo sol do verão, que se sobressai entre os praticantes de atividades físicas no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro. Enquanto alguns pedalam, outros praticam corrida, outros admiram a paisagem e há ainda aqueles que brincam. Poucos se voltam ao que acontece no centro da cena: um jovem negro e pobre machucado e preso pelo pescoço a um poste. Mas o que ele fez? Será que é esta a pergunta que a cena suscita? Enfatizamos que nenhuma prática infracional na sociedade é justificativa para a violência, visto que temos um sistema jurídico encarregado de gerenciar as regras de convívio social, agindo contra infrações e/ou crimes quando a lei demandar.

Pista 2: O papel docente na luta por uma sociedade antirracista

Nosso papel enquanto professores de História sugere que relacionemos o passado ao presente no sentido de promover a construção de conhecimentos dos nossos alunos a partir da observância de situações cotidianas em nossa sociedade. Esse papel inclui, também, mediar a construção de uma cultura da não violência, de uma igualdade étnica e social, rompendo assim com preconceitos e racismos, para que jovens negros se afirmem enquanto cidadãos de direitos, que não se sintam

intimidados com esta cultura desigual e racista. E ainda que não naturalizem cenas como aquela ocorrida no Aterro do Flamengo, que destacamos nesta oficina de História.

Referências:

SETEMY, A. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, pp. 12-29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.752>.

SILVA, Cecília Guimarães. **História da África no Ensino Superior**: a formação dos professores de História e a prática docente. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A partir da Tarefa proposta, agora é a sua vez de escrever. Faça uma pesquisa e elabore algum tipo de produção visual, um desenho, por exemplo, sobre um elemento da cultura afrodescendente no Brasil que chame a sua atenção, e que possa ser considerado um patrimônio cultural. Você tem liberdade de criação. Então, mãos à obra!

Conclusão

Em 2014, um jovem foi apreendido por populares justiceiros que o amarraram a um poste, pelo pescoço, com uma trava de bicicleta. A cena, que é atual, resgata todo um passado traumático (de dor e sofrimento) contra os africanos que foram violentamente trazidos de várias regiões da África e escravizados no Brasil.

Veja a reportagem do site [Afropress.com](http://afropress.com), que circulou em diversos jornais e sites dentro e fora do Brasil:

A barbárie brasileira se expôs, mais uma vez sem cortes, em pleno bairro do Flamengo, no Rio: um adolescente negro, de idade entre 16 e 18 anos, foi deixado nu preso a um poste amarrado por uma trava de bicicleta, depois de ser espancado presumivelmente por rapazes brancos bem nascidos da classe média carioca na última sexta-feira, na Av. Rui Barbosa, Zona sul do Rio. [...] A cena remete aos castigos que usualmente eram aplicados a negros durante o período da escravidão, acusados de pequenos delitos. No caso do período da escravidão, porém, os algozes eram quase sempre a Polícia, mantida pelo Estado imperial. ([Afropress.com](http://afropress.com), 04 de fevereiro de 2014).

A análise do site *Afropress* aponta para a recorrência de práticas de violência que remontam ao passado escravista, enfatizando a interpretação racista característica de uma sociedade que desacredita nas instituições do Estado contemporâneo e que prega a barbárie. Contra essa conjuntura, apenas uma educação decididamente

antirracista poderá assegurar a todos nós um futuro cada vez menos marcado pelo passado escravista.

Referências Bibliográficas

O Brasil se revolta a cada imagem: A última foto brutal, que remonta à época da escravidão, mostra um rapaz negro, pelado, espancado e esfaqueado na orelha, amarrado a um poste pelo pescoço com uma trava de bicicleta. Redação de 05 de fevereiro de 2014. Disponível em: brasil.elpais.com.

Charge do Sisejufe - Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal.

DA SILVA, M. M. (2023). Editorial – 20 anos da lei 10639/03: insurgências e rupturas no Ensino de História. **Revista História Hoje**, 12(25). Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i25.1090>.

Imagem de um menino negro amarrado a um poste expõe barbárie. Redação de 04 de fevereiro de 2014. Disponível em: Afropress.com.

Planalto: Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm.

SETEMY, A. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, pp. 12-29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.752>.

SILVA, Cecília Guimarães. **História da África no Ensino Superior:** a formação dos professores de História e a prática docente. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.